

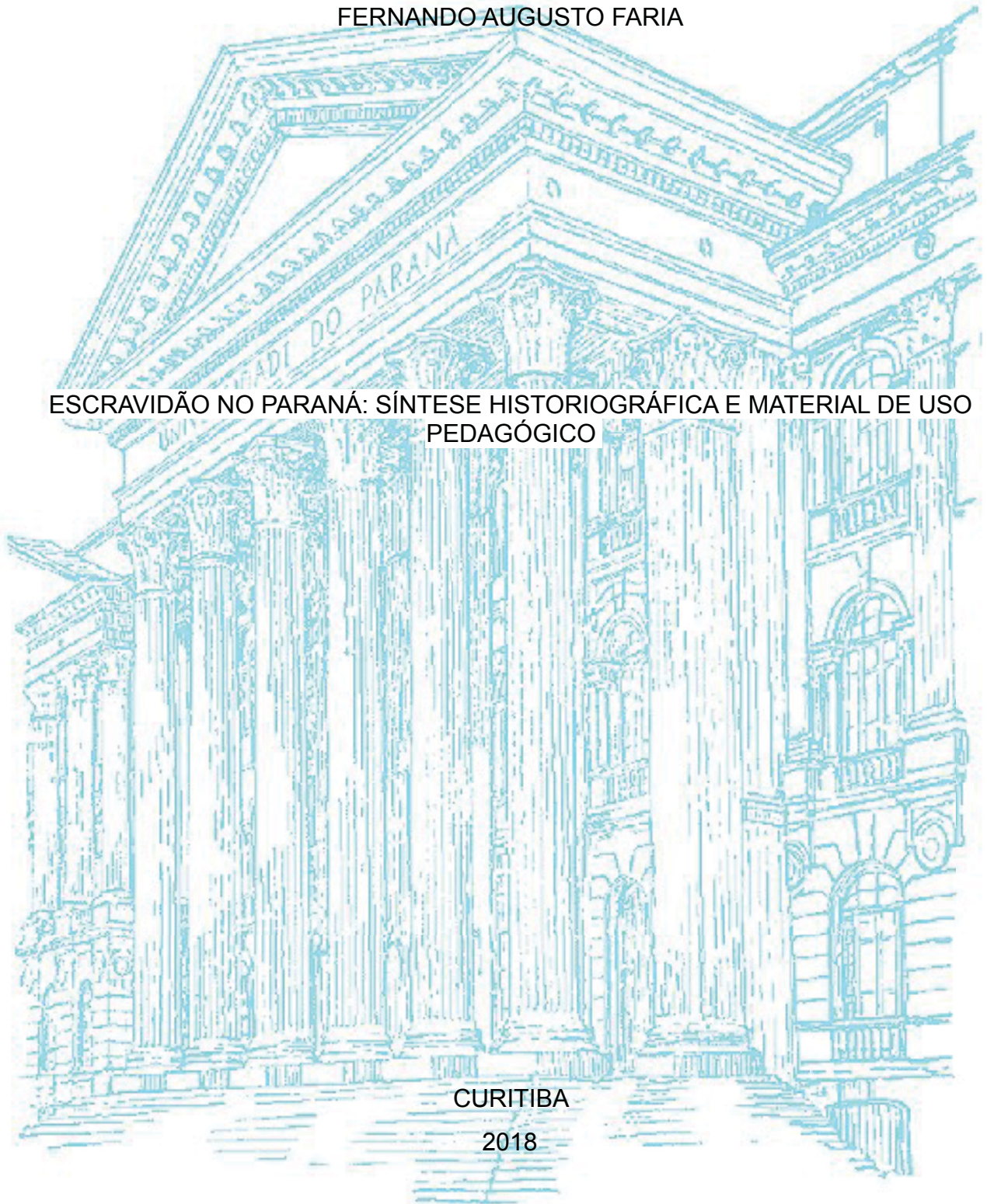
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FERNANDO AUGUSTO FARIA

ESCRavidÃO NO PARANÁ: SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA E MATERIAL DE USO
PEDAGÓGICO

CURITIBA

2018



FERNANDO AUGUSTO FARIA

ESCRAVIDÃO NO PARANÁ: SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA E MATERIAL DE USO
PEDAGÓGICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em Ensino de História, setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná como requisito para o título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli M. N. Mendonça.

CURITIBA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Faria, Fernando Augusto

Escravidão no Paraná : síntese historiográfica e material de uso pedagógico. / Fernando Augusto Faria. – Curitiba, 2018.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora : Prof^a. Dr^a. Joseli Maria Nunes Mendonça

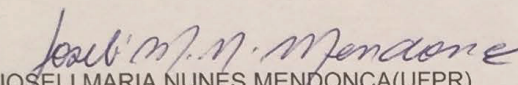
1. História (Ensino médio) – Estudo e ensino. 2. Escravidão – Paraná – Livros didáticos. 3. Escravidão - Historiografia. 4. História – Material didático. I. Título.

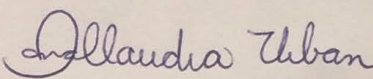
CDD – 372.89

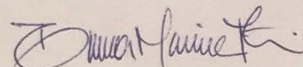
TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ENSINO DE HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado Profissional de **FERNANDO AUGUSTO FARIA**, intitulada: **ESCRavidÃO NO PARANÁ: SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA E MATERIAL DE USO PEDAGÓGICO**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 17 de Dezembro de 2018.


JOSELI MARIA NUNES MENDONÇA(UFPR)
(Presidente da Banca Examinadora)


ANA CLAUDIA URBAN(UFPR)
(Avaliador Interno)


BRUNA MARINÁ PORTELA(UFPR)
(Avaliador Externo)

"a lei Áurea é todo verso que eu escrevo"

Baco Exú do Blues

AGRADECIMENTOS

Presto meus agradecimentos mesmo com impossibilidade de mencionar todas as pessoas que me acompanharam e ajudaram durante o período de trabalho. Início com o redundante agradecimento à minha família, obrigado mãe, pai e Derfa. Aos meus familiares do cotidiano Bráulio, Sisi e Max.

Agradeço excepcionalmente à Ellen que certamente foi a pessoa com quem mais compartilhei dúvidas e angústias, que sofreu ao meu lado pelas privações impostas pelo momento. Mas como é de sua dulcíssima natureza sempre me retornara com carinho e afeto, aliviando a penosa jornada. Minha paixão e admiração incomensuráveis, obrigado.

Aos meus incontáveis alunos que foram parte do processo histórico da minha vida e que influenciaram no meu ser, com os quais aprendo e me abasteço de ânimo para melhorar e me manter professor.

Agradeço aos meus colegas da escola que fizeram o possível para me ajudar a conciliar o trabalho com os estudos. Em especial ao Alisson que apesar da distância nos últimos tempos, sempre foi uma referência de intelectualidade, caráter e amizade. Nesse sentido, agradeço ao Fagner pela grande ajuda sempre através de longas e agradáveis conversas.

Aos meus colegas de turma, André, Carla, Fabiano, Gabriel, Giancarlo, Izabela, Joice, Luana, Maria Betânia (alma gêmea acadêmica), Maurício e Sheila, com os quais dividi momentos incríveis. Fico feliz e tranquilo por saber que tenho companheiros de profissão da qualidade de vocês.

Aos professores do Profhistória pelo excelente tratamento dispensado e pelo aprendizado. Aos colegas da turma de Educação e Relações Étnico-Raciais, que juntamente com a professora Lucimar Dias, me propiciaram momentos de conhecimento, partilha de experiências e melhorias no combate ao racismo.

Agradeço especialmente à minha orientadora Joseli Mendonça, que além das várias virtudes como professora e pesquisadora da escravidão é uma pessoa que faz a universidade realmente ter um sentido. Obrigado pelos conselhos, paciência, ajuda e sapiência que indubitavelmente me tornaram um professor e pessoa melhor.

RESUMO

A presente dissertação objetivou discutir a historiografia da escravidão no atual território do Paraná, abordada entre o período do século XVII ao XIX. A idealização desse estudo surgiu a partir da identificação da ausência de agentes históricos fundamentais no processo formador da região paranaense, principalmente fora da academia, realizado por meio de um levantamento de artigos, teses e dissertações que versam sobre a escravidão no Paraná. Tal exclusão toca a identidade local das populações indígena e negra, além da própria escravidão nas narrativas da História paranaense, pautada na figura do imigrante europeu como símbolo de uma mitologia fundadora. Diante disso, a produção historiográfica sobre a temática foi retomada e apresentada na dissertação com uma perspectiva plural sobre a escravidão, dando protagonismo ao elemento cativo de acordo com as principais correntes teóricas e historiográficas. Esses são aspectos que norteiam a pesquisa teórica, base empírica da elaboração do material didático produzido, que tem o enfoque de tratar a escravidão no Paraná a partir de fontes primárias para complementar os manuais didáticos tradicionais que apenas eventualmente contemplam a história regional e a escravidão local.

Palavras-chave: Ensino de História, Profhistória, Ensino Médio, Material Pedagógico, História Local, Escravidão no Paraná.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to discuss the historiography of slavery in the present territory of Paraná, approached between the period from the 17th to the 19th century. The idealization of this study arose from the identification of the absence of fundamental historical agents in the process of formation of the region of Paraná, mainly outside the academy, accomplished through a survey of articles, theses and dissertations dealing with slavery in Paraná. Such exclusion touches the local identity of the indigenous and black populations, as well as their own slavery in the narratives of Paraná's history, based on the figure of the European immigrant as a symbol of a founding mythology. In view of this, the historiographic production on the subject was taken up and presented in the dissertation with a plural perspective on slavery, giving prominence to the captive element according to the main theoretical and historiographic currents. These are aspects that guide theoretical research, an empirical basis for the elaboration of didactic material, which focuses on treating slavery in Paraná from primary sources to complement the traditional didactic manuals that eventually contemplate regional history and local slavery.

Keywords: Teaching History, Profhistória, Secondary Education, Teaching Material, Local History, Slavery in Paraná.

SUMÁRIO

ESCRavidÃO NO PARANÁ: SÍNTESE HISTORIOGRÁFICA E MATERIAL DE USO PEDAGÓGICO	2
INTRODUÇÃO	1
1.1 - ESCRavidÃO NO PARANÁ: MOTIVAÇÕES PARA COMPOR UM MATERIAL DIDÁTICO.....	5
1.2 – A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA LOCAL.....	9
1.3 – FONTES PARA ENSINO DE HISTÓRIA.....	13
1.4 – REFERENCIAIS TEÓRICOS	15
1.5 – ESCRavidÃO NO CURRÍCULO.....	21
2 – A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE ESCRavidÃO NO PARANÁ.....	24
2.1 - O TRABALHO COMPULSÓRIO INDÍGENA.....	24
2.2 – O TRABALHO DE ESCRAVOS DE ORIGEM AFRICANA.....	31
2.3 – ESPECIFICIDADES DA ESCRavidÃO NA REGIÃO DO PARANÁ.....	37
2.4 – BUSCA DE ALFORRIA E OUTRAS FORMAS DE AGÊNCIA ESCRAVA.....	43
2.5 – SOCIABILIDADES: IRMANDADES E FAMÍLIA.....	62
2.6 – ABOLICIONISMO NO PARANÁ	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
BIBLIOGRAFIA.....	85
MATERIAL DE USO PEDAGÓGICO: Escravidão no Paraná.....	90
1 - O TRABALHO COMPULSÓRIO INDÍGENA.....	91
2 – O TRABALHO DE ESCRAVOS DE ORIGEM AFRICANA.....	95
3 – ESPECIFICIDADES DA ESCRavidÃO NA REGIÃO DO PARANÁ.....	100
4 – BUSCA DE ALFORRIA E OUTRAS FORMAS DE AGÊNCIA ESCRAVA.....	103
5 – SOCIABILIDADES: IRMANDADES E FAMÍLIA.....	109
6 – ABOLICIONISMO NO PARANÁ.....	113

INTRODUÇÃO

O processo de produção desse trabalho foi um tanto dicotômico, no que toca minha trajetória pessoal. A decisão de participar do processo seletivo do programa foi influenciado por experiências anteriores que tive com o mestrado acadêmico/não profissional, no qual havia tentado o ingresso em 2004. Alguns anos depois, os quais passei lecionando, notei que não me identificava com o mestrado acadêmico de História, nem me sentia atraído pelo mestrado em Educação.

Passei um longo período sem contato intenso e direto com a universidade. Entretanto, senti a necessidade de direcionamento acadêmico e principalmente de uma atualização intelectual. Quando soube do programa Profhistória, em 2016, resolvi tentar o processo seletivo, pois me pareceu algo que se enquadrar no perfil de quem tem uma trajetória como professor.

No momento da delimitação da pesquisa, as motivações que conduziram à escolha do tema do trabalho partiram de dois momentos. Inicialmente a opção por estudar a escravidão local, tema de predileção sobre o qual já tinha feito pesquisas prévias desde minha graduação. O segundo ponto era a carência de abordagens do tema na historiografia sobre o Paraná, além da dificuldade de trabalhá-lo na escola com mais profundidade e em consonância com o que é produzido na academia. Encontrar materiais didáticos com essas características foi algo raro durante os 15 anos em que lecionei.

Contudo, passava por uma espécie de ostracismo acadêmico e vislumbrava a possibilidade de fazer novamente um trabalho baseado em fontes primárias com pesquisa em arquivos. Internamente visava voltar a ser um “historiador”, após permanecer mais de uma década como “professor de História”, criando uma separação e hierarquia ilusórias entre as duas coisas.

Todavia, fazer uma pesquisa empírica com uma grande carga de trabalho semanal nas escolas (40 horas, na Rede Estadual) se tornou um empecilho. Após a primeira reunião de orientação surgiu a ideia, vinda de minha orientadora Joseli, de realizar uma síntese historiográfica com um produto. Apesar de concordar em fazê-lo, tive dificuldade em aceitar a “validade acadêmica” desse tipo de projeto com pouca pesquisa em fontes primárias, mesmo com a decisão de fazer o trabalho

pautada em minhas impressões como professor. Tal aceitação veio muito tempo depois, após muitas conversas com amigos que trabalhavam em universidades e com a serena e paciente Joseli. A dicotomia residia no fato de eu ter procurado um programa no qual me enquadrasse. Após ter encontrado, continuei questionando a proposta do curso e da pesquisa.

Posteriormente, superada a trava que segregava o professor e o historiador pude, além de entender, aceitar a importância trabalhos de propagação de pesquisas acadêmicas, pois são estes que fazem a comunicação entre o círculo da universidade com ambientes não acadêmicos, possibilitando a ligação entre o ensino de base e o ensino superior.

Entendo que essas considerações sejam um pouco óbvias, tendo em vista que é basicamente a proposta do curso, o Profhistória. Entretanto, acho importante explicá-las, não só para ilustrar a trajetória pessoal, mas para reforçar a concepção de que a universidade é importante, mas tem que expandir suas produções para além dela própria, quebrando círculos e aumentando seu alcance.

Nesse sentido, material didático produzido é importante para essa expansão das pesquisas, extrapolando as fronteiras da academia. Ao confeccioná-lo, encontrei dificuldades acima das expectativas, pois não há grandes textos próprios ou vastas instruções didático metodológicas para os professores - o que acarretou numa diminuição de trabalho. Por outro lado foi muito complexo elaborar o material com pouca interferência textual, com foco nas fontes primárias e que siga a linha da síntese acadêmica.

O material didático aqui produzido, centrado na apresentação e problematização de fontes históricas, permite que alunos da Educação Básica possam ter contato com a materialidade do estudo, importantes dissertações e teses sobre escravidão, com protagonistas anônimos da História e com o ofício do historiador.

Todavia, o material foi concebido para ser um produto inacabado, ou seja, que possa ser sempre realimentado e alterado, como é a natureza do trabalho em sala de aula. Portanto, assim como fontes históricas, esse produto pode ser trabalhado de diferentes maneiras. Da mesma forma que um historiador sagaz consegue extrair muito das fontes, a sagacidade do professor permite o aumento de possibilidades.

Iniciamos nossa elaboração do material pedagógico centrado no uso de fontes primárias para estudo da escravidão no Paraná, realizando uma síntese historiográfica sobre esse tema para que, a partir disso, pudéssemos selecionar alguns aspectos – subtemas - para tratarmos no material didático a ser composto. Para a elaboração da síntese historiográfica, fizemos um levantamento bibliográfico nos bancos de teses e dissertações dos programas de Pós Graduação de História da Universidade Federal do Paraná, da Universidade Estadual do Centro Oeste, Universidades Estadual de Ponta Grossa, Universidade Estadual de Londrina e Universidade Estadual Maringá. Por meio de pesquisas no *Google acadêmico*, da Scielo e Biblioteca da UFPR, também em livros, teses, dissertações, revistas e artigos, arrolamos outras bibliografias providas destes.

Após lermos e ficharmos artigos, teses e livros sobre o tema, verificamos que há uma produção consolidada sobre o tema da Escravidão no Paraná. Esse fato nos possibilitou definir alguns tópicos para orientar a elaboração do material de estudo, sendo eles: 1) O trabalho compulsório indígena; 2) O trabalho de escravos de origem africana; 3) Especificidades da escravidão na região do Paraná; 4) Busca de alforria e outras formas de agência escrava; 5) Sociabilidades: irmandades e família; e 6) Abolicionismo no Paraná.

Depois de escolhermos os subtemas, selecionamos fontes que permitissem abordá-los e com elas compusemos o material didático objetivado. Nesse material apresentamos as fontes selecionadas e indicamos algumas possibilidades de trabalho didático a partir delas. Essas fontes foram coligidas a partir dos próprios estudos lidos para a elaboração da síntese historiográfica e também por meio de pesquisa em arquivos.

Procuramos contemplar no trabalho o período que vai desde o século XVII até o final do XIX. Nesse período, a região estudada recebeu denominações diferentes em razão de sua configuração político-administrativa. Até 1853, o território fazia parte da capitania – e depois província - de São Paulo. A partir daquele ano, com a emancipação política, se tornou a Província do Paraná.

Portanto, esta pesquisa diz respeito a uma área que numa época tinha uma determinada configuração político-administrativa e posteriormente, passou a ter outra. Para simplificar a abordagem, em algumas situações denominaremos a região em destaque genericamente como Paraná (como ocorre no título do trabalho);

sempre que possível, entretanto, procuraremos utilizar o termo adequado em relação à temporalidade tratada.

O presente trabalho de dissertação do ProfHistória, então, apresenta uma síntese historiográfica que foi a base para produção do material didático composto com fontes empíricas, sobre a temática da Escravidão no Paraná. Com a finalidade de promover o tema, aproximar o conhecimento em sala de aula com as metodologias acadêmicas mais recentes e por meio do produto didático apresentar mais concretude nos estudos históricos com fontes primárias.

A estrutura do trabalho expressa o percurso que fizemos para compô-lo, que foi descrito acima. No capítulo 1, tratamos dos fundamentos gerais sobre os quais se assenta a proposta de elaboração do material didático. Explicitamos nessa parte as motivações que tivemos para a elaboração do material didático, os referenciais teóricos que nos orientaram em relação à abordagem do tema e também nos incentivaram a priorizar uma metodologia de ensino baseada na utilização de fontes e da História Local. Tratamos ainda nesse capítulo, de forma breve, da inserção da temática da escravidão no currículo do Ensino Médio.

No capítulo 2 apresentamos a síntese da pesquisa bibliográfica que realizamos sobre o tema da Escravidão no Paraná. Nele, sintetizamos aspectos relevantes constituídos a partir das pesquisas e leituras que realizamos sobre a escravidão no Paraná. Por fim, apresentamos o material didático elaborado para trabalho na disciplina de História no Ensino Médio.

1 - FUNDAMENTOS GERAIS DO TRABALHO

O capítulo inaugural demonstra como se deu a formatação do trabalho, desde as principais motivações à aplicabilidade do projeto. Inicialmente nos deparamos com a necessidade de abordar a escravidão local, usualmente silenciada na narrativa histórica do Paraná, com enfoque na imagem do imigrante europeu e a problemática acerca das identidades acarretadas por essa narrativa.

Os manuais didáticos, geralmente padronizados, não contemplam a história da escravidão local. Isso nos levou a formulação de um produto de uso pedagógico mais próximo do trabalho historiográfico, composto de fontes empíricas e base teórico-metodológica recente que enfatiza as sociabilidades, ações e perspectivas escravas.

Com isso, este produto permite também o aprofundamento do tema e um melhor entendimento da escravidão que é tratada de forma esparsa no currículo ordinário.

1.1 - ESCRAVIDÃO NO PARANÁ: MOTIVAÇÕES PARA COMPOR UM MATERIAL DIDÁTICO

As narrativas históricas sobre o Paraná tenderam sempre a objetivar a constituição de uma identidade relacionada à presença de imigrantes europeus. Quando ocorreu a emancipação da província, em 1853, as elites econômicas e intelectuais redesenham a ordem social estabelecida até aquele momento, uma vez que precisavam definir suas características próprias em relação às outras regiões do país. A construção da identidade regional associada à presença europeia foi intensificada no século XX. De acordo com Luiz Camargo, a presença africana na História local foi “esquecida” e esse “esquecimento” persistiu até meados do século XX¹.

Para essa persistência foi importante o movimento conhecido como Paranismo – movimento intelectual que emergiu no século XX, mas que mantinha coerência com a valorização da presença europeia existente desde o XIX. Esse movimento contou com a adesão de intelectuais - artistas, literatos etc. – imbuídos de ideais característicos do início da República como positivismo e anticlericalismo. Segundo Camargo, o Movimento Paranista foi oficialmente definido em termos “estético-ideológicos” por Romário Martins e tem uma breve, entretanto, intensa

¹ CAMARGO, Luiz Leão. *Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 - 1953*. Curitiba: UFPR (tese de doutorado): 2007. p. 11.

presença institucional durante todo o período de circulação da revista *Ilustração Paranaense*, de 1927 a 1931. Apesar de revista circular apenas por quatro anos, o autor considera que seus efeitos “foram a tal ponto naturalizados no imaginário paranaense que podem ser notados ainda hoje em muitas formulações oficiais ou individuais”².

Luiz Fernando Lopes Pereira chamou atenção para a associação das diferentes áreas do conhecimento e suas funções na formação da identidade do Paraná feita pelo Movimento Paranista:

a História dava o discurso científico e produzia os heróis e os mitos de origem. Cabia, então à literatura a tarefa de convergir sua produção para a realização do ideal paranista, atingindo, mais do que o cérebro, os corações dos paranaenses para sensibilizá-los à causa paranista. Neste recorte sobre a literatura; destacam-se as produções simbolistas do início do século, em particular com Dario Veloso cuja obra influenciará o paranista Romário Martins, que por sua vez se dedicará a elaboração de uma série de mitos indígenas responsáveis pela criação de um *marco zero*, de uma origem para a sociedade paranaense. Enquanto a história trata dos grandes personagens, a literatura e a antropologia constroem os mitos paranistas³.

Pereira ressalta ainda, as incontáveis lendas sobre o pinheiro, que foi escolhido para representar "o paranaense do futuro", e instituiu-se como símbolo do Estado.

Essas identificações criadas pelo Paranismo estabeleciam uma espécie de “invenção da tradição”, constituída por meio de uma história/mito que conecta o presente com um passado imemorial. Essa cultura, embora possa ser questionada, se constitui de maneira a parecer inata ou natural. Esse aspecto é elucidado por Stuart Hall, que considera que:

as identidades nacionais não são coisas com as quais nascemos, mas são formados e transformados no interior da representação[...] Segue-se que a nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz sentidos um sistema de representação cultural. É uma comunidade simbólica e isso é que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade. A identificação que, numa era moderna ou em sociedades mais tradicionais, eram dadas à tribo, ao povo, a religião e a região, foram transferidos, gradualmente, na sociedades ocidentais, à cultura nacional.⁴

² CAMARGO, Luiz Leão. *Op. cit.*, p.14.

³ PEREIRA, Luis Fernando . *Paranismo: Cultura e Imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: UFPR (dissertação de mestrado), 1996. p. 142.

⁴ HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 49.

A passagem acima, embora refira-se especificamente à identidade nacional, permite percebermos que a identidade local (do Paraná) foi forjada por meio da subordinação da variedade étnico-cultural a um padrão estabelecido. A operação realizada pelos paranistas ressaltou a figura do europeu ao lado de símbolos recém criados, como o pinheiro e posteriormente o pinhão.

Pereira dá exemplos disso, ao mencionar que mesmo quando a revista paranista relatava a lenda da erva mate, em sua ilustração encontram-se ao fundo os pinheiros, a fim de reforçar a simbologia.⁵ O autor resalta também lendas que aproximavam a civilização ocidental aos indígenas, demonstrando a apropriação paranista dos elementos da “cultura indígena para legitimar seu discurso com um ar de antiguidade”.⁶

A mítica do imigrante europeu heroicizado e laborioso - consolidada no paranismo – tomado como símbolo da história e da identidade paranaense persiste até hoje.⁷ Albuquerque Júnior alerta quanto aos perigos de nos deixar seduzir pelo terreno das identidades estanques a serviço dos interesses e projetos políticos. Esse engajamento faz da História Regional um instrumento de legitimação do discurso de uma identidade constituída. De acordo com o autor, “ela pode, muitas vezes, sem se dar conta, ser o veículo da reposição de uma dada dominação sustentada por este discurso identitário”.⁸ Esse é o caso do discurso oficial constituído sobre a formação paranaense, pautado na supervalorização da imigração europeia como mito fundador, idealizando o modelo de paranaense representante da característica típica e diferenciada da região

O movimento paranista, portanto, definiu o que seria e o que não seria paranaense. Entre o que não seria paranaense estava a escravidão. Wilson Martins – um importante autor do contexto paranista – definiu o quadro característico de

⁵PEREIRA, Luis Fernando. *Op. cit.*, p. 148.

⁶ *Idem*, p. 149.

⁷ PEREIRA, Luis Fernando. *In Um movimento pelo Paraná*. Gazeta do Povo (online) reportagem de 21/06/2013. <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/um-movimento-pelo-parana-0d4rwsdgm1cgpsve4gxkbzc5q>. Acesso em: 10 de nov. 2017. Ver também: BAHLS, Aparecida. *A busca de valores identidades: a memória histórica paranaense*. Curitiba: UFPR (tese de doutorado): 2007. e MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Escravidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública*. *Tempos Históricos*, Volume 20, 2016, pp. 218-240

⁸ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região”. In: *Fronteiras*. Dourados, MS, vol.10, n.17. pp.55-67. jan./jun. de 2008. p.59.

formação do Paraná: "Sem escravidão, sem negro, sem portugueses, e sem índio, dir-se-ia que a sua definição humana [do Paraná] não é brasileira".⁹ Em seu extenso trabalho no qual se insere a citação acima, o autor centra a História do Paraná procurando dialogar – ainda que não de forma explícita – com Gilberto Freyre. Para Martins, no Paraná – como no nordeste analisado por Freyre – também teria ocorrido miscigenação. Mas no Paraná, ao contrário do nordeste no qual os grupos miscigenados eram compostos por negros, índios e portugueses, a miscigenação própria do Paraná foi baseado na mistura de descendentes europeus, com destaque aos alemães, italianos, o ucranianos e poloneses. Assim, a fim de constituir uma alteridade local Martins acaba desconsiderando a presença de outras etnias e personagens - como os caboclos, os afrodescendentes, os índios e os mestiços - na formação histórica da sociedade paranaense.

O silenciamento da escravidão na História local acarretou uma carência de abordagem do tema em materiais didáticos. Essa carência se mantém, mesmo passada mais de uma década da homologação tanto da Lei Estadual 13381/01 - que torna obrigatório o ensino de conteúdos de História do Paraná na Rede Pública Estadual de Ensino - quanto da Lei Federal 10639/03 - que faz obrigatórios os conteúdos de História e Cultura Afro-Brasileira em todos o currículo escolar. Sabemos que em cada região a escravidão se desenvolveu de maneira diferente, com suas características próprias. Isso é elemento importante para discussão em sala de aula, devido ao fato de possibilitar confrontar a identidade do Paraná, que desconsiderou a importância da escravidão local. De acordo com Joseli Mendonça, a história fora das salas de aula, exposta em praças, monumentos e outros locais, principalmente públicos e produzidos por órgãos oficiais, no caso do Paraná, visava a constituição de uma identidade com narrativas fortemente associadas às características da população local. Como demonstra a autora, os aspectos destacados em relação a tal processo é aquele que o associa a origem da população local à presença europeia em detrimento da presença da História da escravidão.¹⁰ Portanto, consideramos necessária a sistematização de conhecimentos produzidos pela historiografia sobre a escravidão no Paraná,

⁹ MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 2a ed.1989. p.446.

¹⁰ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Escravidão, africanos e afrodescendentes na "cidade mais europeia do Brasil": identidade, memória e história pública*. Tempos Históricos, Volume 20, 2016, p. 218-240.

ressaltando a importância do estudo de experiências históricas de populações indígenas e de afro-brasileiros na região estudada, com o objetivo de ultrapassar as barreiras da academia, chegando à sala de aula, tendo em vista a função do saber histórico como um dos elementos construtores da identidade.

Tal necessidade é ainda mais importante para uma população que habitualmente é estimulada a pensar que a história local se restringe à participação de grupos europeus em sua formação, excluindo ou limitando a importância dos outros grupos formadores da região.

Portanto, a perspectiva em que nos pautamos de História Regional, visa evitar identidades engessadas, geradoras de silêncios, dando voz a vários personagens da história paranaense, negros, indígenas, mestiços, etc.

1.2 – A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA LOCAL

A História Regional é um dos aspectos destacados nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)¹¹ No que se refere à caracterização da História e sua importância na formação dos estudantes, esse documento destaca:

os deslocamentos populacionais e a expansão da economia e da cultura mundial criam situações dramáticas para a identidade local, regional e nacional, na medida em que desestruturam relações historicamente estabelecidas e desagregam valores, situações cujo alcance ainda não se pode avaliar. Nesse contexto, os estudos históricos desempenham um papel importante, na medida em que contemplam pesquisas e reflexões das representações construídas socialmente e das relações estabelecidas entre os indivíduos, os grupos, os povos e o mundo social, em uma época. Nesse sentido, o ensino de História pode fazer escolhas pedagógicas capazes de possibilitar ao aluno refletir sobre seus valores e suas práticas cotidianas e relacioná-los com problemáticas históricas inerentes ao seu grupo de convívio, à sua localidade, à sua região e à sociedade nacional e mundial.¹²

Entendemos que a História ajuda o aluno a se identificar, relacionando seu cotidiano com o processo histórico ensinado, ajudado por recortes históricos menores locais ou regionais. Em decorrência da caracterização da História contida

¹¹ Concomitante ao período de realização do trabalho, estava em discussão a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), mas não foi possível contemplar as propostas nela contida em relação à problemática desse trabalho.

¹² BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: História*. Brasília: MEC, 1998. p. 34.

na passagem acima, os PCN enquadram a História Regional nos Objetivos Gerais da disciplina, nos seguintes itens:

- identificar relações sociais no seu próprio grupo de convívio, na localidade, na região e no país, e outras manifestações estabelecidas em outros tempos e espaços;
- compreender que as histórias individuais são partes integrantes de histórias coletivas.¹³

O documento também menciona a História Local e Regional na escolha dos conteúdos pelos docentes, para a formação dos alunos, ressaltando que:

- a importância da construção de relações de transformação, permanência, semelhança e diferença entre o presente, o passado e os espaços local, regional, nacional e mundial
- as problemáticas contemporâneas pertinentes à realidade social, econômica, política e cultural da localidade onde leciona, de sua própria região, do seu país e do mundo.¹⁴
- Enquadradas com o PCN, as Diretrizes Curriculares da Educação Básica de História, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, contemplam a História Local, valorizando o método de ensino elencando os seguintes itens:
 - a importância da dimensão local na construção do conhecimento do passado e que há fenômenos que devem ser analisados em uma pequena escala;
 - os termos das questões relativas à administração e gestão do território em que vivem;
 - a função e o valor histórico-social das instituições incumbidas da conservação do patrimônio e do estudo do passado;
 - a relação entre os fatos de dimensão local e os de dimensão nacional, continental ou mundial;
 - o estudo e a compreensão das histórias locais do outro (como as histórias dos indígenas, dos latino-americanos, dos africanos e dos povos do Oriente);
 - o respeito pelo patrimônio que testemunha o passado local;
 - a utilização e divulgação pública de narrativas históricas das histórias locais.¹⁵

Ambas as diretrizes, estaduais do Paraná e as federais, abordam a História Local quando se referem ao método didático e aos objetivos, ou seja, consolidando-a como importante para o meio de construção histórica e para o seu propósito final.

Apesar de estar previsto o estudo da História Local, é praxe nos livros didáticos dos Ensinos Fundamental e Médio que sejam tratadas somente História Geral e do Brasil. Há motivos mercadológicos para essa divisão, pois os livros visam

¹³ *Idem*, p. 43.

¹⁴ *Idem*, pp. 46-47..

¹⁵ PARANÁ, *Diretrizes Curriculares de História*. Secretaria de Estado da Educação. Departamento de Ensino Básico, 2008. p.72.

o mercado nacional. Assim, a abordagem da História Local fica a cargo dos professores ou de produção específica, realizada em âmbito municipal ou estadual, em geral por iniciativa do poder público como as Secretarias de Educação.¹⁶

Consideramos que os manuais didáticos mais utilizados, principalmente no Ensino Médio, são uniformizados e estabelecem uma generalização e uniformização do processo histórico. Desta maneira, a História perde o sentido para os estudantes, por parecer algo distante da realidade por eles vivenciada, tornando-os espectadores passivos, tanto em relação às reflexões sobre a História, quanto à identificação como agentes históricos, já que não se identificam como parte do processo. Ao ensinar histórias com recortes mais “micro”, como a História Regional, aproximamos os estudantes e quebramos com a uniformização histórica. Segundo Maria Schimidt:

o trabalho com a História Local no ensino pode ser um instrumento idôneo para a construção de uma História mais plural, menos homogênea, que não silencie as especificidades. Esse trabalho pode também facilitar a construção de problematizações, a apreensão de várias histórias lidas a partir de distintos sujeitos históricos, das histórias silenciadas, histórias que não tiveram acesso à História. Ela favorece recuperar a vivência pessoal e coletiva dos alunos e vê-los como participantes da realidade histórica, a qual deve ser analisada e retrabalhada, com o objetivo de convertê-las em conhecimento histórico, em autoconhecimento, pois, desta maneira, podem inserir-se a partir de um pertencimento, numa ordem de vivências múltiplas e contrapostas no espaço nacional e internacional.¹⁷

O estudo das Histórias Regional e Local é importante para dar um significado mais consistente à História Geral ou à História do Brasil. Neste aspecto, Schimidt afirma que abordagens das Histórias Local e Regional fortalecem a noção de pertencimento à uma localidade, grupo ou cultura, auxiliando o entendimento de experiências históricas individuais e coletivas, do presente e no passado¹⁸. A autora reitera que

no processo de globalização que se vive, é absolutamente indispensável que a formação da consciência histórica tenha marcos de referência

¹⁶ Entre outros temos como exemplos o trabalho organizado pelo Antonio Cesar de Almeida Santos, sobre a praça 19 de Dezembro, Vide <https://paranacemanos.wordpress.com>; projetos da Secretaria Estadual de Educação do Paraná, como cadernos temáticos, que se referem a temas ligados à História Local. E da mesma Secretaria o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), que visa o diálogo entre os professores do ensino superior e os da educação básica, com atividades teórico-práticas, com temas regionais. Vide <http://www.diaadia.pr.gov.br/>.

¹⁷ SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica In: _____ *Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas*. Rio de Janeiro: Mauad: Faperj, 2007. 187 - 198. p. 192.

¹⁸ *Idem*, p. 189.

relacionais e identitários, os quais devem ser conhecidos e situados em relação às identidades locais, nacionais, latino americanas, e mundiais. [...] a partir de proposições que tenham a ver com os interesses dos alunos, suas aproximações cognitivas e afetivas, suas vivências culturais; com as possibilidades de desenvolver atividades vinculadas diretamente com a vida cotidiana, entendida como expressão concreta de problemas mais amplos¹⁹.

Ao aproximarmos o foco histórico - Local ou Regional - não pretendemos seccionar a História e fazer um “ensino em migalhas”, mas sim, entender a História e seus fundamentos por meio da proximidade com os alunos, com a finalidade de somar, complementar e dar concretude os conteúdos tratados de maneira mais geral em outros materiais - em especial os livros didáticos - enfatizando as especificidades locais.

Assim, a História Regional não se dissocia da História abordada com um caráter mais geral. Ao contrário, possibilita uma compreensão mais apropriada dela. Nesse sentido, Circe Bittencourt, afirma que

os estudos da História Local devem tentar buscar no recorte micro os sinais e as relações da totalidade social, rastreando-se por outro lado, os indícios das particularidades – os homens e as mulheres de carne e osso. A História do Brasil se constitui, assim, por uma dimensão nacional, local e regional.²⁰

Portanto, a história da escravidão paranaense - com suas especificidades - é componente da história da escravidão brasileira.

Tratar da História Local possibilita também pensar a região a partir de sua historicidade, desnaturalizando a região, tomando ela próprio como resultado de uma construção. Como considerou Durval Muniz de Albuquerque Júnior,

fazer história do regional, implica em pensar as relações de poder e as distintas camadas de saber que vieram a se cristalizar, que vieram a dar contorno e realidade a um dado recorte regional. [...] atentos para as dominações, para as relações de poder, para as alianças e dissensões, para as vitórias e as derrotas, para as lutas e conflitos que levaram à instituição de um dado recorte regional, que definiram suas fronteiras, que inventaram sua paisagem, que definiram o seu habitante, suas manifestações culturais tradicionais, seus costumes e hábitos vistos como típicos, como autênticos, como originais, como singulares e específicos. O historiador do regional seria aquele que se voltaria contra qualquer cristalização do regional, que fugiria do gesto comum de alojar a região no

¹⁹ *Idem*, p.191.

²⁰ BITTENCOURT, Circe. *Identidade nacional e ensino de história do Brasil*. In: KARNAL, Leandro (Org.). *História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas*. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 185-204.

passado, numa origem: seria aquele que tomaria o recorte regional como espaço de experiências aberto a horizontes de possibilidades outras²¹.

Ao tomarmos o tema da escravidão no Paraná, procuramos, então, além de possibilitar o acesso dos estudantes a conhecimentos, problematizar a própria construção histórica corrente, que silencia a importância da escravidão no seu passado.

1.3 – FONTES PARA ENSINO DE HISTÓRIA

Como o material didático que produzimos privilegiará o uso de fontes primárias, dedicamos algum esforço para tratar dessa questão.

Apesar do surgimento de novas tecnologias, mídias e recursos didáticos, entendemos que o livro didático permanece como material importante em sala de aula. De acordo com Circe Bittencourt o livro didático é uma referência básica de estudos para os pais, alunos e mesmo para professores.²² Esse contexto é acentuado quando tratamos da educação pública, onde os professores selecionam livros didáticos pré aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Esse programa federal seleciona critérios para avaliar e classificar os livros adequados para escolha nas escolas. Todavia, esse processo gera uma série de produções padronizadas e não compatíveis didaticamente com o ensino de História Local, Social e mais plural. Circe Bittencourt refere-se ao livro didático como:

limitado e condicionado por razões econômicas, ideológicas e técnicas. A linguagem que produz deve ser acessível ao público infantil ou juvenil e isso tem conduzido a simplificações que limitam sua ação na formação mais autônoma dos alunos. Autores e editores ao simplificarem questões complexas impedem que os textos dos livros provoquem reflexões ou possíveis discordâncias por parte dos leitores. Sua tendência é de ser um objeto padronizado, com pouco espaço para textos originais, condicionando formatos e linguagens, com inferências múltiplas em seu processo de elaboração associadas à lógica da mercantilização e das formas de consumo.²³

²¹ ALBUQUERQUE JÚNIOR, *Op. Cit.*, p.63.

²² BITTENCOURT, Circe (org.). *O saber histórico na sala de aula*. 10. ed.SP: Contexto, 2005, p. 71.

²³ *Idem*. p.73.

Essas produções didáticas acabam sendo portadoras de uma história rígida e unilateral, fazendo uma exposição linear simplista, não permitindo diferentes interpretações, pautadas predominantemente no texto dos autores. Para evitar este tipo de prática, o ensino com fontes históricas é o elemento fundamental do trabalho pedagógico. Bittencourt afirma que documentos/fontes históricas proporcionam para o estudante o "contato com o real, com as situações concretas de um passado abstrato e favorece o desenvolvimento intelectual dos alunos, contrapondo uma história linear e global elaborada pelos manuais didáticos".²⁴

Entretanto, Marlene Cainelli e Maria Auxiliadora Schimidt alertam que o simples uso de documentos não são suficientes para causar uma mudança didática eficaz que tire o aluno de seu papel de espectador. As autoras afirmam que metodologias que usam fontes como "prova de realidade ao texto" ou como comprovantes da narrativa histórica do professor", tendem a deixar o aluno a margem e centram-se na figura do educador como transmissor do conteúdo imutável que deve ser decorado.²⁵

Portanto, é necessária uma mudança no processo de ensino, colocando o aluno como foco, visando uma concepção do uso das fontes que não seja como um crivo das ideias impostas pelo texto. De acordo com Cainelli e Schimidt:

essa nova concepção de documento histórico exclui qualquer tipo de relação autoritária, como a do ensino sempre centrado no professor. O inverso também não está adequado a esse processo de renovação, isto é, o aluno não deve ser relegado a sua própria sorte, como se o ato de conhecer fosse algo dado e espontâneo. Essa concepção propõe que a relação entre professor, aluno e conhecimento seja interativa, uma relação interativa. Sobretudo, as fontes históricas devem ser vistas como um instrumento didático, capaz de possibilitar interpretação dos estudantes, visando levantar suas dúvidas e indagações. Com isso, proporcionar o contato do estudante com realidades do passado, relacionado-as com a sua própria. Todavia, para isso, o professor deve ampliar o uso de fontes históricas para além da ilustração da narrativa, orientando o processo de conhecimento histórico do aluno.²⁶

Como será evidenciado no material didático que produzimos, procuramos contemplar essa proposta das autoras, estimulando – por meio de atividades propostas – estimular os estudantes a trabalharem com as fontes apresentadas no

²⁴ BITTENCOURT, Circe. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2011.p.327.

²⁵ CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. *Ensinar História*. Editora Scipione: São Paulo, 2009. pp. 113-5.

²⁶ *Idem*, p. 117.

sentido de reconhecer o âmbito de sua produção, a intencionalidade presente na sua produção, a problematização delas, a formulação de hipóteses sobre o passado que elas possibilitam conhecer. Em vista disso, assim como no âmbito acadêmico, as fontes trarão informações de acordo com os questionamentos inferidos a elas. Ou seja, em sala de aula, o documento produz informações, de acordo com as indagações do aluno.

Acreditamos que dessa forma, a produção de um material didático - pautado em fontes primárias, diferenciado das produções tradicionais e metodologicamente padronizadas, pode subsidiar docentes em suas práticas. Esse auxílio consiste em aproximar os procedimentos historiográficos de crítica e interpretação das fontes, com a prática escolar. No entanto, não se trata de "fazer pequenos historiadores", mas sim instigar a participação, a identificação enquanto agentes históricos, capazes de interpretar e a analisar criticamente fatos históricos, para que possam entender a história em sua pluralidade e não como algo estanque, pronto e acabado.

1.4 – REFERENCIAIS TEÓRICOS

Usualmente nos deparamos com alunos do Ensino Fundamental e Médio que expressam a concepção de que os escravos foram simples peça inanimada de uma enorme engrenagem, o sistema escravista. Essa compreensão condiz com uma forma de interpretação acadêmica da escravidão, constituída principalmente nas décadas de 1960 e 1970.

Esses estudos tenderam a valorizar a análise econômica em detrimento de aspectos socioculturais e considerar que os escravos eram meros instrumentos de trabalho. Influenciados por um marxismo de cunho excessivamente economicista, esses trabalhos tinham como característica o determinismo econômico, segundo o qual a base econômica era formada pelos meios de produção e pela força de trabalho. Isso condicionaria a superestrutura da política, do direito, da cultura, da ideologia, entre outros. Segundo essa lógica, não seria a consciência das pessoas que determinariam o seu modo de ser; ao contrário, o ser social (definido pela sua inserção na estrutura econômica) determinaria sua consciência. Dentre os pesquisadores integrantes deste grupo e que estava ligados a Universidade de São

Paulo (USP), destacaram-se Florestan Fernandes, Roger Bastide, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa.

Um dos autores que contribuíram com essa interpretação foi o sociólogo Fernando Henrique Cardoso²⁷, que publicou em 1962 uma obra na qual considerava o escravo uma mercadoria, apenas mais um item dos cálculos dos débitos dos haveres de negociantes e proprietários. A orientação teórica do sociológico no tratamento das fontes não permitiu que ele observasse expressões das sociabilidades dos cativos, interpretando que as ideias e atitudes dos escravos eram determinados por outros setores sociais – os senhores - relegando aos escravos o papel de meros observadores de suas próprias vidas.

Emilia Viotti da Costa²⁸, em um trabalho de fôlego e de muita influência na historiografia brasileira, analisou a transição do trabalho escravo para o assalariado durante o século XIX, buscando compreender o desenvolvimento do capitalismo brasileiro. Neste contexto, a escravidão foi analisada como força de trabalho empregada na agricultura, principalmente na produção do principal bem de exportação no período, o café.

Octavio Ianni estudou o escravo paranaense até sua “metamorfose” em cidadão, com fim da escravidão. A obra é repleta de uma variedade de fontes primárias. No entanto, tem uma análise essencialmente econômica.

[...] negro e o mulato, são acepções da mesma categoria do sistema econômico; fornece a mão-de-obra produtora de valores. Mas não é só a sua força de trabalho, que é mercadoria, pois são colocados entre os meios de produção pelos próprios proprietários. É por isso que em Curitiba anunciam-se escravos e escravas, negros ou mulatos, como se anuncia chapéu ou boina.²⁹

O autor segue a linha que caracterizava o escravo como “coisa”, sujeito ao poder e domínio senhorial, sem nenhuma ação pessoal. Mediante a “coisificação social” a consciência do escravo apenas registrava e reproduzia os significados sociais que lhe eram impostos.

²⁷ CARDOSO, Fernando Henrique, *Capitalismo e Escravismo no Brasil Meridional*. Paz e Terra, 1977.

²⁸ COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

²⁹ IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel. 2a ed. 1988. p.112.

Essa perspectiva de abordagem foi questionada de maneira veemente nos anos 1980. Pautados na História Social, historiadores passaram a enfatizar as experiências dos cativos e a sociabilidade por eles constituídas, considerando-os agentes ativos, produtores de práticas e cultura próprias mesmo nos estreitos limites da escravidão. Valorizando a perspectiva dos cativos, estes estudos buscaram entender suas próprias lógicas.

O norte- americano radicado no Brasil, Robert W. Slenes é sem dúvida uma das maiores referências nos estudos de escravidão, que nos anos 1980 trouxeram novas abordagens que enfatizam as sociabilidades e perspectivas escravas. O historiador é um dos pioneiros na introdução desse novo prisma , sobretudo, no estudo das relações familiares entre os escravos no Brasil, onde a família seria um instrumento de sobrevivência dos cativos do sudeste brasileiro durante o século XIX.³⁰

Slenes faz um levantamento de várias tipologias de fontes e o cruzamento nominativos de vários documentos, Entretanto, seu o maior mérito e diferencial com relação aos cientistas sociais, como Fernandes, Cardoso e Ianni, (que também fizeram um grande levantamento documental) foi a base teórica que procura mostrar a complexidade da vida escrava com sua relações de sociabilidades e cultura, onde os cativos aparecem como sujeito da História, passíveis de usas próprias ideias, ações e estratégias.

Silvia H. Lara em seu estudo sobre o Rio de Janeiro colonial - que abrange o período que vai da segunda metade século XVIII ao início do XIX - se propõe a escutar as vozes da relação entre senhores e escravos por meio de processos crime. Segundo a autora, para entender as relações sociais na região fluminense de Campos dos Goitacazes no período colonial, é preciso “recuperar o modo como senhores e escravos viviam e percebiam suas práticas”.³¹ Lara, pautada na História Social, analisa as diversas estratégias e negociações, do escravo e do senhor, diferindo das produções historiográficas do período anterior, ao entender a participação ativa do escravo através suas as práticas sociais inerentes ao regime

³⁰ Ver, principalmente: SLENES, Robert. *Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava*. Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

³¹ LARA, Sílvia Hunold. *Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 21.

escravista. Onde as conquistas escravas não seriam somente resultado das vontades senhoriais.

O trabalho elaborado por Sidney Chalhoub³² também enfatiza as experiências dos cativos no fim da escravidão na Corte. O autor demonstra os embates de diferentes perspectivas de liberdade que contribuíram para o processo que levou à abolição da escravidão. O historiador faz a reconstituição das experiências escravas, pesquisando relatos de viajantes, antigas bibliografias e principalmente ao utilizar processos criminais e ações de liberdade com o envolvimento de cativos. Dessa maneira possibilita compreender os desejos escravos, suas visões de mundo, suas interferências nas próprias negociações e em processos de alforria, mesmos que isso seja feito por intermédio dos termos jurídicos e das anotações de escrivães.

Em suma, Chalhoub busca notar os diferentes significados de escravidão e de liberdade no período, para entender as relações sociais dos escravos, suas estratégias de enfrentamento, de sobrevivência e de mobilidade, mesmo sob as condições do cativeiro. Para o autor, as atitudes escravas e “seus movimentos estão firmemente vinculados a experiências e tradições particulares e originais - no sentido de que não são simples reflexo ou espelho de representações de outros sociais”.³³

Em consonância com essa vertente historiográfica que ressalta a agência escrava e a experiências dos cativos, Joseli Nunes Mendonça - em estudo no qual realiza uma análise minuciosa da lei de 1885 (Sexagenários) – interpreta as leis emancipacionistas como resultante de inúmeros embates entre senhores e escravos, dos quais resultam as modificações da sociedade e da própria legislação. A autora também leva em conta a experiência dos cativos e os considera sujeitos da história da escravidão e da sua transformação.³⁴

Essa mesma perspectiva é adotada por Eduardo S. Pena³⁵, que estuda a escravidão no Paraná desconstruindo a interpretação que considera o escravo como um objeto, passivo e inanimado, tomando-o como agente histórico. Pena analisa

³² CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história da última década da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

³³ *Idem*, p. 42.

³⁴ MENDONÇA, Joseli. *Entre a Mão e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; CECULT, 1999.

³⁵ PENA, Eduardo. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999.

conflitos de diferentes interesses, tanto de senhores como de escravos. Através de uma diversificada gama de fontes - obras literárias, relatos de viajantes, processos judiciais, jornais - aborda as sociabilidades, o trabalho e a luta pela liberdade dos escravos de Curitiba.

A produção historiográfica que priorizou a agência escrava em detrimento das interpretações mais estruturais não atingiram de forma contundente a História fora da universidade. Assim, nas escolas e outros ambientes em que o conhecimento histórico é veiculado - como museus, revistas e espaços públicos - ainda conservam abordagens da escravidão que tomam o escravo como mercadoria, como coisa, como instrumento de trabalho mais do que como sujeito histórico³⁶.

Na produção do material de estudo que desenvolvemos, buscamos nos orientar por essa perspectiva de interpretação da escravidão que valoriza as ações dos escravos. O referencial teórico que nos orienta é o mesmo que inspirou aqueles historiadores a constituir sua compreensão da escravidão, e é constituído pela produção do historiador inglês Edward Palmer Thompson. A contribuição desse autor é apresentada de duas maneiras. A primeira é na chamada “História vista de baixo”, que consideramos ser o principal expoente, fazendo parte do que se convencionou chamar de Nova Esquerda Inglesa. O autor, em conjunto com outros, tende a valorizar os grupos populares, em detrimento dos aristocráticos, até então privilegiados nas análises historiográficas. Essa orientação está na própria escolha do tema em relação ao qual produziremos o material de estudo proposto, ressaltando a importância do estudo de experiências históricas dos trabalhadores indígenas, africanos e afro-brasileiros na região estudada, em confronto com a identidade que nela se constituiu.

Outro aspecto da produção de Thompson, que é importante para esta pesquisa, é relativo à noção de experiência. Ao estudar a formação da classe operária inglesa, o autor chama a atenção para a importância de se considerar a experiências dos sujeitos que a constituíram a partir do confronto de seus interesses com os de outros:

a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõe) dos seus.

³⁶ MENDONÇA, J.; RAMOS, R. *Afro-Brasileiros No Museu Paranaense: silêncios, demandas públicas e ressignificações*. Revista Observatório, v. 3, n. 2, p. 113-135, 1 abr. 2017. p. 130.

[...] A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais.³⁷

Assim, o autor considera que o proletariado não é uma resultante do processo de mecanização do capitalismo industrial moderno, mas das experiências vividas nas relações de classe. Esse processo, portanto, foi definido pela experiência e lutas de mulheres e homens da Inglaterra - seus costumes, reivindicações nas leis e práticas religiosas. Thompson interpreta o percurso que os levaram a se auto identificar como grupo de interesses singulares, pois foram nas lutas - perdendo embates, fazendo valer seus costumes e leis - que a classe foi se formando e se definindo "pelos homens enquanto vivem sua própria história".³⁸

A abordagem que propomos sobre a História Local também permite apresentar a diversidade de experiências vivenciadas pelos escravos na história da escravidão no Brasil. Ana Maria Rufino Gillies chama atenção para esse fato, considerando de fundamental importância a pluralização da história dos escravos de origem africana, os quais são usualmente identificados com as atividades de *plantations*. Gillies defende que a exposição da história social e conseqüentemente das várias atividades escravas (cozinheiros, taifeiros, caçadores carpinteiros, etc.), ajudaria na quebra do preconceito imposto à cultura afro.³⁹ Segundo autora, a falta de protagonismo em várias situações em que realmente foram, "impacta negativamente na construção da identidade negra que aspira ao reconhecimento da sua dignidade e valor".⁴⁰

Esses são os "nortes" teóricos que adotamos em nossa pesquisa: o que orienta a interpretar a escravidão a partir das experiências dos cativos em suas lutas e embates com senhores e que inspira a pensar tais experiências a partir de especificidades vividas por esses homens e mulheres no contexto específico em que viveram.

³⁷ THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. (Vol.I), RJ. Paz e Terra, 1987. p 10.

³⁸ *Idem*. p 12.

³⁹ GILLIES, Ana Maria Rufino. *O conceito de cultura e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena*. Ensino de História e debates contemporâneos. Guarapuava: Unicentro, 2017. p. 125.

⁴⁰ *Idem*, 134.

1.5 – ESCRAVIDÃO NO CURRÍCULO

Atualmente não há uma grande rigidez com relação aos planejamentos individuais e nem ao currículo (isto pode ser alterado de acordo com a BNCC, atualmente em discussão).

Todavia, com base na nossa experiência particular de mais de 15 anos lecionando nas redes particular e principalmente na pública, percebemos um padrão curricular para o trabalho em sala do ensino de história.

Observamos que a maior parte dos professores trabalha História seguindo um linha cronológica, de tal maneira que as séries escolares progridem juntamente com o ensino de uma temporalidade mais recente. Os conteúdos selecionados dentro dessa linha temporal são normalmente mais focados na história ocidental. Entendemos que esse padrão ocorre mormente pelo uso dos manuais didáticos que acabam por direcionar os professores a essa prática, apesar da liberdade concedida e até sugerida pelas Diretrizes Curriculares do Paraná.

Deste modo a história escravidão só aparece usualmente quando é trabalhado o conteúdo “Brasil Colonial” - no Sexto ano do Ensino Fundamental e no Segundo ano do Ensino Médio - e no conteúdo que aborda o Segundo Reinado - no Sétimo e Segundo ano, respectivamente, dos Ensinos Fundamental e Médio. As referências aos indígenas são ainda mais breves, se limitam ao início primeiro período citado como o “descobrimento” e alguns conflitos entre colonizadores com tribos nativas.

Portanto, compreendemos que o hábito de se guiar pelos manuais didáticos esteja profundamente arraigado à cultura escolar. Materiais didáticos que diferem dos manuais das editoras, produzidos por projetos como o Projeto Folhas⁴¹ e o

⁴¹ O Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE) foi criado em 2010 e atualmente está suspenso. Foi uma política de Estado no Paraná, que colocava aos professores a possibilidade de realizar cursos relacionados à sua respectiva disciplina, o que possibilitava o avanço no Plano de Carreira do Magistério. O objetivo didático do PDE era subsidiar professores teórica e metodologicamente para o desenvolvimento de ações educacionais em sua prática. O curso era orientado por professores das universidades públicas e as produções estavam voltadas para a aplicação prática. <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=20> última visita em 30/12/2018.

PDE⁴² tendem a suprir de melhor forma necessidades como a ligação com a História Local, ser menos generalistas, ter perspectivas mais plurais e trabalharem a diversidade cultural. Podemos usar como exemplo de materiais desse tipo o Livro Didático Público de História⁴³, produzido pela SEED/PR em 2006. Esse livro foi realizado a partir da compilação de produções de outro projeto - o Folhas -, que consistia em aulas de várias temáticas feitas pelos professores da rede estadual. O Livro Público, voltado para o Ensino Médio, tem três eixos temáticos principais: Relações de Trabalho, Relações de Poder e Relações Culturais. Na segunda edição, o livro ganhou uma unidade extra e a seguinte configuração: Trabalho Escravo e Livre; Urbanização e Industrialização; Estado e Relações de Poder e Movimentos sociais políticos e culturais. Dessa forma, se caracteriza como um livro de História temática, apesar de seguir uma linha cronológica dentro dos temas. Um diferencial do material é o fato de ser permeado por fontes primárias e secundárias, intituladas respectivamente de documentos e textos. O livro aborda muitas vezes a História Local, isso dado a proximidade com os seus autores.

No tocante à escravidão, difere das produções didáticas em geral, dando algum protagonismo aos escravos, abordando os ofícios que os escravos exerciam, o tráfico negreiro (numa perspectiva mais geral), escravidão e administração indígena e movimentos negros mais contemporâneos.

Contudo, entendemos que o nosso material difere do Livro Didático Público de História por usar mais intensa e fundamentalmente fontes primárias, todas da região do Paraná.

Ana Heloisa Molina e Lucia Helena Silva analisam as referências da escravidão do Livro Público de História, que se distancia no primeiro momento por abordar a escravidão nos três aspectos de sua base, trabalho, relações de poder e cultura. De acordo com as autoras, o livro tem especificidades e pontos relevantes

⁴² O Projeto Folhas foi uma ação implementada pela Secretaria de Educação do Paraná (SEED), vigora de 2003 até 2010 (suas produções permanecem online). Objetivava desenvolver um processo de formação diferente até então, colocando o professor como produtor de conhecimento. Além de ministrar cursos de formação os professores da rede estadual do Paraná poderiam produzir materiais para uso em sala de aula, popularizados como “folhas” que pontuavam na tabela de progressão do Plano de Carreira do Magistério. Essas produções ficam disponíveis no site da SEED, posteriormente foram compiladas e transformadas em livros para cada disciplina, o Livro Didático Público. <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/portal/home.php?PHPSESSID=2019031107552634> última visita em 30/12/2018.

⁴³ PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação (org.) vários autores. *História*. Curitiba: SEED-PR, 2006. http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/livro_didatico/historia.pdf última visita em 30/12/2018.

ao fazer um paralelo entre a formação da sociedade brasileira e a estadunidense e a escravidão nos dois locais, ao abordar a presença africana na formação do Paraná devido a necessidades produtivas da época, e quando a se distancia do uso de imagens “canônicas” já muito utilizadas.⁴⁴ Em contra partida, criticam algumas atividades que acreditam ser mais para reafirmar a escrita dos autores do que para exercitar uma análise crítica dos alunos.⁴⁵ As autoras consideram que no geral o trabalho foi relevante e por ser uma escrita realizada por professores da rede pública, pessoas envolvidas diretamente com a sala de aula, e que fizeram mudanças no tratamento dado à escravidão.⁴⁶

Acreditamos que o material por nós produzido pode ser utilizado de diferentes maneiras, de acordo com os métodos necessidades do professor, de forma similar ao Livro Didático Público de História da SEED/PR. Já que a parte mais importante é o conjunto de fontes reunidos que pode ser utilizado de diversas maneiras colocando o aluno em contato com uma parte mais empírica da história trabalhando sua própria interpretatividade.

Em vista disso o produto didático pode ser usado somente para atividades/exercícios dos alunos, com a escravidão como um recorte dentro do currículo ordinário, usar a escravidão como um eixo norteador para os períodos trabalhados - por exemplo ensinar o período Colonial ou Imperial pautado no tema da escravidão paranaense -, simplesmente tratar o tema da escravidão do Paraná como assunto principal durante o período estabelecido pelo professor, etc. Desta maneira entendemos uso do material didático que produzimos não teria restrição em diversos objetivos de ensino da História, seja nas metodologias mais tecnicistas, voltadas para vestibular ou nas que tem maior foco no desenvolvimento humano.

⁴⁴MOLINA, Ana; SILVA Lúcia. *História escravidão no livro didático do Ensino Médio do Paraná*. In: MOLINA, Ana (org). *Ensino de História e Educação: olhares em convergência*. Vol.II. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012, pp.112-4

⁴⁵ *Idem*, p. 117

⁴⁶ *Idem, ibidem*.

2 – A PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA SOBRE ESCRAVIDÃO NO PARANÁ.

O presente capítulo trata da síntese historiográfica da escravidão paranaense, baseada em trabalhos acadêmicos sobre o tema. Para tanto, demonstra o contexto da ocupação territorial no início da escravidão local com a força de trabalho indígena que paulatinamente vai sendo substituída - mesmo que não totalmente - pela mão de obra escrava de origem africana. Tanto no caso do trabalho indígena quanto no negro, são abordados aspectos da vida social desses escravos, foi usado como marco dessa transição a metade do século XVII.

Em seguida é tratado o contexto da história local que denota nas características específicas da escravidão paranaense, diferenciando-se de regiões com maior contingente de cativos e de economia exportadora. Ao estabelecer a escravidão regional como uma das várias faces da história do escravismo nacional.

A abordagem ao escravismo paranaense é realizada através da história social dos cativos e sua relação com temas como a alforria, diferentes espaços de sociabilidades, as irmandades e a família. O término do capítulo se dá com a temática do movimento abolicionista no Paraná e sua atuação, auxiliando aos escravos que buscavam a liberdade.

2.1 - O TRABALHO COMPULSÓRIO INDÍGENA.

Um dos aspectos identificados nas leituras realizadas sobre a escravidão na região estudada diz respeito à precedência do trabalho escravo indígena, que ocorreu em período anterior à introdução de trabalhadores africanos escravizados. Carlos Antunes registrou que o povoamento de colonização na região do atual território paranaense, na parte ocidental, teve início no século XVI e desde então o interesse por indígenas era central. Respaldados pelo Tratado de Tordesilhas, os espanhóis desenvolvem atividades que se efetivaram com o estabelecimento de povoações, como as de Outiveros, fundada em 1554 e de *Ciudad Real del Guayara*, de 1557. Nessa região, tanto lusitanos quanto hispânicos tinham como objetivo primário o apresamento de índios e a busca por metais preciosos.

A conformação do território se definiu a partir da junção das Coroas portuguesa e espanhola por meio da União Ibérica, em 1580, quando as fronteiras

definidas pelo Tratado de Tordesilhas, que já eram discutidas há muito pelos dois reinos, passaram a ser abertamente desconsideradas.⁴⁷

A expansão lusitana se propagou em duas frentes: a ordens oficiais vindas do Rio de Janeiro e as expedições dos bandeirantes paulistas. A leste do atual Estado do Paraná o que poderia ser considerada fronteira era a continuidade do Planalto em que se fundou São Paulo (1554). Na zona fronteira se estabeleceu na costa separada do planalto curitibano pelas escarpas da Serra do Mar, Paranaguá era o limite meridional, sendo formado pelas baías de Paranaguá e Guaratuba.⁴⁸ A primeira bandeira paulista/vicentina esteve na região em 1585.

No final do século XVI e na primeira década do XVII, os jesuítas instalaram-se na região espanhola de Guaíra. Os índios da região passaram a ser alvo de disputa entre jesuítas e bandeirantes. Os jesuítas, queriam os indígenas nas reduções, com a finalidade de evangelizá-los, além de fazer uso da sua força de trabalho. Para os bandeirantes, os indígenas eram a mão de obra necessária para que os paulistas desenvolvessem seus negócios⁴⁹.

Além da busca pelos “gentios”, havia a procura pelo ouro nas terras do sul. No início do século XVII foram encontradas algumas minas de ouro, prata e outros metais nas Capitanias do Rio de Janeiro, São Vicente e Espírito Santo⁵⁰. No território que futuramente formaria o Paraná, a ocupação iniciou justamente estimulada por tais descobertas, que impulsionaram a busca de ouro na região de Paranaguá. Nessa região, as atividades mineradoras foram frustrantes, pois não propiciavam muitas rendas; todavia, geraram o aumento da população, tornando-a importante para o governo da Capitania do Rio de Janeiro, responsável pela administração da região. Mas foi a própria produção aurífera, ainda que diminuta, a responsável por uma migração do litoral para os Campos de Curitiba (desde 1640) que, segundo Nadalin, eram muito adequados para criação de gado.⁵¹ Apesar do desenvolvimento de culturas de diversos gêneros e de algum comércio, Curitiba foi

⁴⁷ SANTOS, Carlos Roberto A. *Paraná: vida material, vida econômica*. Curitiba: SEED, 2001. p.18.

⁴⁸ NADALIN, Sérgio. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001. p.38.

⁴⁹ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780) Curitiba: UFPR. (tese de doutorado) 2014.p. 22.

⁵⁰ *Idem*. p.23.

⁵¹ NADALIN, Sérgio... p.43.

elevada à categoria de vila em 1693, tendo como principal atividade econômica a pecuária.⁵²

No século XVII e em boa parte do XVIII, os indígenas foram os principais trabalhadores da lavoura e da mineração; capturados também para serem vendidos em outras regiões⁵³. Bruna Marina Portela, desenvolveu um estudo em seu doutorado sobre o processo de transição da mão de obra indígena para o uso da força de trabalho de escravos de origem africana na Capitania de São Paulo fazendo a utilização, principalmente de processos judiciais, de 1697 a 1780 da extensa Comarca de Paranaguá, que se estendia às vilas de Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna. A autora mostra o conflito de interesses entre os colonos, jesuítas e a administração portuguesa em relação à utilização da mão-de-obra indígena:

o embate entre colonos e jesuítas resultou na expulsão dos últimos da Capitania de São Vicente no ano de 1640, após uma reunião entre os representantes das câmaras municipais da Capitania, sob forte pressão dos moradores, também interessados no uso da mão de obra indígena sem oposição. Os aldeamentos antes controlados pela Companhia de Jesus agora eram aldeias reais, sob domínio das câmaras municipais. A expulsão dos jesuítas da Capitania de São Vicente, mesmo tendo durado apenas 13 anos, foi fundamental para que os paulistas exercessem maior controle sobre a mão de obra indígena, antes mediada pelos padres. No entanto, mesmo com a vitória dos colonos sobre os jesuítas, a legislação portuguesa continuava proibindo a escravização de indígenas sem que fossem capturados em guerras justas ou que fossem cativos de outros índios. Ainda havia, para os colonos, o enfrentamento legal⁵⁴.

Desde o século XVI e no decorrer do século XVII os colonos dirigiam-se à Coroa para justificar a escravização dos indígenas, considerado vitais para a sua sobrevivência econômica, posto que alegavam que, diferentemente de proprietários de outras regiões da colônia, não tinham capacidade financeira para importar cativos africanos.⁵⁵

Segundo Joacir Navarro Borges, a legislação acerca dos indígenas, entre os séculos XVI e XVIII, era reflexo de uma história escravista e das permanentes disputas entre vários grupos sociais que já mencionamos - a Coroa, os colonos, os

⁵² *Idem*. p.44.

⁵³ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX*. *História* [online]. 2006. p. 101.

⁵⁴ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra...* p.51.

⁵⁵ MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 133.

jesuítas, além de índios e mestiços. A Coroa, em 1566, determinou a convocação de uma junta para tratar da legalidade da escravidão dos índios na América Portuguesa; essa junta foi composta pelo Governador Geral, pelo Ouvidor Geral e por representantes clericais. Como resultado da reunião ocorreu a regulamentação da liberdade dos indígenas, apesar de ser ter mantido a possibilidade de que índios livres permanecessem trabalhando para os colonos, "mas com bons tratos". Borges afirma que esse arranjo seria "a gênese do que mais tarde tornou-se o sistema de administração".⁵⁶

Devido à mudança do termo jurídico, os colonos passaram a utilizar o nebuloso conceito de "administrados" para designar os indígenas empregados nas tarefas agrícolas e de mineração. Nesse sentido, Portela observou que, juridicamente, os "índios não seriam escravos, mas sim administrados dos colonos, que ficariam responsáveis pelo ensino de bons costumes e da religião aos indígenas, além, é claro, de fazer uso de sua força de trabalho".⁵⁷ A administração de gentios seria a justificativa para o uso de sua força de trabalho, desde a segunda metade do século XVII até a primeira metade do século seguinte.

Os diversos embates travados entre a Coroa e os colonos geraram uma legislação permeável, que permitiu aos últimos aproveitarem-se de brechas que possibilitavam o controle sobre os "negros da terra", como eram referidos os indígenas na época. Dessa maneira, que não que não podiam ser escravizados legalmente por restrições legais eram, em muitas vezes, submetidos ao trabalho compulsório e à dependência daqueles que os "administravam", fato que Borges considera como formas incompletas de escravidão.⁵⁸

A diferença entre escravidão e a administração era quase nula, já que índios administrados eram utilizados no pagamento de dívidas hipotecárias, pagamento de empréstimos e eram presença constante em diversos inventários, dotes de casamento, etc. John Monteiro levanta dois pontos importantes de similaridade entre escravidão e administração. O primeiro é a venda de indígenas administrados, que normalmente era seguido de uma justificativa legal, pois "a venda de índios podia

⁵⁶ BORGES, Joacir N. *As demandas judiciais envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII*. Almanack Braziliense, no. 06, 2007. pp. 73.

⁵⁷ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra ...* p.50-1.

⁵⁸ BORGES, Joacir N. *Op. Cit.* p. 74.

provocar sérias batalhas judiciais, sempre trazendo à luz a contradição fundamental deste regime de escravidão disfarçada"⁵⁹. O segundo ponto refere-se à liberdade, pois usualmente os indígenas tinham uma maneira de se livrar das obrigações do serviço da administração, adquirindo uma alforria - carta de liberdade - reconhecida no cartório, ou através de uma menção no testamento do senhor⁶⁰. Monteiro aponta outra questão complexa no julgamento do sistema de administração:

o problema mostrava-se o mais controvertido, uma vez que a questão da liberdade dos índios estava intimamente ligada à dos salários. Para os colonos, comida, roupa, atendimento médico e doutrinação espiritual apresentavam-se como compensação justa e suficiente pelo serviço dos índios⁶¹.

Consideramos que a não remuneração, as formas de alforria e as vendas faziam da administração uma prática que se diferenciava pouco, ou quase nada, da condição do cativo. Por meio dela, Coroa, colonos e jesuítas tentavam se aproveitar das diversas ocasiões para conseguir vantagens de seus próprios interesses.

Os indígenas buscavam saídas práticas para melhoria de suas condições, como escapadas, revoltas e confrontos físicos diretos, etc. - "meios ilegais" de resistência. Segundo John Monteiro, a resistência indígena por meio de fugas se dava muito mais individualmente do que em massa e representavam tanto resistência quanto interação ao sistema escravista, já que geralmente os fugidos pertenciam a grupos locais próximos geograficamente e seria improvável o retorno à região originária porque eram longínquas e as sociedades de origem tinham sido destruídas pelos colonizadores. Por esse motivo, muitas das escapadelas, independente da motivação exata, levavam os indígenas para outra propriedade da região e outro senhor. Desta forma, elas foram assimiladas pela sociedade escravista indígena, bem como para os índios, que para esses as escapadas permitiam uma certa mobilidade social.⁶² Muitas dessas fugas resultaram em confrontos litigiosos entre os diferentes senhores e senhores e indígenas.

⁵⁹ MONTEIRO, John M. *Negros da terra*. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. pp.147-8.

⁶⁰ *Idem*, p.148.

⁶¹ *Idem*, p.149.

⁶² *Idem*. p. 181-5.

Os indígenas envolvidos em processos judiciais eram, geralmente miscigenados, os mais adaptados ao mundo branco, que tinham um status diferenciado. Estes usaram as leis da Coroa portuguesa como instrumento para conseguir suas respectivas liberdades. A quantidade de miscigenados e bastardos era grande, pois poucas mulheres brancas viviam na América portuguesa, mesmo no século XVIII, pois eram os homens que migravam de Portugal para a realizar a colonização na América. Isto, somado o fato de que mulheres de famílias aristocráticas viviam em conventos ou em reclusão doméstica, limitava as relações entre os colonos e mulheres brancas.

Nas vilas da Comarca de Paranaguá, poucos eram os “homens bons”, ou seja, aqueles que desfrutavam de vantagens econômicas e sociais, poderiam ocupar cargos na administração pública como juízes e vereadores. A maioria da sociedade livre era composta de brancos pobres, bastardos, mulatos e negros, tornando inevitável as relações entre esses grupos⁶³. Fica, portanto, evidente a formação de uma sociedade miscigenada, na qual a bastardia - que “entrelaçava senhores e índios numa relação social fugidia, sempre encoberta pelas malhas da dominação”⁶⁴ - era corriqueira e tolerada socialmente. Muitos foram os casos de homens de posse que tinham filhos indígenas ou mesmo eram descendentes de índios. Por isso, a ascendência era uma das principais questões tratadas nos processos judiciais por meio dos quais os indígenas buscavam a liberdade.⁶⁵

Assim, um aspecto ressaltado pelos autores é que os índios passaram a reivindicar “legalmente”, pautados na legislação colonial, principalmente os que se encontravam na condição incerta de escravos.

A despeito da regularização da relação senhor-administrado através de uma carta régia de 1696, os índios começaram a conscientizar-se das vantagens do acesso à justiça colonial, sobretudo com respeito à questão da liberdade. Isso foi possível, em larga medida, devido às reformas administrativas que foram implantadas a partir da década de 1690 que, embora tenham alcançado êxito apenas parcial, visavam subordinar a região à autoridade da Coroa, processo entrelaçado com a descoberta de ouro nas Gerais. A maneira mais direta de efetivar tal subordinação seria a intromissão da Coroa nas relações entre colonos e índios. Apesar de não abolir

⁶³ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra...* p. 276.

⁶⁴ MONTEIRO, John M. *Op. Cit.* p. 211.

⁶⁵ vide as amostras de PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra, gentio da guiné : a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780) Curitiba: UFPR. (tese de doutorado) 2014. e de BORGES, Joacir N. *As demandas judiciais envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII*. Almanack Braziliense, no. 06, 2007

efetivamente a escravidão indígena - a "abolição" já tinha sido feita inúmeras vezes⁶⁶.

John Monteiro, com essas considerações, chama a atenção para o interesse da Coroa de limitar o poder de grupos regionais sobre as decisões judiciais da localidade. No caso dos processos judiciais envolvendo indígenas, esse poder não era pequeno, pois os senhores eram em geral pessoas de maior prestígio que os indígenas e mobilizavam laços de dependência e parentesco a seu favor. Esse mesmo objetivo motivou a ordem régia emitida em 1700, que nomeava ouvidores das Capitanias como juizes das causas de liberdade dos índios. Neste contexto, em 1723, foi criada a Ouvidoria da Comarca de Paranaguá, “a partir de então ouvidores passaram a escalar a serra do mar todos os anos para fazer suas correções ultraserranas”.⁶⁷

As mudanças articuladas pela Coroa parecem ter sido bem sucedidas na região de alcance da Ouvidoria que contemplava as vilas de Cananéia, Iguape, Paranaguá, Curitiba, São Francisco e Laguna. Bruna Portela observou que todos os processos judiciais de sua amostra nos quais os indígenas eram autores das ações, são datados após a criação da Ouvidoria em 1723.

Se a instalação da justiça local, ainda no século XVII, com as Câmaras Municipais, favorecia os homens bons, pois teriam a possibilidade de serem julgados por seus pares, a instalação da Ouvidoria representou, para os indígenas e também para outras minorias, como os escravos africanos e crioulos, a possibilidade de ter um julgamento dado por alguém que não estivesse diretamente relacionado com seus senhores. Por mais que seja sabido que os ouvidores de Paranaguá acabassem se envolvendo em negócios locais e mantendo laços de parentesco, havia um maior distanciamento da população e, além disso, a ouvidoria era uma instância superior aos juizes ordinários e, por isso mesmo, mais próxima ao rei e à legislação da Coroa⁶⁸.

A historiografia sobre a escravidão indígena na região que futuramente se tornaria o Paraná evidencia, então, vários aspectos que pretendemos contemplar no material didático que elaboramos por meio de fontes. Um deles é conflito entre colonos e a Coroa portuguesa no sentido de definir a liberdade e a escravidão dos indígenas, que pode ser o fato de os indígenas terem sido trabalhadores compulsórios na região. Por meio da instituição da administração, foram colocados,

⁶⁶ MONTEIRO, John M. *Op. Cit.* p. 215.

⁶⁷ BORGES, Joacir N. *Op. Cit.* p. 74.

⁶⁸ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra...* p.83.

na prática, em regime de trabalho muito próximo da escravidão. Em contrapartida, indígenas e seus descendentes se opuseram a tal condição.

O trabalho de John Monteiro indica que a fuga era uma possibilidade de oposição. Outra forma de oposição se realizou por meio da justiça, pela mobilização de instrumentos legais (legislação colonial) e da organização da Justiça.

Entendemos, que esses são alguns aspectos que devem ser contemplados no material didático que produziremos.

2.2 – O TRABALHO DE ESCRAVOS DE ORIGEM AFRICANA

Outro aspecto evidenciado pela historiografia, que pretendemos tratar no material que produziremos diz respeito à escravidão de africanos e seus descendentes.

A leitura dos estudos sobre o tema mostram que, na segunda metade do século XVIII, o trabalho de cativos de origem africana foi intensificado e se consolidou no final do século. Embora, como observou Bruna Portela, o trabalho compulsório de indígenas não tenha desaparecido, tendo predominado até 1750, a introdução de africanos e descendentes passou a ocorrer pelas dificuldades de continuar mantendo cativos/administrados indígenas. Tais dificuldades ocorriam pelos esforços da Coroa em coibir tal prática e pela própria iniciativa dos indígenas, que mobilizavam as formas já mencionadas de se opor à condição em que eram colocados.⁶⁹

Diferentemente do caso dos índios, onde havia o interesse na catequese e aumento do número de seguidores, a Igreja não impunha restrições à utilização de mão-de-obra cativa vinda da África, chegando até mesmo a utilizar essa força de trabalho e praticar o comércio de escravos. O padre jesuíta Antônio Vieira, em discurso para a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, na Bahia, em 1633 referiu-se à escravidão africana dessa maneira:

oh! se a gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? Todos, como credes e

⁶⁹ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra*. p.38.

confessais, vão ao inferno, e lá estão ardendo e arderão por toda a eternidade. E que, perecendo todos eles, e sendo sepultados no inferno como Coré, vós, que sois seus filhos, vos salveis, e vades ao céu? Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina.⁷⁰

O jesuíta, como vemos, justificava a escravização dos descendentes africanos dizendo que ela possibilitava a salvação de suas almas. Este tipo de teoria, que coloca os africanos como herdeiros de um pecado original, com argumentos "camíticos" que associavam os africanos com a praga bíblica de Noé e a seu filho Cam, foram utilizados para inferiorizar os africanos e justificar diversas violências contra eles cometidas. Tais teorias, como considerou Fage, ocorreram desde o início do tráfico negreiro e chegaram mesmo às universidades no século XX.⁷¹

Ao contrário dos indígenas - vistos pela Igreja como puros, ingênuos e novos cristãos em potencial - os africanos e seus descendentes eram considerados impuros, motivo pelo qual a escravidão era uma necessidade para sua redenção espiritual.

Também o tratamento jurídico dispensado aos africanos diferia do dado aos indígenas. Em 1609, Felipe III declarou "todos os gentios daquelas partes do Brasil por livres, conforme o direito e seu nascimento natural". Tal preceito de liberdade natural nunca foi reconhecido aos africanos. Nenhum documento régio trata índios como mercadoria, principalmente, tributada pela Coroa, contrastando com os decretos mandados para as feitorias africanas, onde os termos fiscais e mercantis "peças" e "escravos", são frequentes⁷².

Assim, a escravidão africana, ao contrário da indígena, era justificada legalmente desde sua origem. Usualmente, as requisições de liberdade tinham como tática judicial a comprovação da ascendência indígena e não africana, pois esta última significava a justa escravidão legal. Em casos de averiguações litigiosas para deferir a liberdade, a definição jurídica era feita pela ascendência materna.⁷³

⁷⁰ Padre Antonio Vieira, Sermão XIV, à Irmandade dos Negros do Rosário da Bahia, tópico VI. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>. Acesso em 20/09/2017.

⁷¹FAGE, J.D. *In História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África*, edição Joseph Ki - Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010. p. 13-5.

⁷² ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O Trato dos Videntes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. pp.87-88.

⁷³ PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra, gentio da guiné...* p.92.

Tanto Horácio Gutiérrez quanto Bruna Portela mencionam a dificuldade em se obter informações detalhadas sobre os primeiros escravos de origem africana na região do Paraná⁷⁴. A dificuldade, para Gutiérrez deriva do fato de sua pesquisa utilizar recenseamentos, as chamadas listas nominativas de habitantes da metade do século XVIII. Portela, ao contrário, têm como fontes de sua pesquisa processos judiciais que propiciam, mesmo que minimamente, um nível de detalhamento maior. Todavia, ambos os autores concordam que a presença da escravidão africana se intensifica após 1750.

Segundo Gutiérrez, em sua pesquisa sobre os Campos Gerais, a "introdução de escravos na economia local provocou diferenciações contundentes na produção, domínio da terra, criação de gado, segmentação social e acesso ao poder.⁷⁵ Assim, a região se configura como uma sociedade altamente estratificada e com uma produção agrícola pautada na subsistência e nos mercados internos, no centro da qual estava o escravo.

As atividades econômicas também influenciaram o aumento do uso da mão de obra escrava de origem africana, correspondente decadência da escravidão indígena. Com a queda das atividades dos faiscadores, primeiramente em Paranaguá e depois em na região de Curitiba, no início do século XVIII, ocorreu o predomínio da pecuária, e conjuntamente o maior uso da escravidão africana em relação à indígena. Segundo Carlos Antunes Santos, os escravos utilizados na mineração foram deslocados para regiões de pecuária onde se ocuparam com as atividades tropeiras.⁷⁶

Tais atividades foram incrementadas no final do século XVII, com a ligação por estrada da vila de Curitiba a Sorocaba. Por meio desta, animais criados nos Campos Gerais e nos campos de Curitiba eram levados até Sorocaba e dali redistribuídos, principalmente para Minas Gerais. No início do século XVIII, a atividade tropeira ganhou nova configuração com a construção do "Caminho do Viamão", em 1730, ligando" o Rio Grande do Sul a Sorocaba, permitindo que os

⁷⁴ GUTIÉRREZ, Horacio. *Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830*. Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, 1988, p. 161-188. e PORTELA, Bruna M. *Gentio da terra, gentio da guiné : a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780) Curitiba: UFPR. (tese de doutorado) 2014.

⁷⁵ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX*. *História* [online]. 2006. p. 120.

⁷⁶ SANTOS, Carlos Roberto A. Op. Cit. p.31.

tropeiros guiassem rebanhos sulinos até São Paulo. Pelo caminho das tropas formaram-se núcleos rurais, que por sua vez se constituíram em vários povoados e vilas como Castro, Lapa, Palmeira, Piraí, Tibagi. E no século XIX, Ponta Grossa, Jaguariaíva e Guarapuava.⁷⁷

Conjuntamente com o desenvolvimento da pecuária, ocorreu o desenvolvimento de diversas outras culturas, principalmente de subsistência, que proporcionavam uma série de gêneros produzidos por mãos escravas, como mandioca, milho, feijão e arroz. Octavio Ianni observou que nas cartas de doações de sesmarias eram feitas várias menções ao "cultivo da terra", atividade que se tornou fundamental, quando a área não era propícia à criação de gado.⁷⁸

Em suma, parte da população da vila de Curitiba, nesse período, passa a se dedicar - em campos situados mais para o interior - ao comércio e à criação de animais.⁷⁹ Mesmo que não muito expressiva, a atividade estava voltada a fornecer para áreas de atividade mineradora, em ascensão nesse período na região das minas, de gado muar para transporte e gado vacum para a alimentação. Portanto, é a consolidação da economia pecuária que solidifica a utilização da mão de obra escrava de origem africana na região do atual território paranaense.

Portanto, como já dissemos anteriormente, os núcleos pecuaristas foram os que mais concentraram escravos, mas estes também trabalharam em outras atividades, entre elas, as relacionadas à produção do mate, realizada desde o período colonial e fortalecida no início do século XIX. Além disso, segundo Santos, constituiu-se a atividade que iniciou a industrialização paranaense, a economia do mate se diferenciava da pecuária e da cultura de subsistência porque, ao contrário destas, visava os mercados externos. A Carta Régia de 1722 permitiu que os habitantes do sul da capitania de São Paulo tivessem relações comerciais com a Colônia do Sacramento (atual Uruguai), "para ser feito o tráfico da congonha (mate)". Isto quebrava, regionalmente, o Pacto Colonial, por permitir o comércio da

⁷⁷ A construção da Estrada do Viamão é importante, também, por fazer Curitiba independente "do seu tributo ao litoral", desligando-a de Paranaguá, e incorporando-a ao sistema histórico das "guerras de fronteiras", podendo caminhar para outra direção que não o leste. Desta maneira Curitiba passa a ter grande significado para toda a região. NADALIN, Sérgio. *Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações*. Curitiba: SEED, 2001. p.49.

⁷⁸ IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difel. 2a ed. 1988. p.43.

⁷⁹ PORTELA, Bruna M. *Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade escrava*. (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado: UFPR, 2007. p.9.

colônia com outros países sem o intermédio da metrópole lusitana, pautando-se no interesse político de manter a presença portuguesa no sul.⁸⁰

Com a definitiva abertura dos portos, em 1808, o porto de Paranaguá passou a integrar-se ao comércio com Buenos Aires, o que intensificou ali o movimento comercial. A colheita da erva mate era feita no planalto curitibano e levada para o litoral - em Morretes, Paranaguá e Antonina. Na década de 1820, com deslocamento dos engenhos do litoral para o Planalto em Curitiba, consolida-se a economia ervateira, que representava 44% das exportações da região. De acordo com Santos, duas décadas depois, em 1840, moradores da região que então eram a parte meridional da capitania de São Paulo já expressavam a expectativa de emancipar-se politicamente. Segundo o autor, tal busca por autonomia – que se efetivou em 1853 - era motivada pelo interesses de expansão comercial.⁸¹

Magnus Pereira, que faz uma análise da sociedade paranaense entre os anos de 1829 a 1889, indicou a reestruturação sócio econômica provocada pela economia do mate, geradora da urbanização, principalmente da região de Curitiba. Segundo o autor, apesar de nenhuma cidade paranaense ser muito populosa, deve-se levar em conta que a urbanização de uma sociedade é decorrente de sua dinâmica sócio econômica centrada na cidade, indiferente do seu tamanho. O autor acrescenta que a pecuária influenciou principalmente no surgimento de núcleos rurais e os fazendeiros frequentavam de forma esporádica a cidade para resolver questões comerciais, burocráticas ou ir aos cultos religiosos. De acordo com Pereira, a cidade foco dos fazendeiros e tropeiros era Sorocaba, mas eles só a frequentavam uma vez ao ano, "as cidades paranaenses tinham para eles um significado puramente acessório". Os núcleos urbanos dos Campos Gerais eram locais de frequência pendular e não constituíam uma população de presença fixa, eram locais de passagem "onde, após longos períodos de isolamento, eles encontravam diversão nos prostíbulos e tavernas".⁸²

A economia ervateira era diferente, tinha suas unidades produtivas nas cidades e proximidades delas. Os trabalhadores e proprietários dos engenhos eram habitantes e frequentadores das cidades. Segundo Magnus Pereira, "quando os

⁸⁰ SANTOS, Carlos Roberto A. Op. Cit. p.39.

⁸¹ *Idem*, p.40-3.

⁸² PEREIRA, Magnus R. M. *Semeando Iras rumo ao progresso: (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)*. Curitiba, UFPR, 1996. p.03.

engenhos, por algum motivo, instalavam-se fora das cidades, provocavam a imediata urbanização de seu entorno”.⁸³

Com a consolidação da atividade ervateira a partir de 1820, escravos passam a compor a força de trabalho para a extração e beneficiamento da erva. Pereira considera que:

o século XIX no Paraná foi o século da consolidação do estado e de um processo de urbanização, mas foi também o século da transformação das estruturas produtivas. Ao assumirem diversos papéis sociais aos quais, a princípio, não estavam 'destinados', escravos e libertos apressaram a desarticulação do escravismo. Escravos, libertos e homens livres não-proprietários trabalharão lado a lado na construção civil, como jornaleiros agrícolas, na condução de tropas, como biscateiros ou mesmo na nascente indústria ervateira [...] A mão-de-obra negra parece ter predominado na indústria ervateira até o início do século XX.⁸⁴

Portanto, é possível identificarmos, a importância da escravidão na transformação da sociedade local e na indústria do mate.

O trabalho dos escravos também foi muito importante na realização de atividades urbanas. Magnus Pereira também mostra que nas cidades, principalmente em Curitiba e sobretudo no século XIX, os cativos realizavam pequenos serviços por conta própria ou por ordem de seus senhores, empreitavam serviços públicos, eram artesãos (sapateiros, ferreiros etc.).⁸⁵

O trânsito de escravos na área urbana facilitava fugas, pois favorecia o anonimato ou criava "uma rede de acobertamento". Eduardo Spiller Pena observa também as atividades de lazer dos cativos, que frequentavam batuques, congadas e jogos, "com ou sem a permissão do seus senhores".⁸⁶

A leitura da historiografia especializada, portanto, forneceu elementos importantes para compor o material didático, apresentando o trabalho de escravos africanos nas diversas atividades econômicas realizadas na região desde o final do século XVII até o XIX.

⁸³ *Idem, ibidem.*

⁸⁴ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.75.

⁸⁵ *Idem.* p. 76.

⁸⁶PENA, Eduardo. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial.* Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999. p.137.

2.3 – ESPECIFICIDADES DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO DO PARANÁ

A história da escravidão geralmente é tratada a partir do contexto das grandes *plantations* e da economia exportadora. Essas eram caracterizadas pelas grandes escravarias que acabaram sendo consideradas o padrão geral de toda a escravidão brasileira. Essas considerações se pautam em interpretações baseadas nos ciclos econômicos e, conseqüentemente, nas atividades por eles desenvolvidas. Os estudos realizados por Emília Viotti da Costa,⁸⁷ exemplificam a ênfase dada às economias de exportação na análise da escravidão. Investigando a escravidão no século XIX, a autora caracteriza a economia cafeeira como elemento privilegiado e através dela conduz todo o exame do tema. Os aspectos destacados por Emília Viotti da Costa não condizem, por exemplo, com a escravidão ocorrida na região do atual Paraná.

Portanto, as atividades escravas paranaenses no século XIX, foram basicamente na lavoura de subsistência, pecuária e erva mate, atividades que não faziam parte da grande economia exportadora, mais focada inicialmente na produção do açúcar e do café. Com exceção do mate, a economia do Paraná se desenvolve voltada para o mercado interno.

A escravidão paranaense tinha como característica a composição majoritária de pequenos plantéis - tanto na áreas urbanas como nas rurais- e no decorrer dos oitocentos, este aspecto foi se acentuando, com a diminuição dos grandes grupos de escravos. Na região da Comarca de Curitiba, em 1804 os proprietários de 1 a 5 escravos giravam em torno de 70% do total; este número aumentou por volta de 10% no ano de 1875. Bem relevante também, é o fato de haver uma grande quantidade de proprietários com um só escravo, que compreenderiam mais de 40% do total. Outro aspecto que chama a atenção é o fato de mais da metade dos proprietários terem possuído de 1 a 4 escravos.⁸⁸

Provavelmente tenha sido composição de pequenos plantéis e outros desajustes com características de grandes núcleos escravistas que tenham levado Wilson Martins a negar a existência da escravidão na região. De maneira oposta, Eduardo Pena ressalta que a descentralização da escravidão em pequenos plantéis

⁸⁷ COSTA, Emília Viotti. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

⁸⁸ *Idem*, pp. 33-7.

não significa, por outro lado, que o escravismo tenha sido débil ou frágil essa região. Pelo contrário, a existência de muitos proprietários possuindo poucos escravos pode ter alargado a base de sustentação política e social dessa forma coercitiva expropriação de trabalho. Seria sem dúvida mas difícil contestar o regime se o mesmo se encontrava espalhado, penetrando todos os poros do tecido social.⁸⁹

Mesmo em zonas mais rurais e no início do século XIX, podemos notar como as características da escravidão local podem ter "alargado a base de sustentação" da mesma, como mencionado acima por Pena.

Wilson Martins, em estudo da década de 1950, tratando das especificidades da composição populacional do Paraná, indicou as diferenças entre a região e as demais, afirmando a irrelevância de negros e indígenas na Constituição da população do Paraná:

se em certas regiões brasileiras o esquema da população pode ser o triângulo retângulo [...] tendo por hipotenusa o elemento português, o índio o lado mais curto e como lado mais longo o Africano - aqui figura geométrica seria na mais simplificadora das hipóteses, um polígono irregular de sete lados, cujas faces, em extensão decrescente e tamanho variável, representariam os elementos polonês, ucraniano, alemão, italiano, os pequenos grupos o índio e o negro, estes últimos em proporção praticamente insignificante [...] sociologicamente, este último tem importância meramente informativo [...]⁹⁰

A escravidão praticada no território paranaense não se enquadra nos moldes da escravidão de monocultura, exportadora de *plantation*. Em vista disso, Martins ao buscar características específicas locais, todavia, o faz anulando a história de negros e indígenas no Paraná. Compreendemos que a especificidade da história local esteja no processo de formação da escravidão e não na negação e nulidade desta.

Uma das especificidades da escravidão de origem africana no Paraná em relação às regiões de economia exportadora, estava no tamanho dos plantéis. Enquanto a escravidão africana na região exportadora do centro sul do Brasil no século XIX era caracterizada pelos grandes plantéis, as escravarias no Paraná eram bem mais diminutas. Segundo Eduardo Pena, nas últimas três décadas do século XIX, conforme a matrícula de escravos de 1872, toda a Comarca de Curitiba possuía por volta de 2600 escravos, número pequeno se comparado com a área cafeeira paulista onde somente o município de Campinas tinha 1600 cativos; o maior núcleo urbano, a Corte, tinha população escrava de 48.939 pessoas. O autor ressalta

⁸⁹ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p.31.

⁹⁰MARTINS, Wilson. Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná. São Paulo: T. A. Queiroz, 2a ed.1989. pp. 107-8.

também outro caso ilustrativo, de um proprietário, em 1864 no Rio de Janeiro, com mais de 300 escravos somente destinados à locação, ou seja, somente esse proprietário possuía mais de 10% do número total de escravos da Comarca de Curitiba em 1872.⁹¹

Na região dos Campos Gerais, onde a pecuária predominava, encontrava-se a maior quantidade de escravos, no período de 1854, havia em torno de 6850 escravos, que representavam 67% da população escrava de toda a Província Paraná. A região era constituída de plantéis que alcançavam o número de até 100 cativos.⁹²

As propriedades destinadas à pecuária eram as que concentram o maior número de escravos. Várias vilas próximas a essas propriedades, no início do século XIX tinham, um percentual de escravos bem significativo, como atesta Gutierrez:

em Castro os escravos representavam 21,8% da população em 1810, e vinte anos depois registrava 26,9%; o percentual de Ponta Grossa (freguesia subordinada a Castro) era em 1830 de 19,1% e o de Palmeira de 31%. A proporção de escravos era baixa, embora similar à existente em outras áreas de economias internas, como era o caso da maior parte das vilas paulistas nessa época e de Minas Gerais durante todo o século XIX. Participação mais significativa, entre 30 e 40%, verificara-se em zonas com economias de exportação como o Recôncavo baiano ou, em São Paulo, no quadrilátero do açúcar.⁹³

Todavia, outra análise importante vinda dos dados de Gutierrez seria com relação à ocupação territorial das propriedades com o uso de escravos, que demonstra a amplitude da malha escravista na ocupação do território. Os dados demonstram que as propriedades sem escravos eram predominantes numericamente (78%). Mas, a área ocupada por propriedades que usavam trabalho cativo era desproporcionalmente maior. As que possuíam escravos – somente 22% - ocupavam 79% da área total de propriedades⁹⁴. Enquanto a maioria das propriedades não era escravista, a maior parte das terras estava na mão de donos de escravos.

Em suma, quando analisada a escravidão relacionada à ocupação da região dos Campos Gerais, as áreas constituídas de trabalho escravo eram uma grande

⁹¹ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p.24.

⁹² HARTUNG, Miriam. *Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX*. In.: TOPOI, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 143-191. p. 150.

⁹³ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras...* p.102.

⁹⁴ *Idem*, p.113.

maioria, praticamente quatro vezes maiores do que as propriedades sem cativos, isto confirma como a malha escravista regional foi vasta, mesmo sem uma densidade de grandes plantéis.

Quais seriam estas especificidades da região que em meados do século XIX se tornou o Paraná? Uma delas é a longevidade da utilização da mão de obra indígena. Essa característica esteve presente na história da capitania de São Paulo, na região do Planalto de Piratininga, como mostrou John Monteiro.

Como destacamos na seção anterior deste texto, os estudos de Bruna Portela mostram a importância do trabalho compulsório indígena até meados do século XVIII, na região que posteriormente constituiu o Paraná.

Monteiro demonstra que a mudança ocorre com o "emprego de africanos na agricultura paulista limitou-se às últimas unidades de produção comercial que conseguiram superar as dificuldades impostas pelo declínio da escravidão indígena"⁹⁵. Portanto com o alto preço dos escravos ocasionado pela grande demanda das regiões mineradoras, somente grandes propriedades rurais tinham recursos para adquirir escravos negros. Portanto, o autor, divide a escravidão, de acordo com a conjuntura comercial, de duas maneiras:

a preferência por adultos do sexo masculino, na sua maioria de origem africana, e a ausência quase total de crianças traçavam o perfil demográfico da propriedade em escravos dos comerciantes com trato nas minas. Já nas grandes unidades agrícolas, a composição era bem diferente. Nas fazendas, a presença de cativos africanos correspondia ao padrão da escravidão indígena, estabelecido ao longo do século XVII, **com maior equilíbrio entre os sexos, números consideráveis de menores, uma preferência por crioulos e mestiços e um grau significativo de casamentos (formais e informais) mistos.**⁹⁶ (grifos meus)

O trecho acima aborda a diferenciação entre o perfil das escravarias das áreas de mineração e da escravidão nas regiões periféricas à esta. A abordagem de Monteiro refere-se a região do Planalto de Piratininga em São Paulo. Não entraremos nas minúcias do processo histórico paranaense, mas podemos notar com dados demográficos, a seguir, que a escravidão de descendentes de africanos no Paraná constituiu dados característicos similares aos da escravidão indígena e das propriedades agrícolas mencionadas por Monteiro.

Nos Campos Gerais, a tendência era de um equilíbrio maior entre os sexos na população escrava. Entre 1804 e 1830, por exemplo, ocorreu um equilíbrio entre

⁹⁵ MONTEIRO, John M. Op. Cit. p. 221.

⁹⁶ *Idem.* p.221.

homens e mulheres, com índices que variavam entre 49 e 51%⁹⁷. Pena observa que a razão da masculinidade na Província do Paraná - considerando os adultos - crescia de acordo com o tamanho da posse, com a predominância de homens nos grandes e médios plantéis, por conseguinte, os pequenos demonstravam uma superioridade das mulheres.⁹⁸

Outro aspecto a ser destacado em relação às particularidades da escravidão na região estudada diz respeito à origem dos cativos. Enquanto no século XIX predominaram na região cafeeira os escravos de origem africana – banto em específico⁹⁹ – as escravarias no Paraná foram predominantemente crioulas. Nos Campos Gerais, nas três primeiras décadas do século XIX, 30% dos cativos eram africanos e 70% eram crioulos¹⁰⁰. Essa desproporção aumentava ainda mais em Curitiba. Segundo os dados levantados por Pena, em 1875¹⁰¹ o número de crioulos superava os 90% e 81,6% deles eram provenientes da Comarca ou de outra região do próprio Paraná¹⁰².

Estes números se explicam pelo fato dos africanos introduzidos no Brasil terem sido levados para economias exportadoras, como a zonas cafeeiras paulistas. Eram poucos os africanos que, desembarcavam no Rio de Janeiro (maior porto próximo) e introduzidos no Brasil eram fixados no Paraná; por isso prevalecia na região uma maioria de escravos nascidos no Brasil. Pena e Gutierrez defendem a ideia de que a escravidão do Paraná foi mantida de forma estável pela reprodução natural da população adulta, facilitada pelo equilíbrio no número de homens e mulheres. No entanto, de acordo com o Gutierrez:

diferentemente das economias de grande lavoura, como as voltadas à exportação de açúcar e café, a população escrava paranaense nesta época registrou padrões de crescimento endógenos, nos quais a reprodução natural teve uma importância bem maior que a compra de africanos. Nas primeiras décadas do século XIX, período para o qual existem informações mais precisas, a população cativa local cresceu a taxas anuais de 1,2%,

⁹⁷ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras e escravos...* p.114.

⁹⁸ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p. 43-44.

⁹⁹ “*Malungu, ngoma vem!*”: *África coberta e descoberta no Brasil*. Revista USP, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992.

¹⁰⁰ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras...* p.114.

¹⁰¹ Devemos levar dois pontos em consideração. Primeiro, em 1875 o tráfico negreiro africano já estava proibido há 25 anos, o que aumentou consideravelmente o número de crioulos no Brasil. Segundo, a amostra é de quatro anos depois da homologação da Lei do ventre Livre, o que por sua vez, gerou uma diminuição do número de cativos nascidos no Brasil.

¹⁰² PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face...* p.51.

com destaque para os escravos em idade produtiva, principalmente entre os 10 e 40 anos¹⁰³.

Para Eduardo Pena, o alto número de crianças escravas em 1804, associado ao crescimento vegetativo positivo dos escravos durante o século XIX, "demonstra o caráter fechado de tal população; uma espécie de reprodução por conta própria, isolada".¹⁰⁴

Outro fator que tem associação com crescimento vegetativo da população escrava é o alto índice de casamentos e famílias, que sugerem um de crescimento natural. Pena mostrou que no período de 1875, os escravos e escravas casados, com familiares e viúvos somaram 43,9%.¹⁰⁵

Todos os índices apresentados pelos autores mostram características importantes da escravidão local, relacionadas ao equilíbrio entre homens e mulheres, o crescimento natural da população cativa, o grande número de crianças na escravaria, a recorrência de formação de famílias e o predomínio dos crioulos em relação aos africanos.

Outro aspecto a se considerar em relação à escravidão na região estudada diz respeito às características que ela assumiu nas áreas urbanas. Magnus Pereira observou que a condição assemelhada de senhores e escravos facilitava a mobilidade social e melhorias de vida para estes. O autor credita a essa situação o abrandamento das penas e da violência para com os escravos durante o século XIX.

Com o crescimento de uma população livre não diretamente ligada ao latifúndio, também aumentou o contingente urbano da população. Esse grupo social incluía, freqüentemente, possuidores de um ou dois escravos, utilizados nos serviços domésticos ou como auxiliares nos ofícios de seus proprietários. Existiam mesmo famílias bastante pobres ou viúvas 'desamparadas' que retiravam seu sustento da exploração de um único escravo.

Por outro lado, numa sociedade voltada para o comércio de gado e mate, era freqüente a ausência prolongada dos chefes de família, ficando as mulheres com a responsabilidade de gerir os negócios familiares, incluindo-se aí os escravos. As mulheres de tropeiros, as viúvas desamparadas ou as famílias pobres não dispunham, evidentemente, do poder pessoal do grande fazendeiro, e temiam impor aos seus cativos penas mais violentas. Mesmo porque, nestes casos, as relações entre senhores e escravos apresentavam um conteúdo pessoal muito mais marcado do que nas fazendas de criatório ou engorda".¹⁰⁶

O controle social dos escravos nas áreas urbanas foi tratada por Eduardo Pena, para o qual, diferente do que ocorria na Corte, nos núcleos urbanos menores, como em Curitiba, a população livre podia controlar com mais eficiência os escravos.

¹⁰³ GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras e escravos...* p.114.

¹⁰⁴ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p.48.

¹⁰⁵ *Idem*, p.49.

¹⁰⁶ PEREIRA, Magnus R. M. *Op. Cit.* p.59.

Por outro lado, como a relação entre os escravos e a população era mais próxima, pessoas livres podiam fazer “concessões” ou favorecer burlas. Para evitar conflitos nas relações escravistas, os senhores tendiam a não cumprir as leis municipais que restringiam atividades ou locais aos escravos.

Pena observa também que os instrumentos de fiscalização sobre os escravos seriam insuficientes para controlar a situação, como pretendiam as autoridades. Desta forma, os cativos acabavam realizando atividades proibidas pela municipalidade ou frequentando locais que a eles eram interditados, como bares, por exemplo. Portanto, a partir do tensionamento e da sociabilidade entre homens livres e escravos, estes últimos conseguiram abrir espaço para alguma mobilidade social¹⁰⁷. Ou seja, se na Corte o anonimato do escravo era maior, em Curitiba as relações mais próximas entre os homens livres e o contingente cativo, culminou em relações específicas para a região.

2.4 – BUSCA DE ALFORRIA E OUTRAS FORMAS DE AGÊNCIA ESCRAVA.

As alforrias são importantes por representarem a conquista da liberdade pelo cativo, sendo difícil imaginar que não fosse algo que estivesse constantemente rondando os pensamentos dos escravos.

Do ponto de vista historiográfico a alforria é importante por permitir o acesso a uma elevada quantidade de informações e análises. Eduardo Pena destaca que os números sobre a totalidade das alforrias foram confiáveis, principalmente comparado aos registros de falecimento, os quais não eram registrados e muitas vezes por serem protocolados em cartórios e ser do interesse dos próprios senhores. Além de que, dependendo da manipulação do senhor, a alforria se tornaria um evento em que concederia prestígio social para os proprietários por sua "benevolência", reforçando a ideia do incentivo ao registro público da manumissão.¹⁰⁸

Segundo Adriano Lima os documentos que foram chamados de papel de liberdade ou papel de alforria, "nos permitem extrair experiências vividas pelos

¹⁰⁷ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia ...* pp.136-9. O autor se refere autorizações que concediam os escravos o direito de frequentar bares, bailes e casas de jogos, mediante autorização do seu senhor junto à justiça.

¹⁰⁸ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p.75.

escravos através das sucessivas narrativas que o escrivão, dependendo de seu capricho, deixava registrado em seu livro de notas”.¹⁰⁹

As informações contidas, usualmente, na carta de alforria sobre os proprietários são nome, idade, local de residência, sexo, estado civil, cor, profissão, e título. Sobre os cativos a carta informa o nome, o sexo, a cor, a procedência como nação/porto de origem na África, a idade, a filiação e o ofício. Estes dados intensificam a importância do registro para o trabalho historiográfico.

Ainda de acordo com Lima, a carta de alforria ou carta de liberdade como documento jurídico configurava-se por "ato entre vivos — senhor e escravo — ou como última vontade do senhor”.¹¹⁰ Ou seja, além da possibilidade de resgate de variadas informações históricas, as alforrias refletiam a relação entre proprietários e cativos. Essa relação pode ocorrer como forma de recompensa ou reconhecimento pela atitudes do escravo aos olhos de seu senhor, assim premiando o bom comportamento, lealdade, bom trabalho, etc.

A homologação da alforria serviu como importante instrumento de controle social dos escravos, por demandar uma disciplina para que estes pudessem obter a liberdade. Entretanto, ressaltamos que a ideia de que os escravos teriam um comportamento de total submissão ou fizessem economias com o interesse final da compra da alforria, deve ser no mínimo questionada. Uma vez que os cativos estão buscando sua liberdade dentro de seus espaços de articulação, portanto não se caracterizam como dóceis e passivos, mesmo não havendo uma recusa total à escravidão. Comentaremos mais adiante sobre os diversos espaços de liberdade conquistados pelos escravos.

Adriano Lima em seu trabalho de dissertação analisa alforrias da vila de Curitiba - num período anterior ao estudado por Eduardo Pena - entre 1790 e 1825, traçando o perfil do escravo alforriado na região que engloba as Comarcas de Curitiba e de Paranaguá,

A pesquisa contém um grande levantamento de dados sobre os alforriados. Conforme o cruzamento de dados feito pelo pesquisador, este perfil regional se mostrou singular com relação às demais localidades brasileiras. Lima enfatiza que a alforria não é somente uma concessão senhorial, mas uma conquista do escravo,

¹⁰⁹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (1760–1830)*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2001. p.84.

¹¹⁰ *Idem* p. 85.

especificando características como o sexo, a cor, a idade, além de uma atividade destacada - a "modalidade" de alforria.

Em sua pesquisa, o autor supracitado elenca as alforrias em quatro modalidades: onerosa, gratuita, condicional e condicional onerosa. O pesquisador explica cada uma das modalidades:

As alforrias **onerosas** constituíam-se aquelas em que o escravo pagava a seu proprietário uma soma em dinheiro ou, em alguns casos, em espécie — tecidos, animais ou outro escravo. Já as alforrias concedidas a título **gratuito** representam aquelas em que o senhor libertava seu escravo sem qualquer ônus para este; ou seja, não era necessário que o escravo dispusesse de um pecúlio acumulado ou, de outra maneira, dependesse de terceiros para pagar a seu proprietário por sua alforria. Por fim, as cartas de alforria **condicionais** referem-se àquelas em que o escravo era libertado mediante uma cláusula previamente acordada entre ambas as partes. Tais condições iam desde a promessa de “mandar dizer” algumas missas à alma do falecido senhor, a prazos que terminavam somente com a morte do herdeiro a que o escravo fora legado. (...) as alforrias condicionais, aquelas concedidas gratuitamente e as concedidas mediante pagamento. Assim, sugerimos para este estudo uma quarta modalidade, a **condicional e onerosa**. Esta categoria de alforria estaria representada pelas concessões de liberdade que envolviam não só o pagamento de determinada soma por parte do escravo, como também, concomitantemente, o escravo deveria cumprir uma condição como as citadas anteriormente.¹¹¹

O autor demonstra características específicas da alforria e da vida social dos cativos dos campos de Curitiba e Paranaguá, ao relacionar o cruzamento de dados do escravo com a sua respectiva modalidade. Para tanto, Lima compara os dados regionais com outras regiões do Brasil - Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Campinas - além de localidades das Américas - Lima, Buenos Aires e menos constantemente dos Estados Unidos.

Os dados referentes aos manumitidos de acordo com a faixa etária é dividida entre crianças, adultos e idosos e demonstram que a maioria dos alforriados das localidades pesquisadas estavam em idade adulta. Os índices mais altos de crianças libertadas foram na Bahia (1684-1745) 44,8% e em São Paulo (1729-1804) com 38,8% do total. Nas demais localidades pesquisadas por Adriano Lima, o percentual variou entre 11% e 21%, na vila de Curitiba (1790-1825) era de 13% de crianças e dos adultos 47,8%. De acordo com próprio Lima, poucos autores se propuseram a explicar estes números de forma mais detalhada, mas uma parte deles usou-os para refutar a ideia de que senhores eram comovidos pela "ternura"

¹¹¹LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p.85.

das crianças da senzala e que as libertavam por uma espécie de comoção, assim desvinculando os ingênuos da escravidão ou da condição dos pais”¹¹².

Dentre os vários autores pesquisados por Lima, somente Lyman Johnson,¹¹³ no estudo sobre alforrias em Buenos Aires, aborda de forma minuciosa a questão da superioridade adulta nas alforrias, relacionando a idade com a cor, a modalidade e a maneira como fora feito cativo, mas ressaltando principalmente as “iniciativas individuais” e seus laços de sociabilidade para alcançar a liberdade.¹¹⁴ Um escravo adulto, por exemplo, teria muito mais condições de negociar ou pressionar seu proprietário ou ainda acumular bens para compra da alforria do que uma criança.

No que diz respeito a procedência dos alforriados é difícil uma análise mais consistente, como foi comentado anteriormente (item 2.3), a maior parte dos escravos que adentravam a atual região do Paraná eram originários do tráfico interno e a manutenção das escravarias, normalmente, eram feitas pela própria reprodução natural. Tais características fizeram um desequilíbrio com uma maioria de crioulos em vista dos africanos. As amostras de Lima demonstram que 12% dos manumitidos (13 casos) que constam suas origens na alforria, eram africanos. Este número é condizente com a proporção da população de escravos africanos, segundo de Gutierrez e Pena,¹¹⁵ o que nos sugere que não tenha havido benefícios nas alforrias com base na procedência. No entanto, reiteramos que um total de 13 casos arrolados por Adriano Lima não permitem uma análise mais sólida.

Com relação ao sexo, as comparações das várias pesquisas apontam para uma supremacia de manumissões de mulheres em todas as regiões comparadas por Lima. Para explicar este fato são levantadas algumas teorias por historiadores da escravidão. Uma primeira vertente foca nas relações de produção e mercadológicas, afirmando que as escravas recebiam o maior número de alforrias por custarem menos no mercado de almas e serem menos produtivas. Uma segunda hipótese se refere às relações sexuais entre escravas e proprietários ou outros homens brancos, fomentada às vezes pela (já citada aqui) escassez de

¹¹² *Idem.* pp. 92-4.

¹¹³ JOHNSON, Lyman L. Manumission in colonial Buenos Aires. *Hispanic American Historical Review*, 59 (2) : 258-279, maio 1979.

¹¹⁴ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos...*p.94

¹¹⁵GUTIÉRREZ, Horacio. *Donos de terras...* p.114;LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Trajetórias de crioulos...*p.96 e PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face...* p.51.

mulheres brancas. Esses laços afetivos acabavam por gerar oportunidades de libertação para mulheres do cativas. Eram usuais situações que a escrava tinha filhos com senhores ou com outros homens brancos, ou até mesmo se prostituíam para acumular pecúlio ou ainda eram amantes de homens brancos ricos que pagavam suas alforrias¹¹⁶. Entretanto, Lima alerta que alguns trabalhos "analisam a prática da manumissão enquanto uma concessão paternalista, na qual o escravo deveria somente aguardar fiel, humilde e obedientemente"¹¹⁷.

Não obstante, outras pesquisas colocam as escravas de forma mais ativa no processo de conquista da alforria, ao realizarem atividades urbanas como lavadeiras, quitandeiras, vendedoras, etc. Estas constituiriam um espaço feminino para acumular o pecúlio.

Contudo, esta explicação seria insuficiente, pois tocava somente no modelo de alforria onerosa que contemplavam menos de 50% dos casos das pesquisas expostas por Lima, que por sua vez parece concordar com o complemento de uma outra vertente pautada no trabalho de Peter Eisenberg,¹¹⁸ que aponta para as relações sociais entre os próprios escravos como um dos pivôs da predominância de escravas mulheres alforriadas. Esta tese se desenvolve da seguinte forma: a legislação colonial, que permaneceu no período imperial brasileiro, determinava que filhos de pais escravos também o seriam, apenas em casos em que a mãe também fosse cativa. Mas, se esta fosse livre, mesmo que o pai fosse escravo, a criança nasceria juridicamente livre. Desta forma os escravos quando envolvidos em alguma forma de relação, agiriam em função da não proliferação dos laços escravistas, para que "crianças geradas dessas uniões não nascessem na condição de cativos. Para tanto era função da família escrava promover abortos e, de outra forma, privilegiar a mulher escrava no momento da alforria".¹¹⁹ A tática de resistência estaria, portanto, pautada nos argumentos jurídicos.

Apesar de todos os dados, modelos e teorias, o índice referente ao sexo das manumissões na Vila de Curitiba não era tangente com outras localidades aqui expostas. Mas, de maneira oposta, o número de escravos do sexo masculino foi

¹¹⁶ *Idem.* pp. 87-8.

¹¹⁷ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* .p. 89

¹¹⁸ EISENBERG, Peter. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. *Estudos Econômicos*. São Paulo, 17 (2) : 175-216, maio/ago. 1987

¹¹⁹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.*, p. 89.

igual ou superior em quase todo o período de 1790 à 1825. Tentaremos entender melhor essa peculiaridade de Curitiba quando cruzarmos outros dados das alforrias com a diferenciação entre os sexos.

A modalidade da alforria é que nos traz a maior quantidade de informações sobre as relações sociais de escravos e senhores. Na vila de Curitiba, entre 1790 e 1825, quase 40% do total das modalidades de alforria eram condicionais. Dentre os 84 escravos manumitidos condicionalmente ao menos 77 aceitaram o termo de servir seus senhores, usufruindo da liberdade somente após a morte destes.¹²⁰ No entanto, algumas alforrias condicionais acumulavam mais de uma exigência. Por exemplo, além do trabalho até a morte do senhor, o cativo deveria mandar rezar uma determinada quantidade de missas para este. Nestes casos, o escravo somente teria sua carta de alforria caso apresentasse ao tabelião o comprovante de pagamento das missas.¹²¹

A segunda maior taxa, em Curitiba, foi da modalidade onerosa 34%, este ônus não deveria ser pago em espécie, mas mercadorias variadas que tivessem algum valor de mercado ou de uso, que comumente, entravam como parte do pagamento. Essas mercadorias poderiam ser desde objetos, passando por bois, cavalos e galinhas ou até mesmo por outro escravo. O índice destas duas modalidades (onerosa e condicional) desconstrói o "caráter humanitário da manumissão".¹²²

Ao compararmos a modalidade da alforria com o sexo do manumitido, percebemos que escravas do sexo feminino tinham uma ligeira superioridade nas alforrias da modalidade gratuita. E com relação aos cativos homens era maior o número de manumitidos de forma onerosa. Mas os números se mantêm equilibrados sem variações abruptas.

Podemos encarar os tipos de alforria condicional, onerosa e condicional onerosa como modalidades que acabavam deixando uma "obrigação ou conta a ser paga" pelo escravo. E numa perspectiva econômica essas modalidades refletiriam o intuito dos senhores em reaver o dinheiro investido no cativo como uma adaptação ao contexto econômico.

¹²⁰ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* .p. 99.

¹²¹ *Idem*, p.100.

¹²² *Idem, ibidem.*

De tal maneira que, em épocas de valorização do escravo as alforrias onerosas superariam as gratuitas e em momentos de diminuição da demanda de trabalho cativo as manumissões gratuitas aumentariam como uma maneira de diminuir o custo da escravaria. No caso das liberdades condicionais o proprietário resgataria, de certa forma, o valor/uso do investimento no escravo, já que não se desfaria deste, pelo menos não em vida. E mesmo nas alforrias gratuitas, o senhor retirava de sua terça o valor do escravo libertado. Numa linha de pensamento tangente, há ainda, o critério de como foi adquirido o escravo, onde senhores que compravam seus cativos tendiam a alforriar de forma onerosa mais do que proprietários que herdavam ou obtinham os escravos por reprodução natural.

Mesmo sem desconsiderar nenhuma dessas hipóteses, pensamos que são demasiadamente focadas na economia e principalmente na perspectiva dos proprietários escravistas. Portanto, entendemos que as variações formas de alforria se davam principalmente pelas relações sociais entre os personagens históricos e seu diversos interesses e ações. Segundo Lima:

A lógica que perpassa a prática da manumissão não se limitaria a um simples “ganhar” ou “perder” capital empatado. Essa prática social estaria inserida numa rede de relações — patriarcais e horizontais — que envolviam senhores, escravos e comunidade cativa. Ela representa o episódio final construído pela negociação cotidiana de escravos e senhores, de onde estes dois grupos saem, cada um à sua maneira, com seus objetivos alcançados. Aventamos, ainda, como possibilidade a mobilização da comunidade escrava em função da libertação do escravo adulto em detrimento do ingênuo cativo. É provável que este padrão estivesse norteado por regras instituídas no interior da comunidade cativa e articuladas com os interesses senhoriais.¹²³

O autor reitera sua perspectiva com exemplos diversos das relações escravas, que ajudaram na "barganha" da alforria. Para tanto, amplia uma concepção ortodoxa ou limitada da “comunidade escrava”, na qual os cativos interagiriam somente com seus companheiros de senzala ou libertos. Adriano Lima demonstra variados relacionamentos entre escravos e os mais diversos personagens das cercanias da vila de Curitiba. Dentre vários exemplos pontua relações íntimas, ou não, entre escravos e libertos e outras pessoas livres; relacionamentos entre cativos de mesmo e entre plantéis diferentes; e o destaque às relações familiares que possibilitavam uma gama de “cartadas” em busca da liberdade, como a troca de filhos, sogra e outros familiares pela manumissão.

¹²³ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* .p. 94.

Segundo o autor a constante presença da família escrava entre os alforriados, demonstra sua importância como um instrumento para a melhoria da vida no cativeiro.¹²⁴

Ao compararmos os números das modalidades de alforrias por faixa etária, em Curitiba (1790-1825) vemos o predomínio dos manumitidos por meio condicional - entre os adultos. Crianças e idosos foram alforriados em sua maioria de forma onerosa. Não possuímos números tão detalhados sobre as manumissões no decorrer dos oitocentos. Mas sabemos que entre 1873 e 1884 dos 365 manumitidos na Comarca de Curitiba, 264 foram de forma gratuita e apenas 101 de maneira onerosa¹²⁵. Todavia, devemos considerar que este levantamento feito por Eduardo Pena não distingue as alforrias gratuitas das condicionais, em resumo as modalidades que não tinham ônus em dinheiro foram somadas e consideradas gratuitas. Como não é possível separarmos os dados de Pena em quatro modalidades de alforrias como fez Adriano Lima, simplificaremos os índices de Lima, somando os tipos de manumissões gratuitas aos condicionais.

Portanto, com o critério unificado, os índices de Curitiba ficariam assim: de 1790 à 1855 as alforrias onerosas atingiram 34% e as gratuitas 66%. E no intervalo de 1873 à 1884 as liberdades da modalidade onerosa foram 28% e as gratuitas 72%. Nas duas amostras a quantidade de casos gratuitos foram superiores, mas com números mais altos para o período provincial. Devemos considerar que os dados dos últimos períodos refletem uma sociedade mais próxima do fim da escravidão e em maior degradação do escravismo, onde o aumento das manumissões ocorreu em vários casos por causa do status que essas concederam aos proprietários - trataremos com mais detalhes sobre esse tema posteriormente quando falarmos do abolicionismo.

Magnus Pereira demonstra em sua pesquisa que a legislação de Curitiba na segunda metade do século XIX, abordava casos específicos sobre a prática da alforria. Como a lei de 11 de julho de 1861, proibia os senhores (sob pena de multa e de cuidar do liberto) a "passarem a carta de liberdade" para escravos idosos ou doentes, "com o fim de não os alimentar e vestir". De acordo com o historiador, esse código de postura mirava diretamente os moradores das cidades, que possuíam um

¹²⁴ *Idem.* p.110.

¹²⁵ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p.77.

ou dois escravos, e que os libertavam quando não eram mais capazes de realizar seu serviço. Já que, em propriedades rurais os escravos idosos não geravam grandes custos, pois era de costume que os proprietários lhes concedesse um pedaço de terra para cultivo, onde poderiam sobreviver.¹²⁶

Mesmo sem o número detalhado das alforrias de idosos neste período, podemos perceber a que lei pretendia acabar com uma prática comum a de se livrarem de cativos considerados incapazes para o trabalho.

Pereira recupera outra lei, de 24 de abril de 1862, mas que neste caso incidia diretamente sobre os escravos - com uma pena de oito dias de prisão - proibindo os cativos de "tirarem esmolas para sua liberdade, sem licença expressa de seus senhores".¹²⁷ Ou seja, o intuito legal era controlar o acúmulo de dinheiro e evitar que a alforria fosse usada como instrumento estratégico de resistência pelos escravos ou como justificativa para pecúlio destinado para outros fins, que não a compra de suas liberdades. O que nos leva a pensar que a alforria era um argumento forte e usualmente usado para comover a quem dava esmolas.

Intentamos deixar claro que vários dos esforços contra o sistema escravista não resultaram na alforria, mas que nem por isso deixaram de render algo positivo no cotidiano dos escravos. Portanto, além de falar sobre a alforria propriamente dita, vamos abordar a grande variação que a liberdade e a resistência ao escravismo poderiam representar para quem vivia na condição de escravo.

A resistência escrava pode ser classificada de diferentes maneiras, com maior ou menor inclinação ao rompimento total com sistema escravista. As táticas escravas mais drásticas no enfartamento da escravidão eram fugas e formação de quilombos; rebeliões; atentados aos bens e a integridade física de seus proprietários; e entre outras. Mas devemos ter em mente que não foram as únicas e nem sempre as mais eficientes, dependendo do intuito do escravo.

Vale a pena abrimos parênteses para comentar - que de acordo com nossa experiência ministrando aulas nos Ensinos Fundamental e Médio, entendemos - que as formas de resistência mais radicais são as únicas identificadas pelos alunos como reações cativas à escravidão, sempre em busca da alforria ou vingança.

¹²⁶ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.68.

¹²⁷ *Idem*, p.66.

Quando avançamos do século XVIII para o XIX, percebemos que a escravidão foi se “aculturando”, sendo vista como, cada vez mais rotineira e integrada à sociedade. Isso, por sua vez, não extinguiu formas de resistência mais radicais, que perduraram até a últimas décadas do século XIX. A própria legislação nos sugere isso.

Uma Resolução de 25 de julho de 1834, da Câmara Municipal da Vila de Curitiba, previa o pagamento do senhor para a Guarda Policial, por escravos fugidos que fossem recuperados, com o custo de dois mil réis quando o cativo era preso sem escolta, de quatro mil réis quando havia uso de escolta e de seis mil réis em ataques a quilombos. Mais para o fim do século, um número superior a 25% do total das prisões realizadas em 1878 e 1879, estavam relacionadas a escravos fugidos.¹²⁸ Tais fugas aconteciam para municípios vizinhos e até mesmo para outras províncias.

Revoltas de escravos no início do século XIX, como a Revolta dos Malês na Bahia, reforçaram o “haitianismo”¹²⁹ e proprietários de vários lugares do Brasil passaram a temer levantes escravos. No Paraná ocorre uma revolta concomitantemente em Morretes e Antonina, em 1825, onde os revoltosos foram detidos e chicoteados em público.¹³⁰

Diante da turbulência causada pelos levantes, as leis imperiais passam proibir o porte de armas de fogo e armas brancas. Tais medidas foram reiteradas pelas Câmaras de Curitiba e Castro, que procuraram manter as armas longe do acesso dos escravos restringindo-as à “pessoas de qualidade” que poderiam usar “pistolas nos coldres ou outras armas necessárias para se defenderem de qualquer agressão de Escravos, e salteadores”.¹³¹

Todavia, o código de posturas não representava muito bem a preocupação ou o desejo dos habitantes locais. De acordo com Eduardo Pena, mesmo com as proibições legais, o uso de armas de vários tipos foi amplo, sendo componente da cultura local da população da Curitiba Provincial, o que tornava seu fim quase impossível. O autor demonstra, que em várias ocasiões, os escravos conseguiram

¹²⁸ PENA, Eduardo. *O jogo da face*. p.178.

¹²⁹ O termo se refere ao medo de que levantes os escravos conseguissem galgar o mesmo resultado dos cativos do Haiti, que tomaram o controle local estabelecendo a independência da colônia em 1804.

¹³⁰ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.71.

¹³¹ Lei municipal de Curitiba, 24 de setembro de de 1829. *Apud*. PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p. 70.

utilizar armas com bastante facilidade e certo aval da população livre. Em diversas ocasiões - como demonstram os processos envolvendo escravos - homens livres como proprietários, juízes e outros agentes da lei pareciam não prestar muita atenção ao fato de os cativos portarem armas.¹³²

Mesmo após um alarme de levante escravo em Antonina em 1859, as penas da leis municipais evidenciam que o porte de arma cativo não era um problema de preocupação primária. Tanto que, em 1860, as penas previstas para escravos que participassem de jogatinas, ou que lavassem roupa em fontes públicas era de 25 açoites, mais rígidas do que os 20 açoites, impostos para os que fossem apanhados armados¹³³.

Todavia, no Paraná tivemos casos de escravos julgados pela Lei Imperial de 10 de julho de 1835 que os penalizava com a pena de morte. De acordo com a fontes de Ilton Martins foram encontrados 14 casos, 8 deles em Castro (sete homicídios e uma tentativa), "sempre pelo assassinato de senhores, ascendentes ou descendentes próximos, feitores ou administradores, e nenhuma por insurreição".¹³⁴

Podemos notar não só pela legislação, mas pela forma com que foi colocada em prática, que as autoridades locais pareciam ter muito mais interesse em outros delitos cometidos pelos escravos como embriaguez, desordem, furtos e transitar nas ruas fora de horário permitido. O Lançamento das prisões de dois anos (1878 e 1879) totalizam 89 prisões de escravos e destas 21 por embriaguez, 8 por desordem e 6 por transitar fora do horário. Somados esses motivos são quase 40% de todas a prisões do período.¹³⁵

Outra forma de resistência cativa mais extrema foi marcada na legislação local, os envenenamentos. "A venda de substâncias tóxicas a escravos era proibida em todos os municípios. Ainda no século XIX o veneno era, provavelmente, a arma preferida nos homicídios premeditados"¹³⁶, não somente por escravos, isto dado pela grande chance do crime permanecer impune pela dificuldade em se constatar a forma da morte.

¹³² PENA, Eduardo. *O jogo da face*. pp.136-152.

¹³³ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.73.

¹³⁴ MARTINS, Ilton C. *Por meu filho e por Minas os crimes dos escravos em Castro na segunda metade do XIX*. UEPG: Revista de História Regional, v. 21,2016. p. 24.

¹³⁵ PENA, Eduardo. *O jogo da face*. p.174.

¹³⁶PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.74.

Em suma, meios de resistência escrava mais radicais estiveram presentes no dia a dia do atual Paraná durante todo o período de escravidão. Essas maneiras de resistir eram mais notórias aos olhos dos senhores e do Estado, pois normalmente eram consideradas crimes ou delitos e que atingiram ou não seu ponto ideal que seria a liberdade.

Apesar da busca pela liberdade ser o objetivo ideal de muitos escravos, isto nem sempre foi uma situação possível, o que não quer dizer que não tenha havido a busca e conquista por uma liberdade parcial. Nossa intenção é explicar que alforria não era única forma de libertação e que para os escravos o significado de liberdade era diferente dos conceitos do Estado e dos senhores. Da mesma forma que, as resistências menos radicais, poderiam gerar espaços de liberdade ou mesmo alforria.

Sidney Chalhoub demonstra que desde ações mais extremas, como assassinato, até as mais simples como fingir uma enfermidade, poderiam acabar com a própria venda para outro proprietários, fazendo de si cada vez mais os donos dos seus destinos, conquistando certa autoridade e liberdade sobre as relações ali estabelecidas. Em outros casos, posturas de desobediência doméstica ou mesmo ações legais realizadas por parte dos cativos não expunham intenção de se tornarem libertos, mas simplesmente um caráter de exigência de melhores condições de tratamento por parte de seus proprietários.¹³⁷ De forma resumida, existiram variados atos que buscavam liberdade e não somente a alforria.

O uso de recursos legais utilizados pelos escravos se enquadram no que chamamos de reação não radical, ou seja, não procuravam romper bruscamente com a escravidão, mas jogavam segundo as regras para conseguirem vitórias individuais. Ao nosso ver a passagem abaixo, de Eduardo Pena, retrata bem tal situação:

Os “libertandos” que se utilizaram da lei para manter ou conquistar sua liberdade, estão bem distantes de apresentar um caráter de docilidade. Mas, também, não se pode ver no gesto de recorrerem à justiça uma demonstração de rebeldia e recusa total à escravidão. Ações de liberdade não foram movidas por quilombolas, mas por pessoas que de certa forma se adequaram à escravidão, sem contudo se anularam como vítimas passivas com relação a ela. Embora não demonstrassem de maneira brusca seu descontentamento ao contexto escravista, os cativos, munindo-se da lei para defenderem seus interesses e até melhorarem sua condição existencial, produziram por meio de seus gestos e falas uma crítica consciente aos abusos cometidos por certos proprietários. O que você quer destacar aqui é que não foram suas atitudes explícitas de repulsão cativo

¹³⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história...* pp. 68-75.

e que demonstraram ser práticas conscientes de resistência por parte dos escravos. Outras estratégias menos diretas e mais difíceis de se identificar, mas que sem dúvida permearam o cotidiano das relações escravistas, carregaram também uma semente de confrontação e divergência.¹³⁸

Como anteriormente citado e afirmado por Lima, as ações de liberdade eram “um acordo entre vivos”, todavia tinham a morte, na maioria das vezes, como ponto em comum e era a partir do jazigo que muitas ações que passavam a serem movidas.

O próprio Lima assim como Pena e Chalhoub, concordam que a morte do proprietário era um momento de tensão, geralmente sujeito a grandes mudanças. Esse fato poderia representar um mau sinal para os que mantinham uma boa relação com seus proprietários e ficariam numa expectativa, pois poderiam se submeter a senhores piores. Isso ainda poderia significar uma transferência e a quebra de laços de afinidade já estabelecidos no seu cotidiano. Não raramente, escravos iam à justiça para poderem manter acordos de alforrias condicionais feitos com seus falecidos senhores, mormente quando os herdeiros não cumpriam esses combinados visando manter o patrimônio. A procura pela justiça aparecia também em ocasiões de ameaça de transferência e maus tratos.

O modo de agir assim, como as possibilidades de oposição dependiam das condições sociais dos escravos, as quais formas de resistência foram mudando e com o passar do tempo os escravos faziam uso de novas artimanhas e métodos, geralmente menos radicais, possibilitados pela relação entre os cativos e o restante da comunidade.

Segundo Lima os escravos dos arredores de Curitiba, nas décadas de 1750 e 1760, eram figuras raramente vistas, principalmente, fora das fazendas espalhadas pelo termo da vila. “A maioria desses negros vivia nos domicílios situados nos bairros mais próximos do rio, à exceção de um ou outro imponente proprietário”. Mas esse panorama muda quando em 1776 a 1783 ocorre um crescimento de 60% da população livre e de quase 150% da população escrava¹³⁹, que passa a integrar toda a paisagem da região.

Adriano Lima atrela a consolidação das relações escravas à estagnação demográfica vivida pela população paranaense, em momentos distintos, com destaque aos moradores de Curitiba a partir de 1783. Esta estabilidade teria

¹³⁸ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p. 213.

¹³⁹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p. 58.

possibilitado um "processo de acomodação". O período teria favorecido aos crioulos, ao "recriar relações pessoais instabilizadas" pela saída de forros, que temiam o recrutamento das milícias que combatiam espanhóis e indígenas pela grande entrada de novos escravos. "Escravos novos e antigos, crioulos e africanos puderam estreitar as relações entre si."¹⁴⁰ Portanto, esta estabilização populacional aumentou o que muitos historiadores da escravidão chamam de "comunidade escrava". Isto é agravado no caso paranaense, onde a manutenção dos plantéis foi feito pela reprodução natural, propiciando relações parentais e estreitando ainda mais relações entre os escravos.

Lima levanta outra hipótese que poderia ter fortificado as relações escravas com as demais pessoas, o grande número de "não brancos". O pesquisador demonstra que segundo a lista nominativa de habitantes da Capitania de São Paulo de 1797, próximo de 30% dos domicílios eram chefiados por mulatos, pardos ou pretos, na vila de Curitiba.¹⁴¹ Tal tendência parece ter sido similar no restante do Paraná, adentrando os Oitocentos. Ao analisarmos o Relatório do Presidente da Província do Paraná de 1854¹⁴², com foco na cor e não na condição jurídica, verificamos que a população não branca era de 46,8%, quando consideramos o total das cidades da província. Lima acredita que esses não brancos poderiam ter ligações diretas com a escravidão, ou de outro tipo de identificação, aumentando significativamente a rede de sociabilidades escravas.

De fato, a comunidade escrava não se limitava a relações entre cativos, mas entre todos os que rodeavam seu cotidiano. Como já mencionamos aqui, as relações escravas iam para além do cativo, ocorrendo ligações diversas entre escravos e pessoas de variadas condições sociais. Pena destaca a rede de sociabilidades "verticais", quando homens livres auxiliaram nas fugas de escravos, o grande comércio entre homens livres (inclusive proprietários) e cativos de objetos roubados pelos últimos, na Curitiba provincial.¹⁴³

¹⁴⁰ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p. 63.

¹⁴¹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p. 62.

¹⁴² PARANÁ. Relatório do Presidente da Província do Paraná, conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, 15 de junho de 1854. Curitiba: Typographia Paranaense, 1854 apud. PEREIRA, Magnus R. M. *Op. Cit.* p.59.

¹⁴³ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia...* pp.150-2.

E são os frutos destes vários relacionamentos que propiciavam alternativas para o cativo tentar mudar sua condição, conseguir mais liberdade sem romper com a escravidão em definitivo. Os escravos criaram o seus próprios espaços culturais, e maneiras de fazer valer suas normas, sendo quase impossível de serem impedidas pelo Estado, que tentava impedir relações “danosas”, em parceria de livres e escravos. No entanto na dificuldade de punir os cativos, as lei se voltavam contra os livres. A esmagadora maioria das posturas municipais paranaenses, incidiam sobre os homens livres.¹⁴⁴

O poder público na sua função de manter a ordem, em muitas vezes, interferia na relação particular e proprietária de senhores e escravos. Tanto que, foram comuns os usos das leis ou seus proveitos por parte dos cativos. Durante o século XIX, podemos notar um "progressivo abrandamento" das punições que incidiam sobre os aos escravos, que foram da chibata à palmatória e da palmatória à pena de prisão. Apenas em 1885 proibiu-se oficialmente os castigos físicos, "não é difícil constatar que, ao menos neste caso, a resistência cotidiana dos escravos desempenhou um papel fundamental para a melhoria de sua condição de vida".¹⁴⁵

Pena contextualiza a mudança ocorrida na vigilância pública um ano após o início do governo de Dom Pedro II, 1841. Nesse ano ocorreu uma reforma administrativa que centralizou o poder na Corte que passou a nomear quase todos os funcionários da segurança e ordem pública. De tal maneira que puderam estender e homogeneizar normas até os últimos cargos de segurança. De maneira que tanto os inspetores de quarteirão quanto os presidentes e chefes de polícia locais ficaram sob a tutela da direta da Corte. Assim supomos que tenha havido uma diminuição dos mandatários locais sobre o policiamento, e que este último agora estaria mais alerta para atos de violência dos senhores para com os escravos.¹⁴⁶

Pena entende que a reforma e a própria ação dos negros contribuíram para a receptação das autoridades - policiais e judiciárias - de escravos fugidos para polícia, a fim de impor limites aos maus tratos das senhorias, sendo que essa prática foi muito mais corriqueira na segunda metade do século XIX. Os cativos permaneciam em cadeias ou delegacias até resolverem suas pendências com seus

¹⁴⁴ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. pp. 65-8.

¹⁴⁵ PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p. 58.

¹⁴⁶ PENA, Eduardo. *O jogo da face...* p. 173.

proprietários, muitas vezes essas ações corriam no âmbito judicial, com a intenção de obter a liberdade e acabar com relação escravista.¹⁴⁷ Inclusive desde as Carta Régias, no fim do século XVII, aceitava-se que os escravos abandonados ou demasiadamente castigados recorressem à justiça para pagar sua própria liberdade ou serem vendidos para outro senhor.¹⁴⁸

De acordo com Pena, a prática de escravos fugirem para a polícia faz parecer que mesmo o poder público passava a tolerar cada vez menos a escravidão como instituição, em muito pelo comportamento dos negros que impunha condições às transações comerciais e de castigos.¹⁴⁹ Fazia parte da resistência cativa "menos radical" ser sagaz o suficiente para saber como criar e de onde poderiam ter vantagens, ora sobre seus senhores ora sobre o poder público. Essa forma de protagonismo é mais difícil de ser notada, sobretudo, no ambiente escolar onde materiais didáticos são generalistas, onde no máximo se discutem as mudanças legais, mas sem abordar os vários responsáveis pela realização e mudança dessas leis.

Diferentemente de arquétipos marxistas ortodoxos, entendemos que a escravidão não formava uma classe, de tal forma que escravos não se relacionavam exclusivamente com seus pares, assim como a violência e rivalidades não se faziam apenas com seus antagonistas sociais. Portanto, a comunidade escrava poderia ser constituída de qualquer um que participasse do convívio e fosse útil para o escravo em seus anseios.

Os escravos estenderam suas relações, forçaram aproximações e distanciamentos, visando retirar de seus atos o máximo de benefício. O que, na maior parte das vezes, se resumia na busca de mais segurança, de melhores condições de sobrevivência e trabalho. Ao saírem da periferia da família patriarcal e se moverem em direção ao seu núcleo, os escravos se insinuaram junto a seus senhores e respectivo círculo de relações, inspirando e conquistando-lhes a confiança e os favores, distinguindo-se dos demais escravos, procurando melhor posicionamento no âmbito da estrutura social de que, de um modo ou de outro, faziam parte. Mesmo que isso não representasse uma troca de condição, porque nem todos eram alforriados, significava, sim, uma mudança de situação.¹⁵⁰

¹⁴⁷ *Idem, ibidem.*

¹⁴⁸ PENA, Eduardo. *O jogo da face*. p. 187.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 169

¹⁵⁰ HARTUNG, Miriam. *Op. Cit.* p. 181.

A passagem acima de Miriam Hartung, refere-se às das práticas de resistência mais "sutis" e às variadas liberdades que ocorriam sem a quebra do vínculo com a escravidão. Esses espaços proporcionam maior mobilidade ou autonomia. Tentaremos exemplificar com casos de escravos paranaenses para demonstrar a pluralidade das representações da escravidão.

Geralmente os escravos de ganho eram afortunados por uma mobilidade maior a disputa para a ocupar essas atividades informais urbanas - vendedores ambulantes, quitandeiras, carregadores, quituteiras, curandeiros, etc. - geravam atritos entre os negros. Para o exercício destas atividades, mormente, existiam combinados para saberem qual quantia o escravo deveria dar aos senhores no fim de um período que poderia ser de um dia, uma semana ou quinze dias. Apesar da ilegalidade de um escravo morar longe de seu proprietário, "pagando seu próprio aluguel, muitos senhores foram coniventes com esta situação, o que teria representado uma ampliação ainda maior dos espaços de autonomia".¹⁵¹ Lima afirma que de acordo com suas amostras, muitos escravos da Comarca de Curitiba "conquistaram de seus senhores a capacidade de se deslocar de uma propriedade a outra a fim de visitarem um parente ou de frequentarem irmandades de negros".¹⁵²

Lima enfatiza que espaços de mobilidade não eram exclusividade das atividades urbanas, onde o tropeirismo oportunizou uma série de atividades com mais espaço de liberdade para os escravos.

Além das negras de tabuleiro, aquele que andasse pelas ruas das principais vilas da comarca poderia, sem muito custo, presenciar uma grande parte destas escravas lavando roupas em alguma fonte d'água. Ali, ou na beira de riachos, elas conviviam diariamente com mulheres forras e livres reunidas momentaneamente pelo ofício em comum.

O tropeirismo característico da região dos Campos Gerais exerceu, igualmente, influência nas relações entre senhor e escravo no que tange à sua mobilidade. Em alguns casos, era possível ver escravos migrando de uma região a outra da colônia a fim de conduzirem tropas para seus senhores ou terceiros. Essa autonomia poderia depender, às vezes, do ofício que o escravo praticava.¹⁵³

Ofícios que permitiram o acesso à terra propiciaram uma grande possibilidade dos escravos se auto governar. Nos séculos XVIII e XIX foram comuns situações em que senhores concediam para seus escravos lotes de terra.

¹⁵¹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p. 34.

¹⁵² *Idem*, p. 35.

¹⁵³ *Idem*, p. 36

Dessa forma, o sistema de ganho não representou a única possibilidade de os escravos se auto governarem. O acesso à terra foi outra situação experienciada pelos negros brasileiros. Era comum no século XVIII que os senhores concedessem a seus cativos lotes onde poderiam plantar alimentos para o seu sustento e o de suas famílias.

Reis e Silva entendem a concessão de terras, que chamam de “brecha camponesa”, como um mecanismo de manutenção e controle da ordem escravista. Quando senhores cediam terras para serem trabalhadas pelos escravos, aumentava-se a quantidade de gêneros alimentícios da propriedade e serviria como uma válvula de escape das pressões impostas pela escravidão. Portanto a concessão de lotes seria interessante economicamente para reduzir o custo de manutenção das escravarias, com o adendo de que os trabalhos na terra ocorriam nas folgas semanais dos cativos, elevando a produtividade escrava. As concessões seriam importantes como instrumentos de controle ao entreter com esse pequeno direito de propriedade”,¹⁵⁴evitando fugas e revoltas.

Não ignoramos a funcionalidade dessas concessões de terras como forma de controle senhorial. Entretanto, não entendemos como uma via de mão única, mas como um embate de interesses entre senhores e escravos. Tanto que os lotes que deveriam produzir alimentos para a subsistência dos escravos ou para serem comercializados exclusivamente com seus senhores, extrapolavam tais funcionalidades e iam além das vontades senhoriais.

Reações de escravos ao fim ou à intromissão dos senhores na maneira como os lotes concedidos eram utilizados não foram raros. Os mesmos Reis e Silva relatam um caso do século XVIII, de escravos rebelados no engenho Santana de Ilhéus, que exigiam, para voltar ao trabalho, ampliação do sistema de concessão de terras.¹⁵⁵

Portanto sobre a ótica dos escravos as terras cedidas representavam outra possibilidade como o acúmulo de pecúlio. Adriano Lima demonstra que na Comarca de Curitiba existiram casos de roças de “subsistência” que na verdade produziam para um comércio que transpassava os limites dos seus proprietários. O historiador narra o caso de escravos da Comarca de Curitiba e Paranaguá em 1776, que

¹⁵⁴ REIS, J. J.; SILVA, E. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.31

¹⁵⁵ *Idem, ibidem*.

individualmente produziam mais milho e feijão que a média dos agricultores da região de Santa Anna do Yapó.

Muito provavelmente uma porção do que estes escravos colhiam era utilizada na alimentação de suas criações. A roça de subsistência permitiu que os cativos da Comarca de Paranaguá e Curitiba reunissem meios para a criação de animais de tiro e de corte. Criavam animais de toda a sorte, que pudessem proporcionar o seu alimento — como carne, ovos e leite — ou servir de moeda de troca. Esta experiência que muitos escravos da comarca tiveram certamente diferiu daquela encontrada entre os negros que viviam em áreas marcadas pelo alto grau de integração ao mercado internacional.

A relação que esta parcela de negros travou com a sociedade escravista permitiu que muitos deles rompessem — mesmo que momentaneamente — com a visão reificante com que eram tratados. Estes escravos certamente tiveram reconhecida uma série de privilégios pelos seus contemporâneos, como o de produzirem gêneros para sua alimentação ou para serem vendidos no mercado local. Havia em suas condições materiais de vida elementos que os diferenciavam dos demais companheiros de cativeiro. Muitas vezes, esta diferenciação os colocou em condição social superior à de alguns homens livres pobres; isto é, houve escravos que conquistaram prerrogativas junto a seus senhores que os tornava sobremaneira dignos de maior legitimidade e integração sociais.¹⁵⁶

Lima ressalta que os cativos que tinham essas oportunidades moravam em locais separados de seus senhores, em "cabanas isoladas" e geralmente tinham constituído família, o que o autor considera ser uma ação escrava que lhes concedia maiores possibilidades sociais. (Posteriormente abordaremos com mais ênfase às relações familiares escravas).

Temos outro exemplo de escravos que trabalhavam em lote próprio, em Curitiba no ano de 1870. Manoel era alugado por seu proprietário, e mesmo tendo uma certa autonomia para fazer negócios em locais afastados, sofria muita pressão pelo controle imposto por seu locatário. A importância que Manuel dava a seus lotes de terra ficou mais clara quando o próprio abandona suas atividades e desobedece seu locatário ao saber que sua roça estava sendo danificada por animais.¹⁵⁷

Apesar do status jurídico não se alterar, esses escravos desfrutavam de uma certa liberdade e vantagens em seus modos de vida. Portanto, os lotes de terra tinham significados específicos para os escravos, que poderiam entender como um direito adquirido, uma oportunidade de pecúlio, de conquista de propriedade, maior autonomia e tranquilidade ao se afastar, mesmo que efemeramente, do olhar de seu senhor.

¹⁵⁶ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p. 43.

¹⁵⁷ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia...* pp. 143-9.

Entendemos que “a escravidão” foi constituída pela pluralidade de histórias que os escravos? viveram, sentiram e viram-na cada qual sob seu prisma. Portanto, podemos reavivar casos em que era mais vantajoso permanecer como escravo, pois o permitia acumular dinheiro com facilidade - nos dando a entender que o escravismo para estes casos não era tão insuportável.¹⁵⁸ Em contrapartida, o caso de infanticídio, nos leva a questionar quão violenta e severa era a vida de uma mãe que chegou a tomar um atitude tão extrema de matar o próprio filho para que este não retornasse ao cativeiro.¹⁵⁹

De forma que as vicissitudes do escravismo se apresentaram de maneiras diferentes para cada um, entendemos que as pessoas que viveram sob este regime de trabalho compulsório fizeram seus próprios estratégias para a autopreservação.

2.5 – SOCIABILIDADES: IRMANDADES E FAMÍLIA

A historiografia sobre a escravidão já registrou as várias experiências de sociabilidades entre os escravos. Destacaremos aqui aquelas constituídas por interações familiares e as vividas no âmbito das irmandades.

Além das irmandades de função religiosa de propagação da fé católica, aparece também um modelo parecido com as corporações de ofício da Idade Média, tais irmandades primavam interesses da profissão e algumas características do mundo do trabalho. Todavia, emprestaremos importância às irmandades religiosas que se formaram com ênfase na etnicidade e que foram espaços de sociabilidades para negros livres, libertos, escravos, administrados e brancos.

As irmandades se tornaram um grupo de muito respeito nas sociedades colonial e imperial, instrumentalizando o prestígio religioso, a fim de obter *status*

¹⁵⁸ O autor supõe que alguns cativos, talvez com a cumplicidade de seus donos, montassem uma tipo de 'indústria da alforria'. E que alguns escravos desfrutariam de uma "liberdade de movimento que bastava-lhes para considerarem mais interessante obter um bom pecúlio em dinheiro do que uma carta de alforria". *In*. PEREIRA, Magnus R. M. Op. Cit. p.66.

¹⁵⁹O autor traz à tona o caso da escrava Ignacia, que foragida a mais de quatro anos é encontrada por capitães do mato. E segundo o processo judicial Ignacia mata o seu filho Antonio com um golpe de foice. Em seu depoimento Ignacia afirma preferir "ver o filho morto do que pensando no cativeiro". *In* PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face...* pp. 203-8.

social. Apesar da ligação e fiscalização da Igreja com as irmandades, essas instituições gozavam de uma autonomia em suas decisões, e realizavam velórios, festas, procissões, e levantando verba autonomamente e investindo na construção de capelas e cemitérios. Assim, "exigiam por moeda de troca alguns privilégios, principalmente a possibilidade de gerir de forma autônoma seus negócios".¹⁶⁰

Com frequência, descendentes de africanos constituíram irmandades na América Portuguesa, onde faziam cerimônias fúnebres, cultos, atividades coletivas e conseguiam alforrias, ajudando irmãos com atividades religiosas ou não, marcando suas histórias em grandes centros e em lugares ermos. Era rara a vila que no século XVIII que não tivesse uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e outras várias irmandades menores como São Benedito, as quais especialmente negros e mulatos eram devotos por serem considerados protetores dos escravos.¹⁶¹

Adriano Weber aponta para a questão da hagiografia de São Benedito que

teria sido filho de escravos, nascido em Palermo, na Itália, no ano de 1526. Foi um irmão leigo franciscano, responsável pela cozinha de um convento. Seus milagres estariam sempre envolvidos com a multiplicação da comida. E seu processo de canonização foi concluído no ano de 1807. Como irmão franciscano é representado nas imagens com hábito comum a esta ordem, carregando o menino Jesus ao colo. Sendo filho de africanos tem um semblante negro. A análise das formas imagéticas de alguns santos como São Benedito, Santa Efigênia e Santo Elesbão permite supor uma missão pedagógica previamente elaborada no sentido de criar afinidades entre os africanos e a Igreja.¹⁶²

A política de admissões de irmandades negras - como Nossa Senhora do Rosário e São Benedito - poderiam variar de acordo com a região e o período. "A filial de uma paróquia não seguia necessariamente a mesma política de sua xará, da paróquia vizinha, embora ambas tivessem o mesmo patrono".¹⁶³

Segundo Russell-Wood no início do século XVIII, "cada pessoa, negra ou mulata, homem ou mulher, escrava ou livre, e para cada origem tribal e local de nascimento (crioula, ou seja, nascida no Brasil, ou vinda da África) existia uma

¹⁶⁰ WEBER, Silvio Adriano. *Além do cativo: a congregação dos escravos e senhores na irmandade do Glorioso São Bento da Vila de Morretes*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2009. p. 7.

¹⁶¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1ª Edição. 2005. p. 200.

¹⁶² WEBER, Silvio Adriano. *Op. Cit.* p. 69.

¹⁶³ RUSSELL-WOOD, *Op. Cit.*, p. 203.

irmandade na qual poderia encontrar seus iguais”.¹⁶⁴ Para o autor as irmandades negras brasileiras representavam uma proteção contra a dominação social branca, tanto para o escravo africano, quanto para os crioulos e libertos. Essas agremiações foram uma "resposta associativa a uma necessidade coletiva e individual sentida pelos negros e mulatos da colônia. Esta necessidade pode ser discutida em três categorias: educação religiosa ou socorro espiritual, assistência médica e a busca de identidade”.¹⁶⁵

Carlos Alberto Lima estudou a Irmandade Nossa Senhora do Rosário, na Curitiba dos séculos XVIII e XIX, que tinha tanto objetivos de proselitismo católico, quanto um ambiente de convivência entre pessoas livres e cativos, apesar do modelo de grande hierarquização da Irmandade. De acordo com Carlos Lima a irmandade produzia relações sociais de “inclusão subordinada”, concedendo, mesmo que de forma limitada, um status aos frequentadores de baixa representação na sociedade. Ao invés de tratar esta relação como excludente o autor as entende como uma oportunidade de coesão de grupos onde a convivência negociada assemelha dominantes e subordinados.¹⁶⁶

Em sua pesquisa, de Lima demonstra o aumento e consolidação da Irmandade escrava ao comparar o crescimento da população escrava e dos confrades escravos de 1765 à 1801. O autor constatou que os escravos pertencentes a Irmandade do Rosário cresceram 445%, proporcionalmente muito mais que a população cativa da Vila de Curitiba e do que os irmãos livres no interior da confraria, nesse mesmo período. O crescimento de escravos da confraria não pode ser explicado simplesmente pelo aumento populacional, mas sim pelo aprofundamento das relações de sociabilidade da Vila como um todo e da Irmandade que aumentou sua eficácia proselitista¹⁶⁷.

Portanto, os adeptos livres da Irmandade variaram de acordo com as oscilações da população livre, enquanto que os escravos da irmandade negra não tinham muita relação com as variações da população escrava. E "mesmo que às

¹⁶⁴ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira. 1ª Edição. 2005. p. 199-200.

¹⁶⁵ RUSSELL-WOOD, Op. Cit., p. 193.

¹⁶⁶ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana M. da S. *Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa*. Curitiba: Editora Peregrina, 2002. p. 69.

¹⁶⁷ *Idem*. p. 126.

vezes fossem minoritários entre os confrades, era nos movimentos de filiação de escravos que radicava a dinâmica da irmandade”.¹⁶⁸ Na composição da irmandade tinham brancos, negros livres, libertos, escravos, africanos, crioulos e administrados.

A etnicidade era um fator importante para a formação e relações das irmandades em toda a América. Era comum que as irmandades negras fizessem normas restringindo e separando grupos de crioulos e africanos, ou ainda selecionando grupos de diferentes procedências africanas, originando questões de diferenciação e hierarquização. Diferentemente de irmandades no Rio de Janeiro, por exemplo, a Rosário curitibana não teve em seu contingente em nenhum momento, um grande número de africanos.

Contudo, para Lima este “jogo de identidades” ocorria na confraria local, mas na convivência entre afrodescendentes e o indígenas administrados. Esta heterogeneidade étnica fica exposta nas amostras de Lima, no intervalo de 1765-1777.

Em contrapartida, no período de 1793-1801, os administrados desaparecem das listas de irmãos e sepultados da irmandade.¹⁶⁹ Tal ausência pode ser atribuída a decadência da escravidão indígena, o que segundo o autor, não significa que descendentes de índios tinham deixado de frequentar a confraria, mas que com a mudança da condição jurídica foi mais difícil de serem identificados nos arquivos, já que não apareciam mais como “administrados”.

Entretanto, Carlos Lima atenta para o fato de que desde 1765 até 1820, somente pode-se notar a presença de africanos em seis casos, nos assentos de óbito e somente um foi sepultado no Rosário. O historiador sugere que o relativo alheamento de escravos africanos atestem a existência de critérios étnicos na irmandade,

Como em um jogo, uma situação da qual a rejeição recíproca tinha por sentido o estabelecimento de condições para a convivência negociada. Índios, assim, podiam estabelecer ao Rosário. Escravos africanos, não, embora muito provavelmente os cativos crioulos locais fossem descendentes de homens e mulheres nascidos na África. Pode-se considerar que escravos crioulos e africanos seriam muito mais contíguos que crioulos e indígenas. Era, no entanto, como estes últimos que os cativos crioulos de Curitiba pareciam manter relações de mais estreita solidariedade. Para que se dimensione o fato, basta lembrar que em diversas áreas da América Portuguesa, e mesmo na capitania de São Paulo, indígenas puderam instituir suas próprias irmandades.

¹⁶⁸ *Idem.* p.130.

¹⁶⁹ LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana M. da S. *Devoção...* pp. 119-121.

Viu-se, então, que, mesmo não constituindo sempre a maioria dos ligados ao Rosário, os escravos davam a tônica de sua evolução.¹⁷⁰

Com relação ao sexo dos escravos a participação da confraria parece ter seguido a lógica da população local. Os cativos adultos homens sepultados eram maioria - quase o dobro - no primeiro intervalo temporal (1765-77) pesquisado por Lima. O autor atribuiu este dado à aceleração da transição da escravidão indígena para africana o que gerou a importação de cativos homens. Posteriormente (1815-20), o equilíbrio entre escravos e escravas passou a se preponderar, assim como foi comum na comunidade escrava local.¹⁷¹ A média de idade entre os escravos em “idade produtiva” em 1797, era de 29,1 anos para os homens e de 22 anos para as mulheres.¹⁷²

Outra mudança importante ocorrida do primeiro para o segundo intervalo (1793-1801) foi que os escravos e forros passaram a compor mais de 50% dos sepultados pela confraria. E de 1815 à 1820, a quantidade de cativos homens sepultados e que eram irmãos do sodalício chega a 65,4% e entre as mulheres escravas 56% do total de membros.¹⁷³ Ou seja, corre um aumento consistente entre os escravos que pertenciam à Irmandade do Rosário onde passaram, não só, a ser a maioria dos falecidos, mas também dos irmãos.

Carlos Lima faz um levantamento da proveniência dos escravos que adentraram a Irmandade do Rosário, do primeiro ao último intervalo se percebe que as maiores escravarias tinham a maior quantidade de cativos ligados a confraria, com um pequeno decréscimo da quantidade de escravos provindos de grandes plantéis. O que sugere novamente que o fluxo da irmandade parece tanger as taxas populacionais, pois ocorre um aumento das grandes escravarias curitibanas em 1870 e o posto em 1810, o que levaria a um decréscimo de escravos destas.¹⁷⁴ Mas, ao analisar os donos dos plantéis, os dados sugerem que, quando dos senhores

¹⁷⁰ *Idem*, p. 131

¹⁷¹ *Idem*. pp. 132-137.

¹⁷² *Idem*. p. 168.

¹⁷³ *Idem*. pp. 139-140.

¹⁷⁴ *Idem*. p. 145.

eram do sexo feminino seus escravos tendiam a ser confrades e quanto mais velhos fossem estes senhores maior era essa tendência.¹⁷⁵

Outro ponto que incidia na formação da irmandade era a procedência geográfica dos membros. Obviamente a proximidade com a Rosário de Curitiba facilitava seu acesso, todavia não foi um fator decisivo. Lima fez um levantamento das 36 escravarias que tinham falecido, ligados à confraria em 1797 e constatou que os escravos confrades vinham de variadas regiões de maneira relativamente aleatória. A maioria deles moravam próximos a capela e os que residiam longe era realmente muito longe. Ao considerar que as áreas próximas eram também as mais populosas, entendemos que a proximidade não foi um fator tão determinante, em suma, morar longe não era algo excludente. No entanto, escravos da irmandade tendiam a residir próximos uns dos outros independentemente de serem oriundos das cercanias ou afastados da capela.¹⁷⁶

Portanto a vizinhança influenciava a formação da confraria pelas interações entre os vizinhos que formavam “grupamentos cuja coexistência se mostrava condição de estabilidade da pertinência de todos à irmandade”.¹⁷⁷

Diante disso, entendemos que as relações de sociabilidade na comunidade cativa eram mais incisivas na formação do contingente escravo da irmandade do que a questão geográfica. Como reforço dessa ideia, temos a questão do tempo de convívio dos cativos, de acordo com Carlos Lima às irmandades negras requeriam tempo de interação para formação de laços entre os cativos. No caso da Irmandade do Rosário em Curitiba temos indícios de que o tempo de convivência foi importante. Em sua composição, os senhores de confrades eram mais velhos, o número de proprietárias viúvas entre os cativos era maior do que de outros senhores, além de que os escravos mais velhos das escravarias que originaram a irmandade do Rosário tinham mais idade que os seniores de outros plantéis.¹⁷⁸

Assim, a convivência seria um fator primordial para formar trocas e alianças grupais em uma localidade, criando possibilidades de negociação em torno de uma irmandade.

¹⁷⁵ *Idem.* p. 168.

¹⁷⁶ *Idem.* pp. 155-6.

¹⁷⁷ *Idem.* p.174.

¹⁷⁸ *Idem.* p. 175.

Segundo Carlos Lima as famílias escravas e a irmandade do Rosário não aparentavam ser práticas convergentes, já que entre 1765 e 1820, os casamentos eram comuns entre os frequentadores libertos, mas não entre os escravos da irmandade. De acordo com as fontes do pesquisador 28% dos escravos enterrados acima de vinte anos pela Irmandade eram casados ou viúvos, a mesma percentagem encontrada para os escravos não confrades¹⁷⁹. Algo similar acontece com o dados sobre as crianças, sendo a participação dessas menor, provenientes das escravarias ligadas ao Rosário¹⁸⁰, sugerindo a menor presença de famílias.

A hipótese de Lima atribui o distanciamento entre família e irmandade. A característica de os escravos procurarem nas confrarias espaços de situações favoráveis, que podendo criar convivência social e liberdade, assim como a família escrava. Portanto, no que se refere a formação de comunidade, a irmandade parecem ter constituído uma alternativa àquela simbolizada pela família cativa.¹⁸¹

Silvio Adriano Weber aborda a fundação e consolidação da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, que se tornou espaço de sociabilidade no século XIX, aproximando senhores escravos. Weber põe em relevo o fato de que diferentemente de muitas outras irmandades negras permeadas de proibições de cunhos étnico-sociais, a Irmandade de Morretes, habitualmente, permitia a reunião de todas as classes e cores, mesmo com o destaque inicial em seu estatuto a “pretos escravos”. Segundo Weber “não foi possível, ao longo da pesquisa, perceber qualquer traço de rivalidade étnica ou qualquer outro impedimento que pudesse referir aos usuais códigos restritivos de muitas irmandades”.¹⁸²

Esta união heterogênea foi, em muito, fruto da necessidade, pois geralmente brancos e livres eram mais abastados financeiramente e a administração da irmandade não poderia abrir mão desse recurso, principalmente antes dos anos 1860, quando a irmandade arrecadava fundos para a construção do próprio templo.

A capela própria era necessária para adquirir a autonomia da confraria, antes de possuir o próprio espaço. Missas e reuniões eram feitas em altares de outras irmandades. A partilha do mesmo altar por duas irmandades foi uma situação

¹⁷⁹ *Idem.* p. 147

¹⁸⁰ *Idem.* p. 164

¹⁸¹ *Idem.* p. 175

¹⁸² WEBER, Silvio Adriano. *Op. Cit.* p. 9.

comum no Brasil, assim como as rivalidades entre as confrarias. Este contexto costumava precipitar a decisão de construir a igreja própria.¹⁸³

De acordo com o livro de entradas da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes, de 1865 a composição dos irmãos era de 54% de homens e 46% de mulheres e a quantidade de escravos era de pouco mais de 34% do total, quantidade muito expressiva, principalmente se comparada com outras irmandades do país.¹⁸⁴

O primeiro estatuto da Irmandade de Morretes foi datado em 1801¹⁸⁵. Mas, como era comum que as irmandades começassem seus trabalhos antes da aprovação oficial,¹⁸⁶ é bem provável que a instituição seja mais antiga do que isso. Dessa forma, a confraria cresceu paralelamente ao fortalecimento da economia ervamalteira em Morretes, principalmente na década de 1830. Portanto, a região foi constituída de pequenas escravarias, onde a formação dessas foram realizadas para suprir o trabalho com o mate e fomentou o tráfico negreiro ilegal no porto de Paranaguá, o que resultou num número alto de africanos nos plantéis locais (20% dos escravos). Entre os anos de 1837 e 1839 desembarcaram 4253 cativos ilegalmente em Paranaguá.¹⁸⁷

Dessa maneira as seis primeiras décadas da irmandade não permitiram que os escravos tivessem uma convivência mais duradoura entre estes, devido às constantes mudanças nos plantéis. E como já comentamos aqui, a permanência nas escravarias e o tempo de convívio entre os cativos foram primordiais para a formação das irmandades negras. De acordo com Adriano Weber

a organização e fortalecimento da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes ocorreu somente na década de 1860, depois de mais de meio século de existência, isto significa que foi somente neste período que os confrades adquiriram força e representabilidade, no instante em que atingiram um grau de convivência e união construída no tempo. Momento em que Morretes já estava bastante envolvida com a atividade de exportação da erva-mate e com um contingente de cativos com profundidade geracional suficiente para estabelecer alianças. Contudo, este contingente ainda era pequeno demais para criar uma irmandade

¹⁸³ RUSSELL-WOOD, Op. Cit., p. 214.

¹⁸⁴ WEBER, Silvio Adriano, Op. Cit., p. 10

¹⁸⁵ *Idem.* p. 9.

¹⁸⁶ RUSSELL-WOOD, Op. Cit., p. 201.

¹⁸⁷ WEBER, Silvio Adriano, Op. Cit., pp. 13-17.

essencialmente negra, com privilégios exclusivos à comunidade de cor local.¹⁸⁸

A construção da capela também ajudou significativamente a estabelecer a importância local da confraria. No entanto, a ereção da igreja foi uma longa epopéia, que tem início em 1865. Desde então, até meados dos anos 1880, os gastos da irmandade se concentram nas obras deixando em segundo plano os procedimentos fúnebres e festividades, com exceção dos anos em que as obras desaceleraram por falta de recursos (1867-69).¹⁸⁹

A obra levou mais de duas décadas, provavelmente pela desorganização da construção que começou sem saldo suficiente para dar conta de finalizá-la. Diante disso, foi requisitado o tesoureiro, que pessoalmente se responsabiliza pelo empréstimo. Estes foram os prováveis motivos que levaram a negação do financiamento das obras pelo governo da Província do Paraná, em 1882, data em que os gastos com obras continuavam altos, apesar das missas já serem realizadas na própria igreja de São Benedito.¹⁹⁰

Mesmo deixadas para segundo plano as festividades da irmandade aconteciam anualmente, no início do ano. Adriano Weber lamenta não ter mais fontes que expliquem as festas, mas ele pode constatar que não eram bem vistas pela polícia. Os gastos eram voltados para a contratação de orquestra e compra de foguetes, que eram bastante altos e chegavam a custar trinta e duas vezes mais que as despesas com um funeral. Durante as festividades aparecem eleições de uma corte festiva formada por rei e rainha, - cargos ocupados usualmente por negros - um capitão de mastro e uma alferes de bandeira - geralmente representados por escravos.¹⁹¹

Outra, se não a maior, prática atribuída às irmandades eram os ritos funerários. Até a metade do século XIX os enterros foram monopolizados pelas irmandades que representavam uma espécie de garantia de uma morte digna.

De acordo com Adriano Weber a morte era um elemento presente no imaginário da sociedade do século XIX, não participar ou não ter um momento fúnebre adequado era algo altamente reprimido pela sociedade da época. Isto era

¹⁸⁸ *Idem.* p.17.

¹⁸⁹ *Idem* p. 26

¹⁹⁰ *Idem.* pp. 22-5.

¹⁹¹ WEBER, Silvio Adriano, *Op. Cit.*, p. 28.

acentuado pelo maniqueísmo católico, que fazia do momento da morte algo crucial para muitos que tentavam as últimas cartadas para a salvação. Por este motivo, os testamentos eram permeados "de boas ações" como alforrias, quitação de dívidas, reconhecimento de filhos bastardos, agradecimentos, doações diversas, etc.¹⁹² Portanto, a morte era um momento de atividade para as irmandades.

Poucos foram os sepultados dentro das igrejas, usualmente homens livres ou escravos ligados às irmandades. A maior parte das sepulturas eram no adro, que eram uma extensão do terreno das igrejas, 83% dos falecidos, entre 1812 e 1852, foram sepultados no adro em Morretes.¹⁹³

Por uma questão de salubridade, o município e a província incentivaram a criação de cemitérios em virtude de que os espaços das igrejas, na metade do século XIX, estavam se acabando. Assim foi criado o cemitério de Morretes, em 1848.¹⁹⁴ Mesmo com a criação dos cemitérios públicos na região (Antonina, Morretes e Paranaguá) as irmandades continuaram responsáveis pelos procedimentos fúnebres de seus confrades. A irmandade de São Benedito passou a ter catacumbas reservadas dentro do cemitério da Vila, de forma que os sepultamentos no adro da igreja foram se extinguindo rapidamente. Contudo, o tratamento elitista que diferenciava os sepultados no adro dos enterrados no corpo da igreja permanecia, mas dentro do cemitério.¹⁹⁵

A hierarquia dos jazigos era um reflexo das diferenciações em vida, para Adriano Weber

os cargos da mesa diretora eram posições de destaque que exigiam, por um lado, mais dedicação aos negócios confrarias e uma jóia de entrada maior que aquelas exigidas dos simples confrades, por outro lado isto implicava em maiores privilégios e maior pompa nos procedimentos fúnebres. As implicações de tempo e dinheiro no ato de ser irmão de mesa dificultavam a ascensão de escravos na hierarquia interna. Na maioria das vezes os livres monopolizavam as melhores posições da confraria. Mas isto não impediu que negros, pardos e até africanos participassem deste seleto grupo que tomava a frente dos negócios da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes.¹⁹⁶

¹⁹² *Idem.* p. 35.

¹⁹³ *Idem.* p. 30.

¹⁹⁴ *Idem, ibidem.*

¹⁹⁵ *Idem.* pp. 32-4.

¹⁹⁶ *Idem.* p. 38.

A composição social da confraria era de uma "maioria de gente miúda" onde a maioria dos acúmulos e matérias da irmandade eram providas de pequenas esmolas e doações, mas que resultava num grande montante. A prática da esmola era inerente à sociedade cristã brasileira oitocentista e foi institucionalizada e imprescindível nas irmandades religiosas mais pobres.

Com base no livro de receitas da Irmandade do São Benedito da Vila de Morretes, no intervalo de 1863 à 1865, as esmolas sempre superaram, em muito, os ganhos com pagamentos anuais e entradas, leilões, e os procedimentos fúnebres. A confraria de Morretes tinha toda uma organização para com as esmolas, como o estabelecimento de metas para seus membros, caixinha nos bairros, peditórios de casa em casa acompanhado de cantorias.¹⁹⁷

A vizinhança, a amizade e o parentesco (para a continuidade, onde parentes de irmãos tendia a se tornar irmãos) e eram fatores e pesavam no processo de entrada da Irmandade, segundo Adriano Weber. Mas nas três primeiras décadas da instituição as fontes do historiador demonstram que a irmandade foi importante para integrar socialmente imigrantes europeus, africanos e de outras partes do país.¹⁹⁸

Na perspectiva dos senhores, a irmandade significava um prolongamento da dominação adicionando um certo status social, por significar que tinham cuidados para com seus dominados. De acordo com Weber, fazer parte de uma irmandade negra é não diminuir socialmente membros da elite local, pelo contrário significava um acúmulo de bens simbólicos conferidos pela instituição religiosa. A própria formação da irmandade dependia de pessoas consideradas socialmente superiores e a confraria poderia legitimar essa condição.¹⁹⁹

Para os cativos, o pertencimento à uma irmandade era uma possibilidade de se cultivar a "liberdade negociada" ou uma "residência menos radical". Weber entende que as irmandades católicas

apareciam então como uma via de mão dupla, disciplinadora na perspectiva dos senhores, e o caminho para a inserção social na expectativa dos africanos e seus descendentes. Freqüentar a igreja, respeitar os dias santos e, principalmente, ingressar numa irmandade, eram partes importantes desta micropolítica circunscrita na ordem escravista. (...) a inserção do negro confrade em um âmbito social que extrapolava o simples convívio das senzalas e das ruas. Tratava -se de um espaço institucional legalmente reconhecido pelos poderes eclesiástico e civil. Portanto, era quase

¹⁹⁷ *Idem.* pp. 41-44

¹⁹⁸ *Idem.* p. 64

¹⁹⁹ *Idem.*, pp. 86-87.

impossível ao senhor de um escravo confrade impedi-lo de participar de todos os eventos promovidos por uma irmandade. Mas ao contrário destes escravos sem irmandade, que precisavam de permissão senhorial para consumir migalhas de liberdade, os cativos confrades eram autorizados pela própria instituição na qual estavam inseridos, pois esta prevalecia sobre o mando senhorial.²⁰⁰

O ingresso à uma irmandade, poderia possibilitar ao escravo uma posição privilegiada não apenas para com seus pares, mas também diante de toda a comunidade da qual participava. Da mesma forma que a Irmandade do Rosário a Irmandade de Morretes parecem não ter uma relação próxima entre a família escrava e seus confrades.

Weber destaca o cotidiano de alguns cativos, confrades, lado a lado com dos seus senhores, na Irmandade. E apesar de viverem em condições jurídicas completamente distintas, foi possível que dividissem um mesmo espaço. Nesse sentido, Weber comentou que escravos e senhores podiam estar "sentados lado a lado", talvez, em um banco de capela de alguma irmandade. Isso de maneira alguma configurava o fim da tensão nas relações escravistas. Ambos continuavam sendo senhor e escravo", numa rede de negociações²⁰¹.

O âmbito familiar era outra maneira na qual os escravos estabeleciam uma relação de sociabilidade. Robert Slenes²⁰² revisa a historiografia sobre a família cativa, tida como inexistente até o período, baseando suas análises em relatos de viajantes europeus que descreveram o Brasil do século XIX. A partir de uma visão eurocêntrica, esses viajantes negavam preconceituosamente a existência de relações familiares entre os escravos do Brasil.

Pautado nos moldes metodológicos de Robert Slenes, o historiador Adriano Lima acredita que laços de parentesco no cativo propiciavam reconhecimento senhorial e da sociedade como um todo. Ao estudar a família cativa através, principalmente, das cartas de alforria, em Curitiba de 1790 à 1825, Lima entende que "a conquista de privilégios no mundo dos homens livres passava, anteriormente, pela aceitação e inserção em um grupo familiar".²⁰³

²⁰⁰ *Idem.* p. 68.

²⁰¹ WEBER, Silvio Adriano. *Op. Cit.* p. 89.

²⁰² SLENES, Robert W. *Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX.* Revista Brasileira de História. São Paulo, 8 (16) : 189-203, mar./ago. 1988.

²⁰³ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. *Op. Cit.* p.32.

A constituição de família pelo escravo poderia ser encarada pelo senhor como uma forma de manter os escravos sob controle, e em alguns casos, tinha a permissão e interesse senhorial. Aos olhos dos senhores, as famílias escravas poderiam favorecer o controle sobre seus escravos, mas em contrapartida, para os cativos implicavam em vantagens em seu cotidiano, como a "obtenção de condições materiais de vida que criavam uma diferenciação não só dentro do cativeiro como fora dele".²⁰⁴

O índice de casamentos no Paraná pode ser considerado alto, no início do século XIX, o número de escravos casados e viúvos oscilou entre 20 e 25% da população cativa da comarca de Curitiba, em Castro chegou a 30%.²⁰⁵ Eduardo Pena ao analisar os dados da Curitiba provincial, no ano de 1875, demonstra que 44% dos escravos de sua amostra tinham algum vínculo familiar, como filhos, cônjuges e outros parentes.²⁰⁶

O número de casamentos pode ter sido facilitado pelo, já mencionado, equilíbrio na quantidade entre homens e mulheres cativos no Paraná, e do ponto de vista senhorial, pela reprodução natural inerente à administração dos plantéis da região.

A elevada quantidade de famílias cativas seria outra especificidade paranaense. Muito da historiografia sobre a família escrava (Como o próprio Robert Slenes) entende que grandes escravarias seriam as áreas de maior índice e principalmente onde estariam mais propícias as condições para formação familiar cativa. Contudo podemos entender que os escravos da região puderam constituir família independentemente de variáveis como tamanho das escravarias.

Adriano Lima entende que as uniões familiares - mesmo pautados num conceito nuclear europeu - eram rotineiras dentro das senzalas e que segundo a idade dos filhos algumas famílias perduraram por mais de três gerações. Contrariando ideias de Viajantes como Rugendas e de autores como Gilberto Freyre, que denominavam efêmeras e promíscuas as relações escravas. Segundo Lima as uniões mais perenes foram as que ocorreram entre escravos e pessoas de

²⁰⁴ *Idem.* p. 19.

²⁰⁵ *Idem.* p. 66.

²⁰⁶ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia...* p. 49.

fora do cativeiro.²⁰⁷ O historiador entende que a formação familiar foi uma prática escrava que caminhava em duas vias,

a família no cativeiro poderia ser vista pelo senhor como uma forma de manter os escravos sob controle. Mesmo que uma revolta escrava não atemorizasse a mente dos proprietários curitibanos, todo escravista sabia ser preciso manter um certo domínio sobre seus negros, pois pensavam ser geralmente insubmissos e inclinados aos maus hábitos. Essa era a mentalidade vigente e para lidar com estes inconvenientes muitos senhores incentivavam e reconheciam as uniões familiares entre seus escravos. Todavia, esse reconhecimento tinha que ser demonstrado pelos senhores. Assim, eles concediam certos privilégios aos escravos que vivessem em família como forma de admitir a legalidade dessa situação. Estas permissões especiais variaram no tempo e no espaço. Elas iam desde a concessão do exercício de atividades remuneradas — o ganho — até o simples ato de presentear um escravo com uma garrafa de cachaça.²⁰⁸

Portanto a liberdade vigiada concedida pela família escrava era dividida pelo interesse senhorial aos quais interessava o “vigiar” e os desejos cativos que priorizavam essa parcela de liberdade. O fato de existirem interesses em ambos os lados da relação pode ter sido um facilitador para a existência da família escrava.

Para Carlos Lima e Kátia de Melo que estudaram as famílias escravas em fazendas absenteístas - aquelas cujos senhores estavam ausentes e a administração da fazenda por ficava conta dos próprios escravos - onde a autonomia dos cativos era maior, a família serviu como um instrumento primordial de controle senhorial,²⁰⁹ se diferenciado de outras situações, as quais entendemos ser a maioria, onde a constituição de laços familiares foi uma prática socialmente proveitosa para os cativos. Todavia, acreditamos ser importante a distância de concepções hierarquizadas onde a família é concebida como concessão paternalista dos proprietários.

Como já foi mencionado previamente a família é mais um dos vários modos de sociabilização escravas, que como outros, dependia da relação dos escravos como a comunidade que os cercava. No que diz respeito a família cativa, não podemos entendê-la como uma relação apenas entre escravos, mas sim entre todos que conviviam cotidianamente.

As relações familiares cativas implicavam em variados laços matrimoniais, por exemplo, entre libertos, negros livres, brancos ou ainda entre escravos de

²⁰⁷ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. Op. Cit, p. 31.

²⁰⁸ *Idem.* p. 39

²⁰⁹ Lima, Carlos A. M., Melo, Kátia A. V. de, A distante voz do dono: a família escrava em fazendas de absenteístas de Curitiba (1797) e Castro (1835) . Afro-Ásia, v. 31. p. 127-162, 2004, p. 160

escarvarias distintas. De acordo com Adriano Lima, além dos escravos, outras pessoas (*outsiders*) se aproximavam do cativo buscando pertencer à localidade, constituindo relações de mútuas. "Algo poderia ser oferecido aos escravos, mas com eles também se obteve a coisa mais importante para um desenraizado: a sensação de pertencimento".²¹⁰

Portanto, a família escrava parece ter sido um diferencial dentro do cativo, proporcionando mais possibilidades comunitárias para a conquistar privilégios que geravam melhoras sociais e materiais. Para Adriano Lima havia

não somente a existência da família no cativo, mas igualmente denotam a articulação destas famílias em função da liberdade. A doação de filhos pelo escravo alforriado ao seu proprietário possivelmente tenha representado uma espécie de "moeda de troca" entre estes dois agentes. Antes de se constituir em uma frieza extrema por parte do cativo em relação aos seus filhos, esta opção representou um caminho trilhado por alguns escravos na busca de sua liberdade. Ao escravo que possuía poucas ou nenhuma condição de amealhar pecúlio para a compra de sua alforria ou a de seus parentes, restava-lhe a opção de negociar suas próprias crias como meio de pagamento pela liberdade. Muito provavelmente estes cativos já estavam amealhando dinheiro ou o faziam dali em diante na sua nova condição na sociedade, para a compra da alforria daquele parente que se mantinha no cativo.²¹¹

Lima pôde perceber, ao pesquisar relatos das cartas de alforria, quão usuais eram as trocas de parentes pela manumissão. O pesquisador também realizou uma pesquisa de cunho mais quantitativo ao cruzar os dados de manumitidos com família. Com base em suas fontes 46% dos escravos alforriados registrados no cartório de Curitiba entre 1790 e 1825, eram possuidores de laços familiares. Contudo, Lima acredita que como esses números representam apenas os oficialmente registrados, esta quantidade facilmente seria superior à 50%. O historiador entende que havia uma correlação entre a famílias e os manumitidos, de forma que além das "liberdades dentro do cativo" os laços parentais seriam um caminho para a alforria.²¹²

Eduardo Pena parece concordar com a ideia de Lima no que tange a importância da família na sociabilidade escrava, quando analisa processos de legitimação da alforria de alguns escravos, em Curitiba nas décadas de 1870 e

²¹⁰ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. Op. Cit, p. 76.

²¹¹ LIMA, Adriano Bernardo Moraes. Op. Cit, p. 107.

²¹² *Idem.* p. 106

1880, onde a família se torna um apoio imprescindível para resistência cativa dos pontos de vista jurídico, material e psicológico.²¹³

Em suma, a família escrava foi importante elemento capaz de permitir uma transformação na vida dos escravos da comunidade a que pertenciam. Através da família os escravos construíram possibilidades de melhorias materiais - como moradias ou terras próprias, atividades menos penosas, etc. - obtiveram prestígio social dentro do cativeiro e ao redor dele, possibilitando o aumento de sua rede de sociabilidades e até mesmo trilhando um caminho para a alforria. Os laços de parentesco - principalmente o casamento - foram elementos que instituíram uma diferenciação e suporte para a sobrevivência daqueles que viviam sob as cruéis malhas da escravidão.

2.6 – ABOLICIONISMO NO PARANÁ

No Paraná, assim como em outras regiões do país, o abolicionismo configurou-se como movimento de crítica e ataque à escravidão no final do período escravista.

O movimento abolicionista de 1860 e 1870 tinha um caráter mais emancipacionista, período marcado pela Lei Rio Branco, conhecida como Lei do Ventre Livre e pela criação do Fundos de Emancipação, este último inclinados a ajudar escravos que não tinham o montante suficiente para comprar suas alforrias. Nas décadas seguintes 1870 e 1880 o movimento ganha uma conotação mais abolicionista, ou seja, com foco no fim imediato da escravidão. O movimento tinha uma forte representação parlamentar como o exemplo de Joaquim Nabuco, mas também atuou no campo social ajudando em fugas e motins.

O movimento abolicionista se consolida no Paraná, por volta de 1880, segundo Ianni de forma tardia, este afirma que as ideias abolicionistas chegaram inicialmente por meio de militares, literatos, políticos e num momento posterior por meio de comerciantes, clérigos e professores.²¹⁴ Como a Confederação Abolicionista, movimento paraense foi originado pelo clube Militar, composto

²¹³ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia...* pp. 229-240

²¹⁴ IANNI, Octavio. *Op. Cit.* p.178-9.

majoritariamente por militares que lutaram em campanhas da Guerra do Paraguai, onde escravos e homens livres compuseram conjuntamente o Exército.²¹⁵

Segundo Eduardo Pena a escravidão paranaense já vinha se degradando e não mantinha muita vitalidade após a década de 1870, esse foi o provável motivo de seu término, sem influência determinante do abolicionismo que aconteceu na região "muito mais a reboque dos movimentos a nível nacional do que uma exigência cívica de seus habitantes".²¹⁶

Em seu livro Márcia Graf analisa o abolicionismo, principalmente, por meio de periódicos, que segundo ela eram a voz do movimento no Paraná, havendo, inclusive, jornais voltados somente para exposição dos ideais abolicionistas.²¹⁷ De acordo com a autora, apesar de poucas e efêmeras as sociedades abolicionistas eram bastante atuantes. Dente as várias sociedades abolicionistas destacam-se; a pioneira de 1884 Sociedade Abolicionista Paranaguense, a Sociedade Ventre Livre, a Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum, a Sociedade Libertadora do Paraná (composta somente de mulheres) e a já mencionada Confederação Abolicionista Paranaense.

Contudo, o abolicionismo paranaense era "dessincronizado" de outros movimento nacionais, já que até a metade dos anos 1880 suas ações eram mais emancipacionistas do que abolicionistas, angariavam donativos em festas, passeatas e comícios para auxílio do Fundo de Emancipação.²¹⁸

O Fundo de Emancipação foi criado em 1871, o terceiro artigo da "Lei do Ventre livre", que previa libertar anualmente escravos correspondentes a quota de cada província. De acordo com o Márcia Graf "na província do Paraná o Fundo Emancipação revelou-se tão ineficaz como em outras províncias do Império",²¹⁹ em muito por causa da ineficiência (em muito proposital por parte das autoridades locais) para conclusão das listas de escravos classificados para a emancipação. Além disso, o Fundo era insuficiente para fazer a manumissão dos escravos, apenas

²¹⁵ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p. 108.

²¹⁶ PENA, Eduardo Spiller. *O jogo da face: a astúcia...* p.40.

²¹⁷ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Op. Cit.* p. 25.

²¹⁸ *Idem.* pp. 100-1.

²¹⁹ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Op. Cit.* p. 62.

em 1880 foi distribuída uma segunda quota e outras de forma mais regular. Entretanto, o Fundo de Emancipação foi pouco efetivo em seu objetivo.²²⁰

Apesar do aparente fracasso na ajuda financeira às manumissões, foi através da jurisdição de 1871 que muitos escravos, por iniciativa própria fizeram valer o seu direito de compra da alforria. Neste sentido a Lei “dos Sexagenários” de 1885, também foi de grande valia para os escravos, pois a partir dessa Lei foi criada a tabela que estabelecia o valor do escravo de acordo com a idade somada a partir da matrícula do escravo. Segundo Joseli Mendonça, antes de Lei de 1885 ocorriam grandes embates no momento da alforria, já que, o preço que deveria ser pago pelo cativo ao senhor era instituído por meio de uma avaliação da curadoria. Isto deixava o domínio do senhor ficar em descrédito e o escravo em situação muito vulnerável.²²¹ Assim, a Lei dos Sexagenários, ajudou neste imbróglio com relação à libertação dos escravos.

No período de atuação das sociedades abolicionistas paranaenses era comum existirem membros frequentadores de mais de uma delas, como o caso de pessoas que pertenceram tanto da Confederação Abolicionista Paranaense quanto da Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum, ambas de Curitiba. Também era usual que muitos dos membros fossem pessoas pertencentes a maçonaria e ou de grande status social.²²²

A Confederação Abolicionista que foi fundada em 1888 tinha representantes das altas classes sociais e políticas da cidade e o apoio de diversos grupos como representantes do comércio, do Instituto Paranaense e membros do clero.²²³ Em geral, a Confederação Abolicionista prestava ajuda de meios lícitos - onde dispunha de advogados exclusivamente para legislar pelos escravos e recolhia fundos através de eventos de grande publicidade - como óperas, quermesses, concertos, teatro, etc. - destinados às alforrias. Outra prática comum foi a procura de escravos a sociedade abolicionista com intuito de fazer depósitos de importância destinadas ao auxílio de sua própria libertação.²²⁴

²²⁰ *Idem.* pp. 65-7.

²²¹ MENDONÇA, Joseli. *Entre a Mão e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp; CECULT, 1999. p. 278.

²²² GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Op. Cit.* p. 108.

²²³ *Idem.* p. 106.

²²⁴ *Idem.* p. 110.

Por sua vez a Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum agia de maneira mais radical. Como podemos notar na Ata de fundação da Sociedade,²²⁵ no dia 12 de junho de 1887:

tratarem todos os sócios de concorrer para livrar o Brasil da mancha negra da escravidão que tanto nos amesquinha, e de qualquer forma se o porém aos castigos corporais indignadamente aplicados aos míseros escravos, ainda que, se necessário for, tenhamos de lançar mãos da força não poupando o próprio sangue para conseguir fim tão nobre e justo. ²²⁶

Como próprio nome sugere, a Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum realizava atividades clandestinas, como o acobertamento de fugas, levando escravos para locais onde a escravidão já havia sido abolida. Apesar de ter rugas com políticos locais, a Ultimatum tinha como participantes de suas atividades nomes de grande importância, como Ildefonso Correia (que chegou a ser vice presidente da província) e Bento Munhoz da Rocha. E por se tratar de uma organização secreta, seus membros usavam "nomes de guerra" que normalmente faziam menção a nomes importantes do abolicionismo. ²²⁷

Segundo Marcia Graf as sociedades emancipadoras e abolicionistas no Paraná atuaram principalmente na função de fornecer amparo jurídico aos escravos e de libertar cativos com pecúlio. Mesmo com a grande publicidade a quantidade de alforrias conseguidas por estas entidades "chegou somente a pouco mais de duas dezenas".²²⁸

Contudo, de acordo com Noemi Santos a propagação midiática foi muito importante, os jornais supervalorizavam medidas particulares de emancipação de cativos para incentivar a ampliação de mais alforrias. De acordo com autora a atuação de alguns presidentes de província foi crucial neste aspecto, pois faziam nas datas comemorativas a propagação dos atos de libertação e assim disseminavam a prática entre as elite. Isso fez a "moda" das emancipações que passariam a ser vistas como ações sociais amplamente aprovadas.²²⁹

²²⁵ A Ata foi impressa em 14 de maio de 1911, numa reportagem em celebração aos 23 anos da Lei Áurea, no jornal Paraná Moderno, seus editores foram Jayme Reis e Romario Martins .

²²⁶ MARTINS, Romario. História do Paraná. Curitiba, Ed. Guaíra, s.d. p. 309. **Apud**; GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Op. Cit.* p. 104.

²²⁷ *Idem*, p. 107.

²²⁸ *Idem*, p. 113.

²²⁹ SANTOS, Noemi. *O Batismo na instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2014. p.84.

A aprovação moral do abolicionismo pela sociedade, favoreceu a onda de manumissões, que segundo Marcia Graf, fez com que algumas localidades da província extinguissem a escravidão antes de 1888.²³⁰

O papel do abolicionismo é importante para que olhemos para abolição da escravatura em 1888, não como um fato isolado, mas como a pluralidade e complexidade histórica que lhe cabe, como resultado de uma série de movimentações sociais com a contribuição de pessoas de todos os setores da sociedade. Perpassando por membros de uma elite política e social que organizou festas e óperas aos escravos que sempre foram os maiores interessados no fim da escravidão, fazendo uso de diferentes táticas para resistir à opressão que lhes foi imposta.

Após a síntese historiográfica, encerramos o capítulo salientando a falta dessa História Local em escolas e manuais escolares o que nos motivou a realizar um produto didático pautado na síntese acima, sobre a História da escravidão no Paraná.

O produto segue a mesma temática, nomenclatura dos itens e ordem da síntese, sendo composto por fontes retiradas das pesquisas utilizadas para realização da dissertação. O material em questão se encontra após a Bibliografia.

²³⁰ GRAF, Márcia Elisa de Campos. *Op. Cit.* p. 88.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos demonstrar parte das histórias de pessoas que foram responsáveis por compor a região hoje denomina Paraná. Com o enfoque em personagens que por muito tempo foram ocultados do processo histórico e identitário dessa região, onde narrativas da formação do Estado da "Capital européia" foram incorporadas no imaginário paranaense, presentes até hoje em enunciações oficiais - como praças e museus - formando um limite entre o que e os que seriam paranaenses.

Um dos motivos que impulsionaram a pesquisa sobre a escravidão paranaense, que em manuais didáticos é relegada à regiões com plantéis maiores, é ir de encontro a essa formação histórica unilateral e deturpada.

Pudemos perceber durante a realização do trabalho que as pesquisas acadêmicas sobre a escravidão local não são escassas, pelo contrário, a bibliografia sobre o tema é vasta. Dessa forma, entendemos que a falta de pesquisa não é a causa do problema para o silenciamento da escravidão local em materiais didáticos, que persiste ausente mesmo com leis, Paramentos e Diretrizes que preveem o estudo do tema. Em consequência disso, o distanciamento entre o ensino de história nas escolas com o estudo acadêmico é um outro fator que motivou a produção desse trabalho que intenta contribuir para a melhoria do ensino da história da escravidão local nas escolas.

Ao pesquisar a escravidão no Paraná nos deparamos com as particularidades da história regional como o início da ocupação e a escravidão predominante dos indígenas. A escravidão de nativos é pouco vista em manuais didáticos de âmbito nacional, quiçá na esfera regional. A quantidade de pesquisas, artigos, dissertações e teses referentes à escravidão e administração dos índios no território paranaense é menor em comparação com as produções sobre escravidão dos descendentes de africanos.

A escravidão de negros por sua vez, mostrou algumas especificidades paranaenses que diferem bastante das generalizações vistas em livros didáticos. No Paraná pudemos notar a pouca quantidade de grandes plantéis e a predominância de escravarias diminutas, bem como o equilíbrio entre os sexos dos cativos, o grande número de famílias constituídas entre os escravos, o alto índice de

reprodução natural das escravarias e o fato de que a esmagadora maioria das terras era ocupadas por propriedades escravistas.

A história do Paraná não difere da história do Brasil, mas a integra, da mesma forma que em outras regiões do país, nessa região os escravos viveram em um constante jogo para sobrevivência frente à imposição do cativo, por vezes buscando a alforria, melhorias de vida e espaços de sociabilidade.

No início do trabalho ficamos desconfortáveis com a ideia de produzir uma dissertação sem ser pautada em fontes empíricas, pois esse era o conceito que tínhamos sobre uma pesquisa acadêmica. No entanto, sempre pairou uma impressão de que a academia só fala entre seus pares, com pouca comunicação com os não frequentadores do seu ambiente, tendo uma margem de circulação muito restrita de suas produções.

Apenas posteriormente notamos a importância da realização de um trabalho como esse para divulgar as produções acadêmicas e colocar em contato o ambiente escolar e a universidade, inclusive essa é a proposta inicial do programa Profhistória.

A produção do material de uso pedagógico feito basicamente com fontes primárias com o intuito de aproximar academia e escola, possibilitando aos estudantes o contato com as fontes da história paranaense.

No momento de confecção do produto didático, a tarefa de inserir alguns dos conceitos, hipóteses e pontos relevantes tecidos pelos historiadores utilizados para realizar a síntese, se demonstrou complexa, visto que se trata do ensino de conceitos acadêmicos para alunos do Ensino Médio, num material com pouca interferência de textos autorais.

E muitos outros documentos e conceitos não puderam ser arrolados na coletânea de fontes por motivos de delimitação do trabalho. Isso reforça a ideia de que esse produto, enquanto atividade didática, deve estar em constante progressão, inclusive aberto para outras possibilidades a serem explorados, como a de roteirizar as histórias aqui expostas para um trabalho de campo com os estudantes.

Por fim, objetivou-se no trabalho trazer a tona um embasamento teórico da história da escravidão que permeia o âmbito acadêmico há três décadas, mas que ainda não é constante em manuais didáticos escolares. Essa base teórica pretende analisar as sociabilidades de forma plural, colocando escravos como protagonistas

nas ocasiões que realmente o foram, para entender a ação dos mesmos naquele contexto.

Portanto, não se trata de expô-los sempre como vítimas, negando suas atividades próprias, mas dar aos escravos o que lhes é “devido” e compreender os espaços sociais criados por eles, entendendo que mesmo diante de toda limitação eram capazes de alterar alguns "lances" em proveito próprio, salientando que definitivamente não eram "sujeitos passivos da história".²³¹

²³¹ THOMPSON, Edward. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das letras, 1998, p. 346.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **“O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região”**. In: *Fronteiras*. Dourados, MS, vol.10, n.17. pp.55-67. jan./jun. de 2008.

ALENCASTRO, Luis Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BAHLS, Aparecida. **A busca de valores identidades: a memória histórica paranaense**. Curitiba: UFPR (tese de doutorado): 2007.

BORGES, Joacir N. **As demandas judiciais envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII**. Almanack Braziliense, no. 06, 2007.

BITTENCOURT, Circe M.F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____.(org.). **O saber histórico na sala de aula**. 10. ed.SP: Contexto, 2005.

_____. Identidade nacional e ensino de história do Brasil. In: KARNAL, Leandro (Org.). **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 185-204.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: MEC, 1998.

CAMARGO, Luiz Leão. **Paranismo: arte, ideologia e relações sociais no Paraná. 1853 - 1953**. Curitiba: UFPR, 2007.

CAINELLI, Marlene; SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História**. Editora Scipione: São Paulo, 2009.

CANAVESE, Filipe Germano. **O Testamento de Dona Balbina: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865)**. 2011. 92 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2011.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da liberdade: uma história da última década da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

_____. **Machado de Assis, historiador.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

COSTA, Emília Viotti. **Da Senzala à Colônia.** 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

DAVIS, David Brion. **O problema da escravidão na cultura ocidental.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FAGE, J.D. **In História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África,** edição Joseph Ki -Zerbo. – 2.ed. rev. – Brasília: UNESCO, 2010

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** SP. Companhia das letras, 1987.

GILLIES, Ana Maria Rufino. **O conceito de cultura e o ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena.** Ensino de História e debates contemporâneos. Guarapuava: Unicentro, 2017. p.125.

GRAF, Márcia Elisa de Campos. **Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.

GUTIÉRREZ, Horacio. **Crioulos e africanos no Paraná, 1798-1830.** Revista Brasileira de História, v. 8, n. 16, 1988, p. 161-188.

_____. **Fazendas de gado no Paraná escravista.** Topoi (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 9, n. 9, p. 102-127, 2004.

_____. **Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX.** História [online]. 2006, vol.25, n.1, pp.100-122.

HARTUNG, Miriam. **Muito além do céu: Escravidão e estratégias de liberdade no Paraná do século XIX.** In.: TOPOI, v. 6, n. 10, jan.-jun. 2005, pp. 143-191.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional.** São Paulo: Difel. 2a ed. 1988.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Brasil (1808-1850).** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

LARA, Sílvia Hunold. **Campos da Violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LIMA, Adriano Bernardo Moraes. **Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (1760–1830)**. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2001. p.32.

LIMA, Carlos A. M.; MOURA, Ana M. da S. **Devoção & Incorporação. Igreja, escravos e índios na América Portuguesa**. Curitiba: Editora Peregrina, 2002.

MACHADO, Cacilda. **A inserção social de negros, índios e bastardos a partir de registros de óbitos** (planalto paranaense na primeira metade do século XVIII). Revista de História Regional 15(2): 160-183, Inverno, 2010.

MARTINS, W. Um Brasil diferente. **Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná**. São Paulo: T. A. Queiroz, 2a ed.1989.

MENDONÇA, Joseli. **Entre a Mão e os Anéis: a lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp; CECULT, 1999.

_____. **Escavidão, africanos e afrodescendentes na “cidade mais europeia do Brasil”: identidade, memória e história pública**. Tempos Históricos, Volume 20, 2016, pp. 218-240.

MENDONÇA, J.; RAMOS, R. **Afro-Brasileiros No Museu Paranaense: silêncios, demandas públicas e ressignificações**. Revista Observatório, v. 3, n. 2, p. 113-135, 1 abr. 2017.

MOLINA, Ana (org). **Ensino de História e Educação: olhares em convergência**. Vol.II. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012.

MONTEIRO, John M. **Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

NADALIN, Sérgio. **Paraná: Ocupação do Território, População e Migrações**. Curitiba: SEED, 2001.

NOVACKI, Luiz Henrique. **Como se liberto nascesse de ventre livre”: escravos libertos na freguesia de Palmeira-Paraná (1831-1848)**. In: Revista Vernáculo: história e reflexões. n.o 03. Curitiba: Edição dos autores, 2002.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação (org.) vários autores. **História**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PENA, Eduardo. **O jogo da face: A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial**. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999.

_____. **Pajens da Casa Imperial: jurisconsultos, escravidão e a lei de 1871.** SP: Editora da Unicamp. 2001.

PEREIRA, Luis Fernando Lopes. **Paranismo: Cultura e Imaginario no Paraná da I Republica.** Curitiba: UFPR, 1996.

PEREIRA, Magnus R. M. **Semeando Iras rumo ao progresso:** (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba, UFPR, 1996.

PORTELA, Bruna M. **Gentio da terra, gentio da guiné : a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana** (Capitania de São Paulo, 1697-1780) Curitiba: UFPR. 2014.

_____. Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade escrava. (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado: UFPR, 2007.

REIS, J. J.; SILVA, E. **Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Preços de Escravos em Campinas, século XIX.** História Econômica & História De Empresas, v. 20, p. 85-123, 2017.

SANTOS, Carlos Roberto A. **Paraná: vida material, vida econômica.** Curitiba: SEED, 2001.

SANTOS, Noemi. **O Batismo na instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial.** Dissertação, UFPR, Curitiba, 2014.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **O ensino de História Local e os desafios da formação de consciência histórica.** In: _____ Ensino de História: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2007. 187 - 198.

SLENES, Robert W. **Lares negros, olhares brancos: histórias da família escrava no século XIX.** Revista Brasileira de História. São Paulo, 8 (16) : 189-203, mar./ago. 1988.

_____. **“Malungu, ngoma vem!”: África coberta e descoberta no Brasil.** Revista USP, São Paulo, n. 12, p. 48-67, dez. 1991; fev. 1992.

_____. **Na Senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava.** Brasil Sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa. (Vol.I)**, RJ. Paz e Terra, 1987.

_____. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

VIAL, Rogério. **A Participação dos escravos nos patrimônios dos Campos Gerais, (1846-1864)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual do Centro-Oeste, Unicentro. Guarapuava, Paraná, 2014.

WEBER, Silvio Adriano. **Além do cativeiro: a congregação dos escravos e senhores na irmandade do Glorioso São Bento da Vila de Morretes**. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2009. p. 89.

MATERIAL DE USO PEDAGÓGICO: ESCRAVIDÃO NO PARANÁ.

Este material didático é uma extensão da pesquisa de dissertação sobre a história da escravidão paranaense. Todavia, para o uso didático não é obrigatória a leitura da dissertação, mas é de grande ajuda ao professor para tirar dúvidas e adquirir informações referentes a cada item temático. Para facilitar eventuais consultas, cada tema segue com os mesmo títulos da síntese historiográfica.

A mediação do professor é primordial, pelo fato do material ser formado fundamentalmente por fontes empíricas, o que requer uma contextualização para a análise do material, com a finalidade de se evitar anacronismos e outras interpretações equivocadas.

O objetivo deste material, direcionado para o Ensino Médio, é ensinar a história da escravidão no Paraná por meio de várias histórias aqui ocorridas, expostas nas fontes. Assim também podem ser explicadas outras questões importantes, relativas à metodologia do estudo de História e à parte instrumental da disciplina, como a interpretação. Em suma, este material se oferece como uma possibilidade de exercício dos procedimentos concernentes à História, trabalhando com questões que orientem perguntas às fontes para constituir interpretações diversas, principalmente dos estudantes.

O material pode ser utilizado de diversas maneiras, de acordo com suas necessidades, metodologia e criatividade do professor. Como exemplo, o material pode ser utilizado: integralmente como está proposto; com a escravidão como um recorte curricular; com a escravidão como um eixo norteador para períodos que se pretende trabalhar; ou somente o uso de atividades, com a comparação entre o entendimento histórico prévio e posterior do aluno, etc. Portanto, esta produção didática pode ser usada de acordo com variadas metodologias e objetivos do ensino de História.

Apresentação: Paraná uma terra de europeus?

A escravidão no Brasil é uma temática recorrente nos conteúdos de História, entretanto é tratada muitas vezes de forma breve e generalizada, ao mostrar uma história unificada da escravidão para todo o país.

Com o adendo de que história da escravidão no atual território paranaense é pouco ou nada encontrada em livros e manuais didáticos. O estado carrega a mítica de ser uma terra apenas de europeus, silenciando a influência da história da escravidão local. Ao contrário dessa crença, o Paraná é o resultado da mistura de várias histórias de diversos povos e culturas, e não somente, desse ou daquele aspecto histórico.

Portanto, o silenciamento em relação ao tema estimulou a realização desse trabalho que, além da dissertação, apresenta a história da escravidão paranaense através de fontes primárias, com o objetivo de disponibilizar um material diferenciado, acessível, e que possa ser usado principalmente na sala de aula, possibilitando confrontar a desconsideração pela escravidão local na a formação da identidade do Paraná.

1 - O TRABALHO COMPULSÓRIO INDÍGENA.

É muito comum associarmos a escravidão a indivíduos de origem africana. Entretanto, até o 1750, predominou na região em que se formaria o Paraná a escravidão de indígenas, chamados nesse período de carijós, gentio da terra, negros da terra, gentio do cabelo corredio, administrados, etc. Nos documentos apresentados a seguir, você poderá conhecer um outro aspecto da história da escravidão na região do atual território paranaense.

Fonte 1

O texto a seguir é um fragmento do alvará do rei Felipe III, em 30 de julho de 1609. Nele, o rei se expressou assim:

[...] E para que sejam evitados os grandes excessos que poderá haver se o cativo [dos gentios] em algum caso for permitido [...] tendo recolhido a opinião dos membros do meu Conselho, mandei fazer esta Lei, pela qual declaro que são livres todos os gentios daquelas partes do Brasil, conforme o Direito e seu nascimento natural, tanto os que já estiverem batizados e convertidos à nossa Santa Fé Católica, como os que ainda viverem como gentios, conforme seus ritos e cerimônias, os quais todos serão tratados e considerados pessoas livres, como são, e não serão constrangidos a serviço nem a coisa alguma contra a sua vontade; e as pessoas que deles se servirem em suas fazendas, lhes pagarão por seu trabalho.

*Adaptado do Alvará de 30 de julho de 1609. Citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, p. 48.*

A partir da leitura desse documento, responda as questões:

1. Que tipo de documento é esse e quando foi feito?
2. Identifique quem fez a mensagem e para quem ela é direcionada?
3. Que informações o documento pode fornecer sobre a vida dos sujeitos nele mencionados?
4. Segundo o documento, quais eram os indígenas considerados “gentios”?

Fonte 2.

O texto a seguir é um fragmento de um alvará expedido pelo mesmo rei que havia promulgado o alvará anterior (D. Felipe III).

Alvará de 10 de setembro de 1611

[...] ocorrendo que os Gentios movam guerra, rebelião e levantamento, o Governador do Estado do Brasil formará uma Junta formada pelo Bispo, Desembargadores da Relação, e todos os Prelados das Ordens, e esta Junta averiguará se convém e é necessário ao bem do Estado fazer-se guerra contra o Gentio e se ela é justa. E aprovando eu que se deve fazer a guerra, a guerra se fará e serão cativos todos os Gentios, que nela forem capturados.

[...] os Gentios que forem capturados terão seus nomes registrados em livro, bem como os lugares de onde são, suas idades [...] As pessoas que os capturarem pertencerem os terão como cativos, e não os poderão vender até eu ter confirmado ter sido justa a guerra travada.

Texto adaptado do Alvará de 10 de setembro de 1611, disponível em: <http://transfontes.blogspot.com/2009/12/lei-de-10-de-setembro-de-1611.html>

A partir da leitura desse documento, responda as questões:

1. Entre os dois alvarás expedidos por D. Felipe III decorreram cerca de dois anos. O que o segundo documento, o de 1611, alterou na condição dos índios do Brasil?
2. O que poderia ter provocado essa modificação?
3. Nas fontes 1 e 2 existe alguma relação entre as leis Estado português e a Igreja? Explique.

Fonte 3.

O documento é um fragmento Carta Régia expedida em 1726. Nela, o Rei de Portugal ordenava ao governador da Capitania de São Paulo (da qual Curitiba fazia parte) que fizesse o cumprimento de uma a lei de 1611.

Faça cumprir inviolavelmente a lei de 1611 que mandou os gentios do Estado do Brasil serem conservados na sua liberdade e que só fossem cativos os que sentenciassem em guerra justa. Consta que essa lei não tem sido cumprida por se acharem muitos índios, índias e seus descendentes em poder dos moradores desta Capitania [...]

Texto adaptado da Ordem Régia enviada ao Governador da Capitania em 10 de julho de 1726 citada por BORGES, Joacir N. *As demandas judiciárias envolvendo administrados em Curitiba no século XVIII*. Almanack Braziliense, no. 06, 2007. p. 78.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. De acordo com as fontes 2 e 3, o que era a “guerra justa” e como ela poderia interferir na vida dos gentios?

Fonte 4.

Este é um trecho de um testamento feito na cidade de Curitiba em 1698:

Declaro que possuo trinta e cinco peças do gentio da terra e que deixo por forras cinco dessas peças a saber Joana, Romana, Sipriana, Asença, Gracia, as quais peças devem acompanhar a meu filho Brás Leme e estar em sua companhia durante sua vida para que ele as cuide e por morte do meu filho irão por onde quiserem

Inventário *post-mortem* de João Leme da Silva, 1698. Citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, p. 68.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. É declarado no inventário que das 35 "peças" que possuía João Leme da Silva, cinco se tornariam "forras". Pesquise e discuta com os colegas qual seriam os significado dos termos peças e forras?
2. As cinco índias foram chamadas de forras, mas quando elas poderiam ter autonomia para ir para onde quisessem?

Fonte 5.

O documento abaixo é a passagem de um inventário de 1697, no qual foram avaliados alguns bens do povoador mór de Curitiba – o Sr. Baltazar Carrasco dos Reis.

Foi visto e avaliado um negro do gentio da terra por nome Angelo em vinte e quatro mil réis – 24\$000.

Foi visto e avaliado outro negro do gentio da terra por nome João Criolo doente de achaques antigo em vinte mil réis – 20\$000.

Foi vista e avaliada uma negra boçal do gentio da terra de meia idade em dezesseis mil réis – 16\$000.

Foi vista e avaliada uma negra por nome Thiadozia do gentio da terra com uma cria mais o filho em trinta mil réis – 30\$000.

Peças do inventário do capitão povoador Baltazar Carrasco dos Reis – 1697. citado por Bruna M. Portela. Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, p. 65.

A partir da leitura dos documentos, desenvolva as proposições abaixo:

1. Observe no inventário de Baltazar Carrasco dos Reis, o termo "boçal do gentio". Esse termo era utilizado normalmente para identificar índios que só falavam sua língua nativa, ou seja, não sabiam o português. Levando em conta esta informação e o fato da indígena não possuir ainda um nome cristão, que hipóteses podemos levantar sobre sua origem e suas diferenças em relação aos outros mencionados no inventário?

2. O conteúdo do testamento de João Leme da Silva (fonte 4) e do inventário de Baltazar Carrasco dos Reis (fonte 5) confirmam ou contrariam as considerações do rei na Carta Régia que expediu em 1726(fonte 3)? Justifique.

Fonte 6

Em 1729, na então "Vila de Curitiba", Francisca Leme dirigiu-se à Justiça para pedir sua liberdade e impedir que fosse vendida por Maria Antunez, esposa de seu falecido pai. No processo de Francisca argumentou que:

(...) não podia [Maria Antunez] a vender, nem a dar em dote, conforme a Lei de Sua Majestade por esta ser de cabelo corredio; só sim a poderia chamar a sua administração quando a suplicante [Francisca] não mostrasse nem provasse [o acima narrado].

No ano seguinte, foi julgado e determinado pelo ouvidor Diogo da Paz que:

(...) se vê jurarem as testemunhas a favor da autora assim a julgo por forra e liberta posto dos princípios e meios por ser filha de Francisco Leme seu administrador segundo por ser oriunda do gentio da terra por parte materna que como tal é de sua natureza segundo os direitos das majestades pelo que a hei por forra e condeno a ré nas custas destes autos. Paranaguá 20 de dezembro de [1730].

Petição em que é suplicante Francisca Leme. Curitiba, 1729 e 1730. citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, respectivamente p. 86 e 89.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Na primeira parte do processo de Francisca, aparece o termo "chamar a sua administração". A administração permitia que colonos utilizassem o trabalho dos índios, ficando responsáveis por administrar-lhes ensino e por introduzi-los na religião cristã. Quais as diferenças práticas ente a escravismo e a administração? O documento evidencia que Francisca tinha interesse em ser administrada?
2. Qual o argumento principal da defesa de Francisca Leme?
3. Coloque-se no lugar de um indígena no período colonial e imagine de que maneiras você poderia alterar as condições indesejáveis que a administração impunha?

Fonte 7.

Desde o século XVII, era comum os indígenas serem descritos como indivíduos de "cabelo corredio". Essa era uma das maneiras de diferenciá-lo dos escravizados de origem africana - esses eram chamados de negros da Guiné - enquanto aqueles eram denominados de "negros do gentio da terra de cabelo corredio".

No dia 25 de novembro de 1854 o jornal *Dezenove de Dezembro*, que circulava na cidade de Curitiba, veiculou o seguinte anúncio:

FUGIO a Antonio José Alves, residente na villa de Antonina, um escravo de nome Antonio, estatura ordinaria, olhos pequenos, corpo reforçado, cabello corredio, pernas grossas e um pouco zaimbras, côr parda, pés esparramados; levou vestido camisa e calça de algodão grosso, e um embrulho com mais alguma roupa. Quem o apprehender e leval-o à referida villa, alem d'uma gratidão eterda, será bem recompensado; é official de pedreiro.

TYP. DE C. M. LOPES. — 1854.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Em 1758 foi decretado - por um conjunto de leis chamado "Diretório dos Indios" - o fim da escravidão e da administração indígena em toda América portuguesa, contudo seria possível que ainda existissem, após esta data, índios escravos ou administrados?
2. Considerando a descrição física do indivíduo referido no anúncio, formule hipóteses que poderiam explicar como ocorreu a escravidão de Antonio.

Para concluir, uma proposta de trabalho (em equipe):

A partir dos documentos e questões que foram apresentadas, produza um material sobre a escravização de indígenas no Paraná nos séculos XVII e XVIII. Esse material pode ser:

- uma HQ; um roteiro de documentário que pode ser filmado; uma peça de teatro – que você pode encenar.
- uma narrativa histórica ou outro que a equipe ou estudante quiser criar.

2 – O TRABALHO DE ESCRAVOS DE ORIGEM AFRICANA

Fonte 1.

Em um de seus sermões, um importante representante da Igreja, o padre jesuíta Antonio Vieira, disse em 1633:

(...) gente preta, tirada das brenhas da sua Etiópia, e passada ao Brasil, conhecera bem quanto deve a Deus e a sua Santíssima Mãe por este que pode parecer desterro, cativo e desgraça, e não é senão milagre, e grande milagre? Dizei-me: vossos pais, que nasceram nas trevas da gentildade, e nela vivem e acabam a vida sem lume da fé nem conhecimento de Deus, aonde vão depois da morte? (...) Vede se é grande milagre da providência e misericórdia divina.

Padre Antonio Vieira, Sermão XIV, à Irmandade dos Negros do Rosário da Bahia, tópico VI. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/fs000032pdf.pdf>. Acesso em 20/09/2017.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Qual a visão de Antonio Viera sobre a escravidão dos africanos?

Fonte 2

Em 1755 foi criado o Diretório dos Índios, um conjunto de leis da política do Marquês de Pombal. Publicado apenas em 1785, o Diretório abordava questões sobre os indígenas. Consta em seu parágrafo 10:

Entre os lastimosos princípios, e perniciosos abusos, de que tem resultado nos índios o abatimento ponderado, é sem dúvida um deles a injusta, e escandalosa introdução de lhes chamarem negros; querendo talvez com a infâmia e vileza deste nome, persuadir-lhes, que a natureza os tinha destinado para escravos dos Brancos, como regularmente se imagina a respeito dos Pretos da Costa da África.

Disponível em: https://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm Acesso em 10/10/2018.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Qual a concepção de "negros" expressa pelo o Diretório dos Índios?

Fonte 3.

Correspondência enviada pelo chefe de polícia de Curitiba, Luiz Francisco da Câmara Leal, ao presidente da província, em 1864:

Parece-me bem fundado o receio de que a permanência dos africanos nos aldeamentos indígenas seja nociva ao fim da catequese e encaminhamento dos bravos ao grêmio da civilização. Não são por certo, os filhos escuros da região etíope os mais próprios para fomentarem ânimo aos habitantes das selvas o desejo e o amor à vida social que gozamos nós outros amamentamos com o doutrinal leite do Evangelho; e da junção de duas ignorâncias jamais poderá resultar sabedoria pela cultura da inteligência e do coração.

Citado por Eduardo Pena. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999. p.94.

A partir da leitura dos documentos acima, responda:

1. Mesmo com a diferença de tempo entre as considerações do Padre Vieira e as de Câmara Leal (fontes 1 e 3), podemos notar semelhanças entre elas. Quais são essas semelhanças?

2. Qual a visão atribuída aos indígenas e aos africanos, expressa nas fontes que foram produzidas no período colonial e na Curitiba provincial durante o Segundo Reinado?

Fonte 4.

Em Paranaguá, em 1750, Francisco Nabarreto abriu um processo para cobrar uma dívida, cujo montante encontrava-se em poder de um escravo, pertencente a Amador Bueno. Em uma parte do processo foi registrado o seguinte:

(...) Gonçalo que era como cabeça dos mais; que importavam vinte e oito oitavas de ouro dizendo-lhe o dito escravo que brevemente lhe havia de dar, pois que tinha donde as tirar.

Causa cível de libelo, autor Francisco Nabarreto e ré Thereza Correa. DEAP. Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, p. 182.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. No que provavelmente trabalhava o escravo Gonçalo?
2. A partir de pesquisas, os historiadores tem mostrado que os próprios escravos podiam exercer funções de feitoria sobre outros escravos, controlando e liderando o grupo em alguma atividade. Há no trecho citado um termo que sugere que Gonçalo fosse um desses escravos-feitores. O que seria um escravo "cabeça dos mais"?
3. De acordo com as palavras de Francisco, o escravo Gonçalo conseguia acumular dinheiro ou ouro. Formule hipóteses sobre como ele teria feito esse acúmulo.

Fonte 5.

Relato do botânico francês Auguste Saint-Hilare em 1820:

Na margem esquerda do Itararé começam os Campos Gerais, região muito diversa das terras que a precedem do lado nordeste, e elas vão terminar a pouca distância do registro de Curitiba, onde o solo se torna desigual e as verdejantes pastagens são substituídas por sombrias e imponentes matas(...) (...) Não se deve pensar, porém, que os habitantes dos Campos Gerais permaneçam sempre em sua terra. Homens de todas as classes, operários, agricultores, no momento em que ganham algum dinheiro partem para o Sul, onde compram burros bravos para revendê-los em sua própria terra ou em Sorocaba.

SAINT-HILARE, A. Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina. Belo Horizonte : São Paulo : Edusp, 1978, pp. 15 e 19.

Fontes 6 e 7.

As duas pinturas abaixo foram realizadas pelo artista parisiense, Jean Baptiste Debret, que integrou a Missão Artística Francesa no Brasil, construída em 1817 e que posteriormente fundou a Academia Imperial de Belas Artes.



Aquarela de Debret, 1827. Retrata tropas nos limites das Províncias de São Paulo e Curitiba. Extraído do livro: Quarenta paisagens inéditas do Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina. Coleção: Museu Castro Maya. Rio de Janeiro



Debret - Curitiba - Aquarela sobre papel; 12,3 x 21,2 cm; assinada e datada embaixo à direita, na margem inferior, J.B. Debret *au Brésil* 1827. Procedência: Família Debret, Paris; Livraria Nourrit, Paris; Antonio de Almeida Correa, São Paulo; Marquês e Marquesa de Bonneval, São Paulo; Coleção Particular.

Fonte 8.

Na região dos Campos Gerais em 1844, Joaquim Leme pede ao juiz municipal da Lapa que emita um passaporte com o qual seja autorizado a passar com a sua tropa e rumar até o Rio Grande do Sul. A partir de 1842, o passaporte passa a ser necessário somente para escravos, libertos e negros livres. A solicitação foi feita nos seguintes termos:

Diz Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme, morador na vila de Castro e ora nesta [Lapa], que ele suplicante quer seguir viagem até o lugar Cruz Alta a fim de puxar seus animais que lá existem, levando em sua companhia um camarada de nome Antonio e mais três camaradas de nomes Felisberto, Francisco e Joaquim e bem assim três escravos de nomes Eduardo, Selestino e Luzia e sete cargueiros (...)

Requerimento de Joaquim Ribeiro da Fonseca Leme. citado por Bruna Portela em Caminhos do Cativo: a configuração de uma comunidade escrava. (Castro, São Paulo, 1800-1830). Dissertação de mestrado: UFPR, 2007. p. 70.

A partir da leitura dos documentos 5, 6, 7 e 8, responda:

1. Qual o trajeto feito por habitantes dos Campos Gerais e por que era realizado?
2. Por meio de pesquisa, informe o nome e a época em que foi construída a rota ou estrada utilizada pelos moradores dos Campos Gerais em suas atividades no comércio de animais.
3. O cotidiano de escravos era limitado à senzalas e fazendas? Explique.

4. Quais as atividades realizadas pelos negros segundo as fontes 6 e 7?
5. Mesmo sendo fontes de características diferentes, a fonte 6 e o documento 8, tratam de assuntos relacionados? Explique as semelhanças entre eles.

Os anúncios de jornal abaixo são todos do periódico *Dezenove de Dezembro*, do período provincial do Paraná (após 1853) e trazem informações sobre os escravos que viviam em um contexto urbano, que tiveram suas histórias ligadas à Curitiba no século XIX.

Fonte 9.

VENDE-SE, na rua do Fogo n. 17, um escravo de nação, de 22 a 24 anos de idade, em viço algum; serve muito bem para engenhos de erva, e affiança-se: trata-se na rua á cima com Francisco Caetano de Souza. A mesma casa acaba de chegar um do sortimento do novo galvanismo, e persistencia é affiançavel, por preços e dicos.

O Dezenove de Dezembro 1º de abril de 1854.

Fonte 10

ESCRAVO
Fugiu de Bierremback & Irmão, de Campinas, no dia 2 de Setembro deste anno, o mulato Rodolpho, de idade 24 annos, estatura média para baixo, corpo reforçado em relação á estatura, falta de um dente na frente, barba regular, tem signaes de castigos nas nalgas, e alguns vestigios de ter tido ferros nos pés, falla bem, pisar firme, é muito activo e intelligente, natural de Campos na provincia do Rio, profissão de chapelleiro, mas sabe coser em machinas de costura, tendo por alguns annos trabalhado como machinista de vapor no que é muito pratico; sabe ler e escrever alguma cousa, passa por liberto, costumava andar calçado e traja-se bem, gratifica-se com 200\$000 a quem o entregar a seus senhores, e com 100\$000 a quem o apprehender e deixar em cadda segura. Ha suspeita que seguiu para o Paraná por S. João Baptista, ou Lavrinhas em companhia de João Tavares. (1)

Jornal Dezenove de Dezembro, Curitiba, 06 de Outubro de 1877, Ano XXIV, Nº 1847, p. 04.

Fonte 11 - UM BOM ESCRAVO. Vende-se um escravo crioulo de idade de 28 anos que sabe todo o serviço de uma casa de família, excelente doceiro, padeiro e alfaiate, e é muito fiel. Quem pretender dirija-se ao Sr. Bento Antonio de Menezes, que se acha encarregado da venda. Curityba, 29 de Outubro de 1869. (*Jornal Dezenove de Dezembro*, 30 de Outubro de 1869, Ano XVI, No 1041, p. 4).

A partir da leitura dos documentos, responda:

- Os termos "escravo de nação" e "crioulo" são comuns nos documentos. O primeiro termo era usado para designar os escravos africanos; com o segundo referia-se aos nascidos no Brasil. Os anúncios apresentados acima permitem saber a nacionalidade dos escravos a que se referem?
- Cite os ofícios dos escravos evidenciados nas fontes. Que outras informações sobre a vida dos escravos, além dos trabalhos, podemos extrair das fontes?

Para concluir, uma proposta de trabalho:

Mobilizando os conhecimentos que você acessou por meio da pesquisa nas fontes apresentadas, produza um material sobre a escravização de negros no Paraná, seus trabalhos no litoral, Campos de Curitiba e nos Campos Gerais. Você pode realizar individualmente ou se juntar a colegas e em grupo, elaborar uma HQ; um roteiro de documentário que pode ser filmado; uma peça de teatro – que vocês podem encenar; uma narrativa histórica ou outro material que preferirem.

3 – ESPECIFICIDADES DA ESCRAVIDÃO NA REGIÃO DO PARANÁ

Fonte 1

A tabela a seguir, ao contrário das anteriores, não é uma fonte primária. Ou seja, não é um documento produzido no período estudado. Ela foi elaborada por uma pesquisadora – é uma fonte secundária ou bibliográfica - e apresenta número de escravos pertencentes a senhores de Campinas, região que no início do século XIX foi produtora de açúcar e posteriormente, de café. **Os dados foram extraídos de inventários *post mortem*.**

ANO	INVENTÁRIO	RIQUEZA BRUTA OU MONTE-MOR (\$000)	ESCRAVOS	VALOR DOS ESCRAVOS (\$000)	%	PREÇO MÉDIO (\$000)
1830	Paula Joaquina de Andrade	91.111	160	49.661	54,5	310
1838	Floriano de Camargo Penteado	113.824	126	43.485	38,2	345
1846	Francisco Álvares Machado e Vasconcelos	31.608	23	12.360	39,1	537
1848	Anna Cândida Novaes de Camargo	153.402	135	65.542	42,7	485
1850	Antonio Manoel Teixeira	382.733	469	184.220	48,1	393
1851	Cândida Maria de Vasconcelos Barros	46.818	31	16.730	36,0	540

Citado por Maria Alice Ribeiro. Preços de Escravos em Campinas, século XIX. História Econômica & História De Empresas , v. 20, p. 85-123, 2017. p. 93.

Fonte 2

O documento abaixo é um fragmento de inventário *post mortem*, o mesmo tipo de fonte primária utilizada pela pesquisadora que elaborou a tabela apresentada acima. Nesse inventário é descrita uma escravaria do Paraná, cujo tamanho corresponde ao padrão das escravarias paranaenses do período:

[...] Benz de Raiz - A casa do sítio no bairro das Furnas com suas benfeitorias avaliada em 50\$000. Os campos e terras lavradas avaliados em 130\$000.

Duas partes de campos e terras lavradas no Bairro dos Lopes avaliadas em 64\$000 (...) Escravos - Um escravo crioulo de nome Candido com 40 anos avaliado em 400\$000.

Um escravo cabra [descendente de negro e índio] de nome André com 25 anos avaliado em 550\$000.

Um escravo de nação de nome Paulo com 50 anos avaliado em 200\$000.

Uma escrava crioula de nome Claudina com 18 anos avaliada em 600\$000.

Uma escrava crioula de nome Jacinta com 40 anos avaliada em 270\$000.

Uma escrava crioula de nome Maria com 60 anos avaliada em 60\$000.

(...) Animais - Cento e quarenta e seis bestas xucras, cada uma avaliada em 14\$000, somando 2:044\$000. Vinte bestas mansas, cada uma avaliada em 19\$000, somando 380\$000. Duas vacas com crias de ano, cada uma avaliada em 11\$000, somando 22\$000. (...) Monte-mor: 6:479\$960

Inventário post mortem de Ana do Espírito Santo, em 1846, de Castro nos Campos Gerais. Citado por Rogério Vial. A Participação dos escravos nos patrimônios dos Campos Gerais, (1846-1864). Dissertação de Mestrado em História, Unicentro. Guarapuava, Paraná, 2014.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Compare o tamanho das escravarias da região de Campinas com as do Paraná.
2. Compare a proporção do valor da propriedade em escravos em relação ao valor total das propriedades (monte mor) nos inventários de Campinas e naquele dos Campos Gerais.
3. Os historiadores que pesquisaram a escravidão no Paraná observaram que na população escrava da região, o número de mulheres era equivalente ao de homens. Essa característica era bem diferente nas escravarias da região sudeste (que incluía Campinas), onde havia uma predominância de homens no total da população. Na propriedade de Ana do Espírito Santo, a proporção entre sexos confirma o padrão paranaense?
4. Na década de 1840, era grande o número de escravos africanos na região produtora de café, como Campinas, sobrepondo-se aos chamados crioulos. Apesar de o tráfico negreiro africano já ter sido proibido, nesse período muitos africanos se somaram (ilegalmente) aos que foram introduzidos na região anteriormente, devido à crescente demanda por mão de obra. Essa característica está presente na propriedade do Paraná?
5. As duas fontes apresentadas mostram a proporção do preço dos escravos em relação a outros bens. O que se pode concluir sobre essa proporção a partir dessas fontes?

Fonte 3

A tabela a seguir mostra a proporção de propriedades com escravos e sem escravos no Paraná.

Paraná de 1817-1818	% de propriedades com Escravos	% de propriedade sem escravos	Total de propriedades
	19,7	81,3	5148
Propriedades Rurais em 1818	% das áreas de propriedades com escravos	% das áreas de propriedades sem escravos	Área total em Hectares (ha)
	79,1	20,9	1.841.425

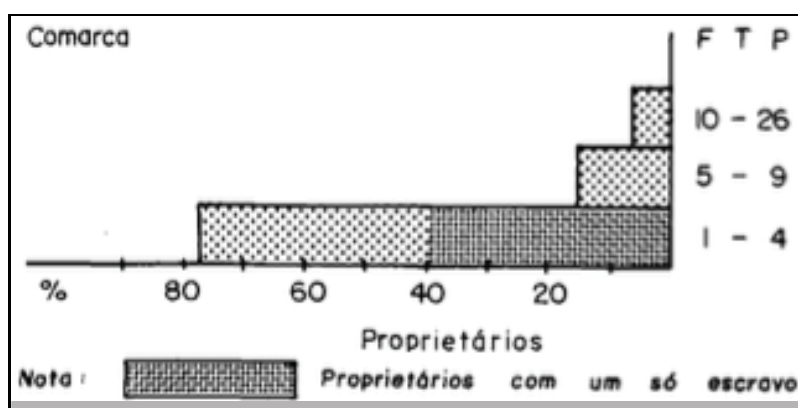
Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo, Inventário dos Bens Rústicos, 1818. dados feitos por GUTIÉRREZ, Horacio. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. História [online]. 2006, vol.25, n.1, pp.100-122. pp. 112-13.

A partir da leitura dos dados, responda:

1. Que características da escravidão paranaense podemos perceber ao analisar os dados acima?
2. A maioria das propriedades usavam ou não o trabalho escravo? Nos anos de 1817 e 1818 as propriedades escravistas eram a maioria na região que posteriormente formaria o Paraná?
3. A tabela permite observar que em 1818 existia uma relação entre tamanho da propriedade e uso de trabalho escravo. Qual é essa relação? As propriedades que utilizavam escravos eram mais extensas do que as propriedades sem escravos? Justifique.

Fonte 4

O gráfico abaixo representa a distribuição de proprietários de escravos de acordo com as faixas de tamanhos dos plantéis (FTP) da Comarca, em 1875. De um lado temos o percentual de proprietários e a direita o FTP que representa a quantidade de escravos de uma escravaria. Nessa época, a comarca de Curitiba era formada pela capital, São José dos Pinhais, Campo Largo, Iguaçu, Arraial Queimado e Votuverava.



Fonte: Departamento de Patrimônio Cultural da Secretaria Municipal de Curitiba - classificação de escravos do fundo de Emancipação. Gráfico adaptado elaborado por

Eduardo Pena. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999. p. 35.

A partir da leitura do gráfico, responda:

1. O perfil das escravarias no período eram de poucos senhores com muitos escravos?
2. Indique quantos escravos tinha a maior parte dos proprietários?

Fonte 5.

A passagem abaixo é parte do livro de Wilson Martins, escrito em 1955, intitulado *Um Brasil diferente: Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. Nesse trecho, o autor refere-se à formação que ele considera característica do Paraná, destacando que:

Não houve escravatura no Paraná (...) ao lado da imigração, é a inexistência da grande escravatura o aspecto mais característico da história social do Paraná, ambos o distinguindo inconfundivelmente de outras regiões brasileiras (...)

Wilson Martins. *Um Brasil diferente. Ensaio sobre fenômenos de aculturação no Paraná*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2a ed.1989. p. 127.

1. De acordo com os documentos apresentados ao longo deste item, comente as afirmações da fonte 5.

4 – BUSCA DE ALFORRIA E OUTRAS FORMAS DE AGÊNCIA ESCRAVA

No Paraná, o número de alforriados foi grande. A alforria podia ser conseguida de várias maneiras: podia ser concedida pelos senhor, ser comprada pelo escravo ou requisitada na Justiça, por meio de um processo judicial.

A Carta de Alforria era um documento que determinava oficialmente a liberdade dos escravos. Alguns historiadores dividem e classificam a alforria como: **1. Gratuita, aquela** em que o escravo era alforriado sem nenhuma obrigação ou pagamento. **2. Onerosa**, quando havia um ônus, e o escravo teria que pagar sua liberdade. **3. Condicional**, havia alguma condição para que o cativo fosse libertado. **4. Onerosa e condicional**, quando, além do pagamento, o escravo ainda tinha de cumprir uma condição para ser alforriado.

Fonte 1

Paranaguá, 9 de janeiro de 1776. Cristovão era o testamenteiro de seu tio (Antonio Pereira de Macedo) e foi à Justiça para cobrar da forra Cristina

uma dívida que ela teria com o falecido. No processo, ele juntou o documento com que Cristina reconhecia sua dívida:

Digo eu, Cristina, que é verdade que devo ao reverendo Sr. Dr. Antonio Pereira de Macedo a quantia de cinquenta e três mil e oitenta réis que me emprestou para minha alforria e de meu filho a qual quantia pagarei a ele dito ou a quem este me mostrar da feitura deste a um ano ficando eu de assistência em sua casa como escrava para a sua segurança e não lhe satisfazendo no dito tempo ficar sua cativa e meu filho e por não saber ler nem escrever pedi e roguei a Joaquim Gaspar Pereira este por mim fizesse e como testemunha assinou sendo também presente o Sr. Guarda Mor Cristovão Pereira de Macedo.

DEAP. Autos cíveis de apelação entre partes em que é autor apelado o guarda mor Cristovão Pereira de Macedo e ré apelante Cristina, preta forra, por seu procurador. Paranaguá, 1776. p. 5. Citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, p. 284

A partir da leitura do fragmento do processo judicial, responda:

1. De que maneira Cristina conseguiu sua alforria?
2. O processo permite saber que Cristina se tornou forra, podendo sair do domínio de seu antigo senhor. Essa alforria proporcionou a ela ao seu filho uma liberdade imediata?
3. Levante hipóteses sobre as vantagens que Cristina teria ao trocar a condição de escravidão por essa alforria que ela conseguiu concretizar.

Fonte 2

Três meses antes de morrer, o Vigário de Palmeira, em março de 1855, resolveu deixar para seus escravos Caetana e Vicente:

(...) os campos e o paiol que possui em Mandaçaia (...) com casas de parede de mão e de telha, como também os campos de meu potreiro e faxinal, (...) como também, são as capoeiras dos meus cultivados com casa de pedra e cobertas de telha que tenho no pinheiral matos devolutos, os que tudo de minha vontade livre de dar como com efeito faço de ação e deixo por esmola aos meus escravos que deixo-os forros Vicente e a sua mulher Caetana e logo depois de meu falecimento poderão gozar como seu que fica sendo.

Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Curitiba (APTNC), Livro de notas no 37, folha 36 (29/mar/1825). Citado por Adriano Lima, *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (1760–1830)*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2001. p. 46.

1. A morte do senhor costumava ser um momento de tensão para os escravos, pois era uma situação de insegurança, na qual poderiam ser vendidos, trocar de senhor, serem separados de amigos e família. Com base no documento acima,

como você imagina que era o relacionamento entre os escravos Caetana e Vicente e o seu senhor? Justifique.

2. Compare a situação de liberdade vivenciada por Cristina (Fonte 1) e por Caetana e Vicente (Fonte 2).

Fonte 3

Registro de uma Carta de Alforria feito pelo escrivão de paz do município de Palmeira, em 1836.

Eu Dona Joana Francisca de Abreu declaro entre os bens que possuo um escravo mulato de nome Feliciano de idade de catorze anos pouco mais ou menos, filho de minha escrava Francisca, a cujo escravo Feliciano de minha livre vontade e sem constrangimento de pessoas alguma confiro a liberdade de hoje em diante e para todo o sempre pelo preço e valor de Duzentos mil reis cuja quantia de 200\$000 receberei do Reverendo Vigário o Senhor Ponciano José de Araújo da data de hoje a quatro anos, podendo gozar de plena liberdade, como se liberto nascesse com a condição reinante de me acompanhar durante a minha vida, e depois de meo falecimento, não tendo o dito liberto inda idade de vinte e cinco anos, acompanhar ao dito Reverendo libertante, até completar a dita idade não poderá antes disto tomar Estado algum sem consentimento do sobredito libertante [...]

Câmara Municipal de Curitiba. Livro de Notas do Escrivão de Paz de Palmeira. 1834 à 1839. Citado por Luiz H. Novack. Como se liberto nascesse de ventre livre": escravos libertos na freguesia de Palmeira-Paraná (1831-1848). In: Revista Vernáculo: história e reflexões. n.o 03. Curitiba: Edição dos autores, 2002. p. 74.

A partir da leitura do documento acima, responda:

1. Qual a classificação da alforria acima (gratuita, onerosa, condicional ou onerosa e condicional)?
2. Quais condições deveriam ser cumpridas por Feliciano, para que pudesse ser livre?

A alforria significava a liberdade jurídica do escravo e, por isso, era um objetivo que muitos buscavam intensamente. Contudo, uma série de escravos não visavam sair da escravidão, mas buscavam melhorar a condição de vida na escravidão ou ter mais autonomia na vida em cativeiro.

Fonte 4

Em 1792, o Reverendo Vigário Francisco das Chagas Lima registrou em um escrito:

Na companhia do Senhor Miguel de Almeida Pais, vai um escravo meu por nome André, casado nesta vila, a quem pela fidelidade com que me tem servido, querendo-o favorecer para a sua liberdade concedo licença para ir trabalhar pelo seu ofício de carpinteiro pelas partes do Sul por tempo de dois anos, (...), findos os quais me virá dar contas do que tiver feito, e trará empregado em bestas o que tiver lucrado (...).

Arquivo do Primeiro Tabelionato de Notas de Curitiba (APTNC). Citado por Adriano Lima, *Trajetórias de crioulos: um estudo das relações comunitárias de escravos e forros no Termo da Vila de Curitiba (1760–1830)*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2001. p.37.

A partir da leitura desse documento, responda:

1. Ao receber a licença mencionada no fragmento acima, André deixou de ser escravo?
2. Levante hipóteses para explicar como André pode ter conseguido autorização junto a seu senhor para realizar uma atividade tão autônoma.

Fonte 5

Em 1750, o escravo crioulo (nascido no Brasil) Clemente foi vendido por Pedro Antonio Moreira para Francisco Nabarreto. O comprador, entretanto, entrou com processo na Justiça, tentando anular transação de compra e venda. No documento com que justificou o pedido de anulação, ele alegava:

Que se o comprou o dito moleque foi por iludir que o dito moleque não tinha achaque nem manha alguma, e depois de levar para sua casa, passados dois meses lhe fez na sua loja um furto grande; como também que depois disto o mais do tempo gasta em fugidas, como agora presente anda fugido e lhe tem feito vários furtos.

O vendedor Pedro Antonio Moreira, em sua defesa, disse que:

O dito réu comprador do dito escravo é habitante nesta comarca de Paranaguá há mais de trinta anos e sempre comprou e possuía escravos e pouco lhe duravam em seu poder pelo mau trato, e mal pode o crioulo da contenda, sendo rapaz como é, aturá-lo sem fugir.

DEAP. Citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e administrada indígena para escravidão africana* (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014, *respectivamente*. p. 234 e 224

A partir da leitura desse documento, responda:

1. De acordo com o vendedor Pedro Moreira, o que motivava as fugas de Clemente?

2. Oficialmente, escravos não poderiam participar da negociação de sua venda. De acordo com a fonte acima, o escravo poderia influenciar de alguma maneira nas transações pelas quais eram comprados e vendidos?
3. Apresente algumas hipóteses de como um escravo poderia interferir numa negociação de compra e venda de si próprio ou como poderia reverter uma transferência de senhor realizada por meio de compra e venda?

Fonte 6

Em 1852 o Ministério da Justiça endereçou a todos os presidentes de província a seguinte instrução:

(...) ordene ao Chefe e Polícia dessa província que no ato de lhes serem entregues os escravos [após deporem contra os senhores], os obrigue [os senhores] a assinar termo de segurança, recomendando ao mesmo tempo ao dito Chefe de Polícia o maior zelo e vigilância na sua observação e fiel execução; e que se apesar disso os senhores violarem o termo, praticando sevícias contra os escravos, incorrendo assim nas penas estabelecidas, lhes deverão ser estas impostas; além de que o fato das sevícias dará aos escravos o direito de intentarem contra os senhores ação que lhes compete a fim de obrigá-los a que os vendam.

BRASIL, Leis e Decretos - Aviso de 25/nov/1852. Citado Eduardo Pena. *O jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999. p. 185.

Fonte 7

Em 1876, uma escrava doméstica chamada Clara prestou depoimento a uma autoridade dizendo ter pedido permissão para sua dona, Maria Ursulina de Mendes de Sá, para visitar sua filha - a menor de idade Agostinha. Clara alegava que não via há muito tempo sua filha, que servia a outro senhor. No depoimento, Clara disse que:

sua Senhora respondeu que não dava licença e nem tão pouco mandava buscar a dita escrava, pelo que ela respondente [Clara] pôs-se a chorar, então sua Senhora logo chamou o escravo João Soares para amarrar a ela respondente. Ela respondente vendo que era atada, correu para casa de Norberto Alves Brito então Delegado de Polícia em exercício para com este se apadrinhar e ver se por meio dele como autoridade escapava de ser maltratada.

Depoimento ao inspetor de quarteirão, São José dos Pinhás, 1876. DEAP. citado por Eduardo S. Pena. *O Jogo da face. A astúcia escrava frente aos senhores e a lei na Curitiba provincial*. Curitiba: Aos Quatros Ventos, 1999. p. 192.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. As fontes 5 e 7 evidenciam que os escravos procuravam impor limites aos castigos físicos aplicados pelos senhores. Que estratégias são evidenciadas por essas fontes.

2. Procure relacionar as fontes 6 e 7, buscando interpretar por que a escrava Clara reconheceu a polícia como uma autoridade que a poderia protegê-las dos castigos aplicados por sua senhora.

Fonte 8

Segundo uma normativa introduzida no Código de Posturas de Paranaguá, em 13 de abril de 1877:

Art. 53. É expressamente proibido nas ruas, praças ou casas da cidade:

§ 2o Fazer fandangos ou batuques

§ 4o Os bailes de escravos chamados congada e jongo.

Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província, Citado por Magnus Pereira. *Semeando Iras rumo ao progresso*: (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba, UFPR, 1996. p.165.

Fonte 9

Abaixo, é apresentada parte de uma correspondência do Chefe de Polícia de Curitiba :

Esses divertimentos [bailes e batuques], com raras exceções, são freqüentados por criadas estrangeiras, libertos, escravos, menores e filhos famílias que muitas vezes se deixam corromper pelos funestos exemplos que ali observam.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Paraná, pelo Chefe de Polícia em 16 de fevereiro de 1880. Citado por Magnus Pereira. *Semeando Iras rumo ao progresso*: (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba, UFPR, 1996. p. 17.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Que informações sobre o modo de vida dos escravos podemos extrair das fontes acima?
2. Qual a visão das autoridades sobre as congadas, batuques e jongo?

Fonte 10

O Artigo 73 do Código de Posturas de Curitiba de 1861 determinava que:

Art. 73. É absolutamente proibido a venda de drogas ou substâncias venenosas a escravos ou pessoas desconhecidas e suspeitas, ainda que em doses miúdas: os contraventores serão multados em 30\$000. Curitiba, 11 de julho de 1861.

Coleção de Leis, Decretos e Regulamentos da Província, Citado por Magnus Pereira. *Semeando Iras rumo ao progresso*: (Ordenamento jurídico e econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889). Curitiba, UFPR, 1996. p. 74.

A partir da leitura do documento, responda:

1. É possível associar esse artigo do Código de Posturas ao medo da rebeldia escrava? Justifique.

Para concluir, uma proposta de trabalho:

Mobilizando os conhecimentos que você acessou por meio da pesquisa nas fontes apresentadas, produza um material sobre a escravização de negros no Paraná, seus trabalhos no litoral, Campos de Curitiba e nos Campos Gerais. Você pode realizar individualmente ou se juntar a colegas e em grupo, elaborar uma HQ; um roteiro de documentário que pode ser filmado. Ou você pode elaborar; uma peça de teatro – que pode ser encenada. Ou ainda fazer uma narrativa histórica ou outro material que preferir.

5 – SOCIABILIDADES: IRMANDADES E FAMÍLIA.

As Irmandades

Fonte 1

A seguir, temos parte do Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. As irmandades eram espaços sociais muito importantes de sociabilidades no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Elas reuniam devotos de um santo ou santa. Esses devotos estabeleciam determinadas obrigações de culto ao santo (ou santa) e também entre si. Dentre essas obrigações, estavam o de auxiliar-se mutuamente, assegurar o sepultamento dos membros e praticarem sua devoção, por meio de festas e rituais religiosos. O Compromisso era o documento fundador de uma irmandade. Ele estabelecia a maneira e as razões pelas quais a irmandade funcionaria. Esse documento teve de ser aprovado pelo Bispado de São Paulo e pelo governo da Província do Paraná. Esse trâmite foi feito em 1863 e demonstra a forte ligação entre Estado e da Igreja, para a formação das irmandades:

Art. 1º A Irmandade do Glorioso São Benedito da reunião de pretos escravos e administrados e pessoas livres que para sua devoção quiserem pertencer a ela sem distinção de sexo ou idade contando que professem a Religião Católica Romana tendo por fim de festejar anualmente ao Glorioso São Benedito no dia 25 de Dezembro.

Art. 2º Para ser admitido Irmão nesta Irmandade é necessário que os escravos apresentem licença de seus Senhores ou administradores ou requerimento destes da mesma forma serão admitidos os menores que devem apresentar licença de seus pais, tutores ou a requerimentos destes.

Art. 16º Aos irmãos de mesa compete, assistir a todas as Mesas, tirar esmolas nos Domingos e Dias-Santos, Cada irmão seu mês pela ordem em que estiverem nos nomes na lista em que se fixar no dia da festa, aos que se recusarem a este

serviço, serão multados pelos presidentes em 2\$ reis a por cada dia que faltarem, que será logo cobrado.

Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. Citado por Silvio Adriano Weber. *Além do cativo: a congregação dos escravos e senhores na irmandade do Glorioso São Bento da Vila de Morretes*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2009. p. 9.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Entre as várias obrigações dos membros da Irmandade de São Benedito de Morretes, qual foi definida pelo Artigo 1º?
2. O Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito mostra que essa confraria admitia não apenas pessoas livres, mas também integrava indivíduos de outras categorias sociais. Quais essas outras categorias admitidas nessa irmandade?
3. As exigências para ser admitido na Irmandade eram as mesmas para todas as categorias sociais? Justifique.
4. Com base no que você já explorou em outros exercícios desse material, explore o significado do termo “administrados”. O que esse termo designava?
5. No Compromisso da Irmandade de São Benedito de Morretes há uma evidência de que a condição dos administrados era semelhante à dos escravos. Procure localizar no documento essa evidência, citando-a.
6. Qual a fonte de renda da Irmandade de São Benedito evidenciada pelo Compromisso da confraria?

Fonte 2

A seguir, encontramos novamente com o escravo Gonçalo, sobre o qual já falamos no item 2, fonte 4). Gonçalo era um escravo que se envolveu em um processo judicial por ter entregado a Thereza Correa uma quantidade de ouro que não lhe pertencia. Em depoimento à justiça, Thereza explicou os motivos pelos quais Gonçalo lhe entregou o ouro:

disse ela depoente que do negro Gonçalo recebera na Araçatuba uma quarta de ouro em pó para ela depoente lhe trazer da vila de Paranaguá, para onde na dita ocasião estava de partida, [palavra ilegível] para a festa de Nossa Senhora do Rosário do bairro de São José de que o dito negro [Gonçalo] era rei e outras encomendas como foi um corte de camisa de bretanha e um traje de [palavra ilegível] e outras miudezas que com efeito lhe trouxe e o resto pagou por autoridade do dito negro algumas dívidas que ele devia (...)

DEAP. Causa cível de libelo, autor Francisco Nabarreto e ré Thereza Correa. Citado por Bruna M. Portela. *Gentio da terra, gentio da guiné: a transição da mão de obra escrava e*

administrada indígena para escravidão africana (Capitania de São Paulo, 1697-1780). Tese de Doutorado. Curitiba: UFPR, 2014p. 258

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Segundo o depoimento de Thereza, por qual motivo Gonçalo lhe entregou ouro?
2. Esse mesmo documento fala de uma irmandade, existente na cidade de Paranaguá. Ele sugere ainda semelhança entre essa irmandade e a de Morretes, de que trata a Fonte 1. Quais essas semelhanças sugeridas pelo documento?
3. Você acha que Gonçalo frequentava constantemente a Irmandade do Rosário? Justifique.

Fonte 4

A fonte abaixo corresponde a um recibo assinado pelo vigário da paróquia, referente à recomendação da alma do membro da Irmandade do Rosario, o escravo Simão que tivera todo o procedimento, narrado a seguir, garantido pela irmandade.

Aos quatro dias do mês de Maio de mil oito centos sessenta e quatro nessa Paroquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes faleceu da vida presente Simão de oitenta anos escravo de Antonio Luis Pereira, recebeu os sacramentos da Penitencia e Extrema Unção foi recomendado e sepultado no Cemitério do que fiz este assento. O Vigo. Domo Leite de Mesquita.

Paróquia de Nossa Senhora do Porto dos Morretes. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Benedito da Vila de Morretes. 1863. Citado por Silvio Adriano Weber. *Além do cativo: a congregação dos escravos e senhores na irmandade do Glorioso São Bento da Vila de Morretes*. Dissertação, UFPR, Curitiba, 2009. p. 75.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Os participantes das irmandades deveriam contribuir, recebendo em troca ajuda em momentos de dificuldade. A fonte 4 evidencia o principal momento de atuação das Irmandades. Que momento era esse e qual o auxílio prestado pela irmandade?

A Família Escrava

Podemos observar a presença da família escrava em vários dos documentos já apresentados em outros itens desse material. Essas relações familiares podiam se constituir entre cônjuges, mães e filhos, pais e filhos, tios e sobrinhos, avós e netas e netos, etc. Os documentos a seguir também evidenciam essas relações.

Fonte 5.

Aos seis de maio de mil oitocentos e oitenta e dois, na capela do Rosário que serve de matriz a esta Paróquia de Curitiba, procedidas as formalidades legais, e apresentada a licença dada pelo senhor do escravo, Joaquim Ventura de Almeida Tavares, as cinco horas da tarde, em minha presença e das testemunhas Jeronimo Gomes de Medeiros, por palavra o presente motivo consentimento, se receberão em matrimônio, Pacifico, escravo, filho de Vitorim já falecido, com Generosa Antonia da Silva.

Arquivo Catedral Basílica de Curitiba. Livro de Óbito n. 03, p. 139. Citado por Valderene E. Santos. Casamentos cristãos de escravos negros realizados na segunda metade do Século XIX em CURITIBA. Monografia de conclusão de curso de graduação, Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2014. p. 277.

Fonte 6

Aos dois dias do mês de novembro do ano de mil e oitocentos e dois, faleceu da vida presente Antonio, inocente de idade de oito meses filho legítimo de Floriano, e de Anna escravos de Joaquim dos Anjos Pereira, fregueses desta Paróquia. Foi encomendado, o seu corpo sepultado nesta igreja matriz em seu Adro. Do que para constar faço este assento.

Registros Paroquiais de casamento livro n. 12B, 1882. Citada por Silvio Adriano Weber. Escravidão e Irmandade Negra nos Campos de Curitiba (1797-1850) Monografia de conclusão de curso de graduação, Curitiba: UFPR, 2005. p. 34

Fonte 7

[...] batizei solenemente e pus os santos óleos a Tomé inocente, nascido há três meses e vinte dias, filho de pai incógnito e de Maurícia, solteira, escrava de Gerônimo de Caldas. Foram padrinhos Henriques Vieira e sua mulher Maria do Carmo, esta liberta, aquele escravo de Manoel Ferreira dos Santos, todos desta freguesia, do que para constar fiz este assento.

Livro de assentos de escravos: livro de batismo. PARÓQUIA NOSSA SENHORA DE BELÉM de Guarapuava, Filipe G. Canavese. O Testamento de Dona Balbina: um estudo de caso sobre escravidão e propriedade em Guarapuava (1851-1865). 2011. p. 53.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Historiadores que pesquisam famílias escravas – também no Paraná - mostram que a composição desses grupos familiares eram bastante diversas. Às vezes, mães e pais escravos eram casados; outras vezes a Igreja oficializava a união de casais em que um era livre e outro era escravo; havia também uniões não oficializadas pela Igreja e, nesses casos, a paternidade não era reconhecida oficialmente pela Igreja. Você considera que as fontes apresentadas confirmam essas conclusões dos historiadores? Justifique, retomando as fontes.

Para concluir, propostas de trabalho:

Por muito tempo, historiadores defenderam a tese de que a escravidão impedia que entre os escravos se constituíssem relações familiares. Considerando as fontes apresentadas nas seções 2.4 e 2.5, comente essa consideração.

A pesquisa do historiador Eduardo Spiller Pena mostra que em 1875, de acordo com livro de classificação dos escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação, 44% dos escravos da Comarca de Curitiba tinham alguma relação familiar, convivendo com cônjuges, filhos ou parentes. **Sua vez de fazer história quantitativa!**

Identifique nos itens 2.4 e 2.5 desse material as fontes que mencionam a família escrava e calcule o percentual de documentos em que a família escrava é mencionada. Faça um gráfico representando essa configuração percentual.

Mobilizando os conhecimentos que você acessou, por meio da pesquisa nas fontes apresentadas, produza um material sobre a escravização de negros no Paraná, e suas vidas em família e nas Irmandades Negras. Você pode realizar individualmente ou se juntar a colegas e em grupo, elaborar uma HQ; um roteiro de documentário que pode ser filmado; uma peça de teatro – que vocês pode ser encenada; fazer uma narrativa histórica ou outro material que preferir.

6 – ABOLICIONISMO NO PARANÁ

Como em outras regiões do país, no Paraná formaram-se vários grupos abolicionistas. Os documentos que seguem permitem conhecer alguns desses grupos, seus objetivos e estratégias para promover a abolição da escravidão.

Fonte 1.

O documento que segue é a ata de fundação da Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum, de Curitiba no dia 12 de junho de 1887.

[O fim da reunião é tratar] por todos os meios, da extinção completa da escravidão (...) tratarem todos os sócios de concorrer para livrar o Brasil da mancha negra da escravidão que tanto nos amesquinha, e de qualquer forma se oporem aos castigos corporais indignadamente aplicados aos míseros escravos, ainda que, se necessário for, tenhamos de lançar mãos da força não poupando o próprio sangue para conseguir fim tão nobre e justo (...) Tratando-se de uma sociedade secreta e como não contamos com o atual presidente da Província, por ser francamente escravocrata e para melhor acautelar os interesses sociais indicamos que todos os associados sempre que tiverem que se dirigir ao presidente desta sociedade ou qualquer outro sócio usem de nome de guerra para tal fim.

Ata publicada somente em 1911 no jornal Paraná Moderno, Curitiba, n. 25, 14 maio 1911, p. 2. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p.104.

A partir da leitura da fonte, responda:

1. Quais os principais objetivos da Sociedade?
2. A ata da Sociedade Ultimatum sugere que o grupo poderia adotar ações radicais para atingir seus objetivos? Justifique.
3. Quais os motivos alegados na ata para que os membros da Sociedade Abolicionista não usassem seus nomes verdadeiros mas sim “nomes de guerra”?

Fonte 2

Na ata da Sociedade Secreta Abolicionista Ultimatum consta a seguinte informação, registrada por um de seus membros – cujo codinome era Luiz Gama:

Fui a Paranaguá, entendi-me com Bento Munhoz da Rocha entregando a ele a carta de Ildefonso Correia(...) Embarquei os nossos protegidos, sem custo. (...) Amanhã devem embarcar os dois protegidos em navio de vela para Montevidéu. (...) Devem embarcar também um escravo do [Visconde de] Nácar e um de Antonina. Curitiba, 22 de junho de 1887.

Paraná Moderno, Curitiba, n. 25, 14 maio 1911, p. 2. Gazeta Paranaense, Curitiba, n. 84, 17 abr. 1888. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981 p. 107.

A partir da leitura do documento, responda:

1. Explique qual ação realizada pela Sociedade Ultimatum, de acordo com fonte acima.
2. Sugestão de pesquisa: procure saber um pouco mais sobre a história dos nomes citados no documento acima.

Fonte 3

A Confederação Abolicionista Paranaense criada e composta principalmente por militares de Curitiba em 1888, assim como a Sociedade Ultimatum, tinha também membros da elite política da cidade. A notícia publicada no jornal curitibano Gazeta Paranaense narra um episódio envolvendo a Confederação Abolicionista:

Às 9 1/2 horas da manhã alguns escravizados foragidos da senzala de seu senhor (...) procuram o Sr. major Solon a fim de pedirem não só a este digno

cidadão, como à Confederação Abolicionista, auxílio e proteção para consecução de suas liberdades.

(...) depois de muito instância um dos escravos declarou que ele e seus companheiros não mais voltariam para casa, fossem quais fossem as consequências (...)

Gazeta Paranaense, Curitiba, n. 84, 17 abr. 1888. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981.p. 107.

Havia nas cidades uma demanda muito grande por trabalho dos escravizados. Alguns deles, mesmo trabalhando para os senhores, conseguiam realizar algumas atividades remuneradas e com essa remuneração constituírem o que se denominava “pecúlio” [poupança]. Outros formavam uma categoria conhecida como “escravos de ganho”. Eram empregados por seus senhores em atividades remuneradas e os senhores os obrigavam a entregar uma determinada quantia em dinheiro, em geral, semanalmente. Podia acontecer de a remuneração recebida ser maior que a quantia determinada pelos senhores e, assim, esses escravos também tinham alguma possibilidade de constituir um pecúlio. Esse pecúlio muitas vezes foi utilizado para que escravo comprasse sua alforria [a liberdade de um cativo]. Nem sempre a negociação da alforria era fácil, pois os senhores podiam impor dificuldades, aumentando o preço ou mesmo se negando a concedê-la. Os documentos a seguir [Fontes 5 e 6] referem-se a essa demanda dos escravos.

Fonte 4

Era comum que os grupos abolicionistas publicassem anúncios nos jornais. Os trechos a seguir foram todos publicados no jornal Dezenove de Dezembro.

Em nome da diretoria [do Clube Abolicionista Paranaense] convido os escravos que tiverem pecúlio e quiserem se libertar a dar seus nomes e de seus donos na secretaria deste clube.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 1885. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p.110.

Fonte 5

A escrava Andreza, pertencente ao comendador Antônio Ricardo dos Santos, depositou na tesouraria do Clube [Abolicionista Paranaense] a quantia de 300\$000, para o auxílio de sua libertação.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 1885. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p.11

Fonte 6

O anúncio a seguir foi publicado em 1885 pela Sociedade Libertadora do Paraná, que era formada somente por mulheres:

Alguns amadores da arte dramática darão (...) um espetáculo composto do drama - Fronteira d'África - da comédia - Amores de um boticário - e da poesia de castro Alves, Navio Negreiro em benefício da Sociedade Libertadora do Paraná. E o produto do espetáculo será aplicado à libertação da escrava Procópia.

Dezenove de Dezembro, Curitiba, 1885. Citado por Marcia Graf. *Imprensa Periódica e Escravidão no Paraná*. Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1981. p. 112.

A partir da leitura dos documentos, responda:

1. Segundo as fontes mencionadas, quais as estratégias utilizadas pelos abolicionistas do Paraná em favor da abolição?

2. O abolicionismo no Brasil comportou várias correntes, que defendiam estratégias diferentes de promover a abolição. Os abolicionistas como Joaquim Nabuco, por exemplo, defendiam que sua militância não deveria envolver diretamente os escravos, não deveria promover a ações radicais que envolvessem a força e sim se realizar por meio da aprovação de leis que fossem encaminhando à abolição.

Uma frase de Nabuco, que está na sua obra *O Abolicionismo*, publicada em 1883, expressa esse projeto: “É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se já de ganhar ou perder a causa da liberdade”.

Compare esse projeto de abolição de Nabuco com o dos abolicionistas mencionados nas fontes que você conheceu nesse item. Justifique com base nas próprias fontes.

Para concluir, uma proposta de trabalho:

1. Mobilizando os conhecimentos que você acessou por meio da pesquisa nas fontes apresentadas, produza um material sobre a escravização no Paraná. Procure contemplar os grupos sociais que foram atingidos, suas experiências de trabalho, a formação de famílias, os espaços sociais em que estabeleciam relações de sociabilidade, a busca pela alforria ou melhoria de vida. Você pode realizar individualmente ou se juntar a colegas e em grupo, elaborar uma HQ; um roteiro de documentário que pode ser filmado; uma peça de teatro – que pode ser encenada; fazer uma narrativa histórica ou outro material que preferir.
2. As fontes apresentadas nesse material evidenciam que a escravidão foi importante na história do Paraná. Você considera que os negros estão atualmente bem representados na cidade em que você vive? Há estátuas, nomes de rua e de praças com nomes de personalidades negras? Faça uma pesquisa sobre as representações de negros nas memórias e monumentos em sua cidade.